UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

CURSO LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CÁTIA JUSSENIA DA SILVA

AUTISMO: DESAFIO ENFRENTADO PELO EDUCADOR PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

PICOS – PI
2019

CÁTIA JUSSENIA DA SILVA

AUTISMO: DESAFIOS ENFRENTADOS PELO EDUCADOR PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado à Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, como requisito parcial para obtenção do grau de Graduada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.ª Ma. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

PICOS – PI
2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Biblioteca Setorial José Albano de Macêdo
Serviço de Processamento Técnico

S586a Silva, Cátia Jussenia da

Autismo: desafios enfrentados pelo educador para inclusão de crianças com TEA na educação infantil / Cátia Jussenia da Silva – 2019.

Texto digitado

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-CSHNB

Aberto a pesquisadores, com as restrições da biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Licenciatura Plena em Pedagogia, Picos-PI, 2019.

"Orientadora: Ma. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz."

1. Transtorno do Espectro Autista – TEA-Alunos. 2. Comunidade Escolar. I. Orquiz, Isabel Cristina de Aguiar. II. Título

CDD 371.9

Maria José Rodrigues de Castro CRB 3: CE-001510/O

AUTISMO: DESAFIOS ENFRENTADOS PELO EDUCADOR PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado à Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga.

Apresentada em:____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Professora Ma. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz
(Orientadora – UFPI)

Professora Dra. Lucélia Costa Araújo
(Membro – UFPI)

Antonio de Moura Fé

Professor Esp. Antonio Moura Fé
(Membro – UFPI)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus por suas bençãos nesta trajetória árdua para a obtenção da formação acadêmica em Pedagogia e por certo a vida a mim concedida para festejar a vitória do término desta luta. Bem como aos meus familiares que sempre estiveram e estão ao meu lado me apoiando em tudo e não foi diferente nessa caminhada rumo a formação tão sonhado por mim. Obrigada meus tesouros!

Grata sou a todos os meus professores desde a minha tenra infância que foram tão importantes, pois mediante aos seus incentivos me impulsionaram a prosseguir nos estudos e compreender que por meio deles podemos crescer como pessoa e profissionalmente. Não diferente aos professores do ensino superior que me permitiram sonhar e realizar o sonho de ser uma pedagoga que tem no coração amar e proporcionar uma educação significativa aos seus alunos que serão parte sempre do viver. Muitíssimo obrigada a todos!

Por fim, a minha professora e orientadora, professora Isabel Orquiz, que com suas orientações me proporcionou conhecimentos necessários para uma construção de um bom trabalho até a sua apresentação, bem como me passou segurança e mostrou que sou capaz para realiza-lo, pois somente professores desta magnitude transformam vidas e concede subsídios para que venhamos ser profissionais capacitadíssimos para desenvolver bons trabalhos. Obrigada professora!!!

A todos o meu muito obrigada!!!

Dedico a todos que deram as suas contribuições para me impulsionar na busca do aperfeiçoamento dos meus conhecimentos, ou pelos simples conselhos para não desistir da caminhada, e principalmente ao meu Deus pela vida e saúde a me concedido para continuar nesta jornada, assim como também aos meus familiares e os professores que nada conseguiria se não os tivessem em minha vida.

Foram 5 anos na UFPI e requerendo empenho e estudo para aqui chegar, porém nesta caminhada rumo a formação o meu Deus colocou pessoas essenciais na minha vida, a quais quero destacar a minha amiga e companheira de estágio Fabíola que sempre me incentivava a não desistir diante das dificuldades, a Valdinete que muitas vezes me auxiliava nos trabalhos e a Valdênia que na sua simplicidade me aconselhava a sempre ver o poder de Deus agir em minha vida neste universo acadêmico.

Dentre os professores na Universidade Federal de Picos quero mencionar a professora Dolores que com seu carinho, dedicação e amor pela educação semeou em nosso coração o sentido real do ato de ensinar, pois ela nos mostrou a importância de sempre inovar e sempre apresentar nas atividades o desejo de amar através das práticas pedagógica que levem os alunos aprender brincando e principalmente sentido se importante e envolvida ativamente no seu processo de aprendizagem, ao educador Juscelino que com seu olhar de oportunizador me concedeu a oportunidade de ser monitora de sua disciplina e ajudou na conclusão das horas das atividades complementares. Quero dizê-los o meu muito obrigado e minha eterna gratidão.

Não poderei deixar de mencionar em especial a professora atenciosa e prestativa Jaqueline Dantas que com sua generosidade me concedeu livros, artigos que contemplavam o assunto deste trabalho que é o Autismo e também a sua experiência de vida, pois és uma mãe de autista e que me trouxe mais que conhecimentos deste importante assunto, mas através de sua experiência de vida que me tocaram profundamente, e me instigaram por conhecer sobre o autismo e consequentemente apresentar e tornar conhecido de todos, sobre estes seres que mesmo vivendo em seu mundo, mas que merecem viver com muito amor em nosso mundo, pois todos tem o direito de uma educação significativa.

Assim como a minha professora e orientadora Isabel Orquiz pela paciência e experiências que foram imprescindíveis para a construção e apresentação de um bom trabalho.

“Entender e dominar o mundo singular dos indivíduos com autismo é ter a oportunidade de participar de um milagre: a redescoberta do que há de mais humano em nós e neles.”

Ana Beatriz Barbosa Silva

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade apresentar os desafios enfrentados pelo educador para a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista- TEA. E a pesquisa deu-se mediante a indagação: Quais as maiores dificuldades elencadas pelo docente para trabalhar com crianças com TEA? Tendo como objetivo geral: Conhecer os desafios que o educador enfrenta com os alunos com Transtorno do Espectro Autista para que alcancem uma aprendizagem significativa. Enquanto objetivos específicos pretende-se: "Conhecer as principais dificuldades encontradas pelos professores quanto à inclusão de alunos autistas nas escolas; Avaliar se a escola possui uma proposta de auxílio para o educador trabalhar de modo inclusivo as crianças com TEA; Averiguar as práticas pedagógicas do professor que contribuem para a inclusão educacional e interação social dos discentes autistas no seu cotidiano escolar''.O referido estudo consiste em uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa e descritiva. A pesquisa foi realizada em uma escola pública municipal de ensino na cidade de Picos; tendo como participante o gestor da escola, professoras e pais de crianças com TEA devidamente diagnosticada e com laudo médico. Esse trabalho é norteado por autores como: Evêncio (2018), Rodrigues e Spercer (2015), Freire (2005), Orrí (2003), Brito (2015), Oliveira (1997), e outros. Essa pesquisa se justifica pelo motivo de se ter como dimensão os desafios que o educador enfrenta na inclusão das crianças com TEA e quais práticas pedagógicas são feitas para que adquiram uma aprendizagem de qualidade. Nas análises dos dados foi perceptivo que as professoras têm conhecimento sobre o Autismo, no entanto afirmam não terem a qualificação profissional adequada para lidar com a inclusão destas crianças efetivamente. Assim, conclui-se que as leis ratificam que os autistas têm direitos a educação inclusiva, contudo o que se observa é que não há preparo dos professores e da própria comunidade escolar para acolher os alunos autistas e muito menos uma adequação curricular para o desenvolvimento de atividades de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista- TEA. Alunos. Comunidade Escolar.

ABSTRACT

This paper aims at presenting the challenges faced by the educator for the inclusion of children with Autistic Spectrum Disorder- ASD. This research took place through the question: What are the biggest difficulties listed by the teacher to work with children with ASD? The general objective is: To know the challenges that the educator faces with students with Autistic Spectrum Disorder so that they can achieve meaningful learning. As specific objectives, it is intended: "To know the main difficulties encountered by teachers regarding the inclusion of autistic students in schools; Assess whether the school has a proposal to help the educator to work inclusively with children with ASD; To investigate the teacher's pedagogical practices that contribute to the educational inclusion and social interaction of autistic students in their daily school life''. This study consists of a field research, with a qualitative and descriptive approach. The research was carried out in a municipal public school in Picos city; and had as participants the school manager, teachers and parents of children with diagnosed ASD and with a medical report. This work is guided by authors such as: Evêncio (2018), Rodrigues and Spercer (2015), Freire (2005), Orrí (2003), Brito (2015), Oliveira (1997), and others. This research is justified by the fact that it takes as a dimension the challenges that the educator faces in the inclusion of children with ASD and which pedagogical practices are carried out so that they acquire quality learning. In the data analysis, it was clear that the teachers have knowledge about Autism, however they claim not to have the proper professional qualification to deal with the inclusion of these children effectively. Thus, it is concluded that the laws ratify that autistic people have rights to inclusive education, however what is observed is that there is no preparation of teachers and the school community itself to welcome autistic students, nor a curricular adequacy for the development of teaching and learning activities.

Keywords: Autistic Spectrum Disorder- ASD. Students. School Community

LISTA DE SIGLAS

CDI-10 - Classificação Internacional de Doenças

TEA – Transtorno do Espectro Autista

DSM – Manual Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais

TGD'S – Transtornos Globais de Desenvolvimento

AMA – Amigos do Autista

ABRA – Associação Brasileira de Autismo

CDPD – Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência

MS – Ministério da Saúde

CRAS – Centros de Referência de Assistência Social

CREAS – Centros de Referência Especializadas de Assistência Social

LDB - Leis e Diretrizes e Bases da Educação

TEACCH – Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Deficiência Relacionadas à Comunicação

PECS – Sistema de Comunicação por Trocas de Figuras

ABA – Análise Aplicada do Comportamento

SCERTS- Comunicação Social, Regulação Emocional e Apoio Transacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Placa para Atendimento Preferencial.....37

Figura 2- Imagens de Sala Multifuncionais.....73

Figura 2.1 Alunos ensaiam os primeiros passos na leitura em Braille e outros aprendizados na formação de palavras.....73

Figura 2.2 Aluno com deficiência Visual Utilizando Uma Lupa Para Fazer Uma Leitura E Estudar.....73

Figura 2.3 Sala Multifuncional bem Equiparada.....73

Figura 2.4 materiais didáticos usado na sala multifuncional.....73

Figura 2.5 professor de apoio em atividade com alunos especiais.....73

Figura 2.6 professor de apoio com atividade com painel do alfabeto em libras.....73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Características sensoriais e comportamentais dos autistas.....41

Quadro 2- Percepções da gestora da escola em relação ao autismo.....93

Quadro 3 – As percepções das professoras sobre o educando com TEA – Profª "A" da turma Infantil III.....95

Quadro 4 – As percepções das professoras sobre os educandos com TEA – Profª "B" da turma do Infantil II 96

Quadro 5 - As percepções das professoras sobre os educandos com TEA – Profª "C" da turma do Infantil II.....97

Quadro 6 – Percepções dos pais acerca do TEA.....100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 14
.
1. CONTEXTO HISTÓRICO, ASPECTOS LEGAIS E CONCEPÇÕES DO TEA..... 17
1.1 Contexto Histórico do Transtorno do Espectro do Autismo..... 17
1.2 O que dizem as leis sobre o cidadão com TEA..,..... 28
1.3 Entenda o que é TEA- concepções..... 38
2. TEA- TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA..... 48
2.1 Tipos de Níveis do Autismo 49
2.2 TEA- Dimensões Clínica 51
3. TIPOS DE TRANSTORNOS..... 52
3.1 Transtorno da Síndrome de Rett..... 52
3.2 Transtorno Desintegrativo da Infância..... 54
3.3 Transtorno da Síndrome de Asperger..... 56
3.4 Transtorno do Espectro Autista Clássica..... 57
4. OS MÉTODOS DE INTERVENÇÃO..... 61
4.1 Floortime..... 62
4.2 Método TEACCH…… 62
4.3 Programa SON-RISE..... 63
4.4 Análise do Comportamento Aplicado- (ABA)..... 63
4.5 Sistema de Comunicação por troca de Figuras- (PECS)..... 64
4.6 Currículo Funcional Natural..... 64
4.7 Comunicação Social, Regulação emocional e Apoio Transacional- (SCERTS)..... 65
5. A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO- (AEE)..... 67
5.1 Recursos Multifuncionais 71
5.2 Terapias Para Auxiliar No Tratamento Do Autismo..... 74
5.2.1 Musicoterapia..... 75
5.2.2 Psicoterapia..... 75
5.2.3 Psicomotricidade..... 75
5.2.4 Equoterapia..... 75
5.2.5 Terapia da Linguagem..... 76
6. TEA- ABORDAGEM PEDAGÓGICA 77
6.1 TEA- Contexto Social..... 86
7. RESULTADO DA PESQUISA ACERCA DA INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR E ESTRATÉGIAS DE ENSINO DO PROFESSOR PARA ENSINAR O EDUCANDO COM TEA..... 92
7.1 Aspecto Metodológicos do Estudo..... 92
7.2 As percepções da gestora da escola em relação ao autismo..... 93

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....100
REFERÊNCIAS.....103

INTRODUÇÃO

Embora seja o professor o agente educacional responsável pelo processo ensino e aprendizagem de seus discentes, há no cotidiano deste profissional o desafio de incluir de modo significativo alunos que apresentem o Transtorno do Espectro Autista. Tais alunos têm dificuldades na comunicação, de interação social, de adaptação e trazem consigo desafios para o educador em sala de aula, pois nem sempre o professor é qualificado para atender a este público diferenciado no que diz respeito a ensinar conteúdos formais para alunos com TEA.

Diante dessa realidade, torna-se oportuno questionar: "Quais as maiores dificuldades elencadas pelos docentes para trabalhar com crianças com Transtornos do Espectro Autista?" O questionamento nos conduz a pensar que o professor é desafiado a buscar subsídios para que possa incluir os educandos autistas nas atividades educativas e sociais que são desenvolvidas no âmbito escolar. Porém, devido às condições que o autismo causa as crianças, fazendo com que as mesmas não respondam aos estímulos externos feitos pelo educador, o professor fica impossibilitado de elaborar estratégias especificas para que haja aprendizado e inclusão desse aluno na turma em que está matriculado. Assim, busca-se conhecer mais sobre a inclusão do educando autista e os desafios que o docente enfrenta em sala de aula para incluir tais crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no processo de ensino e aprendizagem.

Este estudo tem como objetivo geral: *"Conhecer os desafios que o educador enfrenta com os alunos com TEA para que eles alcancem uma aprendizagem significativa."*

Enquanto objetivos específicos pretende-se: *"Identificar as estratégias utilizadas pelos professores para o desenvolvimento de ações pedagógicas em sala de aula com alunos autistas;" "Conhecer as principais dificuldades encontradas pelos professores quanto à inclusão de alunos autistas nas escolas;" "Avaliar a escola com o intuito de saber se a mesma possui uma proposta de auxílio para o educador trabalhar de modo inclusivo com as crianças com TEA," e, "Averiguar as práticas pedagógicas do professor que contribuem para a inclusão educacional e interação social dos discentes autistas no seu cotidiano escolar."*

Esta pesquisa se justifica por ser o Transtorno Espectro Autista (TEA) algo recorrente nas salas de aula, configurando-se como desafio para os educadores organizarem e desenvolverem estratégias de ensino que incluam o público em questão. O que reforça o

estigma vivenciado pelos educandos e familiares e a exclusão que todos acabam vivenciando de modo negativo, e que resultam no comprometimento da aprendizagem da criança autista.

Compreende-se que a educação é uma ação que envolve relação professor-aluno, e que essa relação deve ser harmoniosa e afetiva, onde ambos se unam continuamente para que haja uma educação de qualidade e uma aprendizagem significativa, à qual é promovida pela interação e a socialização dos mesmos. Contudo, essa realidade torna-se difícil para as crianças que possuem Transtorno Espectro Autista, tendo em vista o déficit no processo de inclusão social, como também dificuldades de relacionamento entre seus colegas e professor (a).

O professor é visto como o profissional que tem a responsabilidade de proporcionar ao aluno a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos buscando adquirir e desenvolver saberes, habilidades e competências que os permitam de modo satisfatório a inserção na sociedade. Nesse respeito, vê-se à necessidade de se discutir quais problemas são vivenciadas pelo educador que em muitos momentos do exercício do magistério, trabalha em sala de aula superlotada, com variação de idades, níveis de aprendizagem acentuados e educandos com outras deficiências.

Assim, esse trabalho é relevante devido às dimensões envolvidas na presente questão em relação à educação inclusiva no contexto escolar, formação e qualificação docente, estratégias de ensino entre outras.

Diante desta importância de inclusão destas crianças com TEA, bem como o de requererem uma atenção especial no âmbito escolar, foi assim que surgiu a inquietação por conhecer esse universo do Transtorno do Espectro Autista, visto que é crescente sua existência em sala de aula, e sendo primordial que o educador esteja imbuído de conhecimento que os favoreça para um proceder coerente para as especificidades desses alunos.

Apesar de se observar que está havendo uma aceitação por parte da escola em realizar a matrícula escolar de crianças com TEA e outras deficiências, constata-se que não houve avanços no comportamento e na inclusão com os demais colegas e com o próprio professor da turma que o aluno frequenta. Portanto, ainda há necessidade de melhorias para garantir o avanço da aprendizagem das crianças com Autismo, bem como para consolidar uma educação inclusiva no ambiente escolar efetiva para estas crianças especiais.

O estudo consiste em uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa e descritiva no que diz respeito ao tratamento que se dá ao aluno com TEA. A pesquisa foi realizada em

escola pública da rede municipal de ensino, na cidade de Picos-PI. Os participantes do estudo são professores que possuem em suas turmas alunos com TEA diagnosticado por profissional da área da saúde e com Laudo Médico apresentado na escola pela família. Usamos o questionário como instrumento de coleta de dados, aplicado aos docentes, familiares dos alunos com Autismo e gestor da escola. A observação acompanhada do diário de bordo para registro das impressões acerca da realidade vivenciada no ambiente de sala de aula foi outro instrumento usado pela pesquisadora.

O referencial teórico do estudo foi organizado em pesquisadores do tema em voga, como Orrí (2003), Brito (2015), Oliveira (1997), Monte; Santos (2004), Declaração de Salamanca (1994) e outros. Também apresentamos os aspectos legais referentes ao atendimento do educando com TEA no cotidiano escolar.

A apresentação do trabalho elaborado a partir da pesquisa realizada foi estruturada da seguinte forma: o Capitulo I aborda brevemente o contexto histórico, os aspectos legais, concepções de educação inclusiva e outros elementos pertinentes à temática TEA. O Capítulo II irá tratar o tema principal, objeto de estudo, TEA – Transtorno Espectro Autista, nas dimensões clínica, pedagógica e social. O Capítulo III, traz os resultados da pesquisa acerca da inclusão do aluno autista no ambiente escolar, estratégias de ensino do professor para ensinar o educando com TEA. Seguindo temos as Considerações Finais, Referências e Apêndices e Anexos.

A seguir passamos a apresentação do Capítulo I que irá abordar o Transtorno Espectro Autista – (TEA) no contexto histórico, seus aspectos legais, concepções de educação inclusiva.

1.CONTEXTO HISTÓRICO, ASPECTOS LEGAIS E CONCEPÇÕES DE TEA

Na presente seção, estaremos abordando um breve histórico do Transtorno de Espectro do Autismo, como também uma abordagem sobre a Declaração de Salamanca que trata sobre a Educação Especial, seguido dos aspectos legais e concepções do TEA.

1.1 **Contexto Histórico do Transtorno do Espectro do Autismo**

O precursor da introdução do termo Autismo na literatura psiquiátrica fora o psiquiatra suíço Plouller, que ocorrera no ano de 1906, o mesmo constatou um isolamento contínuo em alguns de seus pacientes. Entretanto, foi mediante o trabalho do psiquiatra suíço, Paul Eugen Bleuer, em 1911, que se difundiu o termo autismo para referir-se ao quadro de esquizofrenia. Sendo este um notável profissional por suas contribuições para o entendimento da Esquizofrenia. É conhecido por nomear a Esquizofrenia, doença que era anteriormente conhecida como Demência Praecox, ao qual era definido por ele como sendo uma “fuga da realidade’’ onde a criança e/ou adulto parecia optar por não interagir com outras pessoas (Rodrigues, Spence.2015).

Os primeiros estudos sobre o autismo foram apresentados pelo psiquiatra Leo Kanner, em 1943, austríaco, residente em Baltimore, nos EUA, em seu histórico construiu um artigo escrito originalmente em inglês intitulado: Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo. E nele o referido autor descreveu 11 casos de crianças com faixa etária de dois anos e meio e oito anos, dos quais o primeiro, Donald T., chegou até ele em 1938 (Rodrigues, Spence. 2015).

É pertinente destacar que em 1944, Hans Asperger, um médico também austríaco e formado na Universidade de Viena, o mesma em que estudou Leo Kanner, escreve outro artigo com o título Psicopatologia Autística da Infância, descrevendo crianças bastante semelhantes às descritas por Kanner. Tanto Léo Kanner e Hans Asperger se utilizaram do termo autismo para dar nomes aos sintomas diagnosticados em seus pacientes. Ao contrário do artigo de Kanner, o de Asperger levou muitos anos para ser amplamente socializado. A razão mais comumente apontada para o desconhecimento do artigo de Asperger é o fato dele ter sido escrito originalmente em alemão.

Posteriormente, expos Kanner ainda 38 casos e com isso publicou o “Tratado de Psiquiatria Infantil” edição de 1950, e o que fora marcante no início de seus estudos foi a descrição desta patologia como sendo uma anormalidade inata no comportamento social, resultando assim no “isolamento ou o afastamento social”, o qual denominou retraimento autístico, sendo notável desde a tenra idade. E no prosseguir de seus estudos no que concerne a esse estado patológico, Kanner, em 1949, refere-se a este quadro o intitulando como: “Autismo Infantil Precoce” (Rodrigues, Spence. 2015).

Como ressalta Kanner (1966, apud KELMAN, 2010, p.224)

> [...] o denominador comum desses pacientes é sua impossibilidade de estabelecer desde o começo da vida, interações esperadas com pessoas e situações (...) apreciam ser deixados sozinhos, agindo como as pessoas em volta não estivessem ali (...) quase todas as mães relatam a perplexidade causada pelo fato dos filhos, diferentes dos demais, não desejarem ser tomados em seus braços.

Em vista dessas, características tão peculiares dos autistas o psiquiatra Kanner buscava compreender essa patologia, através de seus estudos, dentre eles, havia intitulado como sendo Autismo Infantil Precoce, a partir disso, sendo perceptíveis ações inerentes os que eram acometidos pelo Autismo, e tendo sérias dificuldades de contato com as pessoas, uma ideia fixa em manter os objetos e as situações sem modificá-las, com isto, sendo avessos a mudanças em sua rotina, chegando em alguns casos a serem agressivos ou terem ações inesperadas, bem como também alterações na linguagem do tipo inversão pronominal, neologismo e metáforas.

Como afirma Silva (2012, p.12) “Para todos aqueles com traços ou diagnóstico de autismo, uma coisa é universal: o contato social é sempre prejudicado. Não, necessariamente, porque estão desinteressados, mas porque não sabem e não aprenderam a arte de interagir e manter vínculos”.

Em suas constantes análises Kanner acredita que mesmo havendo esses sintomas, acredita ele, que o autismo deveria ser separado da Esquizofrenia Infantil, A diferença estava no fato de a criança com autismo não realizar um “fechamento sobre si mesma”, mas buscar estabelecer uma espécie de contato particular e específico com o mundo (FACION, 2005). Deste modo o mesmo continuava a colocar o Autismo Infantil no grupo das psicoses infantis até o término de seus trabalhos. Assim por parte do mesmo, em 1956, houve uma reestruturação da concepção quanto à idade de aparecimento das características.

É relevante ressaltar que Kanner e Eisenberg apresentavam que a síndrome pode aparecer após um desenvolvimento supostamente normal. Como afirma Kanner “O aspecto mais marcante nos estudos iniciais de Kanner descrevia uma anormalidade inata no comportamento social, “isolamento ou o afastamento social”, que denominou retraimento autístico, notável desde os primeiros períodos do desenvolvimento”. (Kanner,1943, apud RODRIGUES; SPENCER, 2015, p.17).

Ainda sobre as alterações que ocorrem nas pessoas autistas, mostra que essas ações tendem estar desde as tenras idades e sendo todos esses comportamentos ritualísticos do autismo estarem relacionadas as perturbações da comunicação e do relacionamento social.

> Autismo é um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação. (MELO, 2007, p. 10).

Diante desta concepção compreende-se que os autistas têm muitas dificuldades para manterem relacionamentos com as pessoas de seu grupo de convívio social, visto que os mesmos não desenvolveram uma disposição espontânea para que assim possam compartilhar de atividades, interesses ou realizações. Já que essa síndrome os faz desenvolverem padrões pessoais de comportamentos repetitivos e aparentemente inflexíveis, que os conduzem as suas rotinas e aos rituais específicos de natureza não funcional.

Como enfatizam Rodrigues e Spencer (2015, p.21)

> A intensidade destes desvios, os estados mais determinantes, também é diversificada. As alterações do comportamento social são marcadas pela acentuada inaptidão de desenvolver relações com outras pessoas, pois os autistas preferem permanecer isolados do grupo social.

As características do autismo por comprometer fortemente as relações interpessoais, atraso de aquisição da linguagem, e que as fazem optarem por se manterem isoladas, que para algumas pessoas as classificam como estando eles em seus mundinhos particular, porém não é um desejo, mas uma necessidade e que trazem a elas tranquilidade. Como diz Silva (2012) “É importante frisar que, para essas crianças, ficarem isoladas não é exatamente uma opção, mas sim uma necessidade, pois o contato social lhes parece invasivo e intimidador”.

Conforme Silva ressalta (2012, p. 13)

> Os portadores de autismo não sentem prazer no convívio com os demais. [...] Por eles serem extremamente sensíveis, o contato social lhes parece algo ameaçador. E é exatamente por isso que muitos se isolam em seus "mundinhos" e brincam sozinhos, sem conseguir participar de atividades em grupo. [...] As crianças com autismo não escolhem ficar sozinhas, mas a falta de habilidades sociais as mantém distantes das outras, entretidas no seu mundo, sem demonstrar desconforto. Elas são bem diferentes de crianças tímidas, que não conseguem ficar com o grupo por vergonha, mas observam de longe seus coleguinhas, com nítida vontade de serem aceitas e de participarem das brincadeiras.

Os Autistas em suas particularidades devem ser respeitados e de que por mais que sejam diferentes e vivam em seu mundinho, devem ter o direito de obter uma educação de qualidade como as demais crianças consideradas normais e assim deste modo seja concedido a eles possibilidades de desenvolverem suas competências, bem como a oportunidade de aproximá-los com o mundo humano e oferecer aos mesmos, relações significativas e que serão essenciais para que se desenvolvam.

Assim como afirma Rivière (1999, apud RODRIGUES e SPENCER, 2015, p.15)

> Desenvolver ao máximo suas potencialidades e competências, favorecer um equilíbrio pessoal o mais harmonioso possível, fomentar o bem-estar emocional e aproximar as crianças autistas do mundo humano de relações significativas.

Em consonância a esta reflexão o Rodrigues e Spencer enfatiza que (2015, p.15) “A criança autista tem os mesmos direitos e precisa das mesmas oportunidades para educar-se como uma criança considerada normal.” Deste modo sejam vistas como seres que tem suas potencialidades e que só bastam ser trabalhadas e poderão apresentar suas qualidades que os farão serem que são capazes desenvolverem.

Silva (2012, p. 6), menciona que,

> Assim como um diamante precisa ser lapidado para brilhar, uma pessoa com autismo merece e deve ser acolhida, cuidada e estimulada a se desenvolver. Para isso, são necessárias ações motivadoras, de tal forma que ela sinta vontade de participar de atividades. [...] Essas são as primeiras etapas para que ela seja resgatada do seu mundo singular e estabeleça vínculos com as pessoas ao seu redor.

Por conseguinte, as características que os estudiosos buscam incansavelmente o de apresentar que os autistas mesmos tendo atitudes diferenciadas poderiam se desenvolver e assim de modo peculiar de relacionarem com as pessoas ao seu redor.

Em sondar sobre o autismo e suas causas, havia nos psiquiatras daquela época como Leo Kanner e Eugene Bleuler uma preocupação de esclarecer essa síndrome diante dos casos a eles apresentados, e isto acarretou em divergências que dividiu a comunidade científica, e devido a isso causou uma dificuldade em diferenciar distintamente os diagnósticos de Esquizofrenia, Psicose infantil e Autismo.

Decorrente desta discordância Kanner afirmava que no Autismo havia uma "inaptidão" em desenvolver relações normais com as pessoas ao seu redor e de seu convívio, assim como também reagir diante de situações de modo característico. Enquanto Bleuler ressalta que o Autismo seria uma "ausência da realidade" evidente a sua vida interior, e por esse motivo os impede ou os atravancam para se comunicar com o mundo externo, desta maneira atuando de forma muito reservada. Assim sendo para Bleuler, o autista mergulha ativamente no seu imaginário, já Kanner diverge, pois para ele seria uma falta de imaginação.

Mediante as essas discursões e discordâncias destes estudiosos é devido ao anseio de desvendar as causas do autismo e como proceder para que estes seres que foram acometidos por essa síndrome, tenham qualidade de vida, assim descrevendo o universo autista como tal, resultante uma visão desta patologia e assim também venha se ter uma dimensão do universo do Transtorno Espectro Autista- (TEA) e suas causas e efeitos na vida do indivíduo.

A conceituação do autismo foi se modificando com base em pesquisas científicas, as quais constataram que há neste transtorno diferentes etiologias, graus de severidade e características específicas ou não usuais, devido a isso deixou de ser considerada um quadro único e assim passando a ser conhecida como uma síndrome. Deste modo a finalidade de se buscar definições atuais de autismo é a de conceitua-lo como uma síndrome comportamental, de etiologias múltiplas, que compromete o processo do desenvolvimento infantil.

Assim afirma Gillberg (1990, apud JÚNIOR e ADAMO, 2011, p.30)

> Autismo é considerado hoje como uma síndrome comportamental de etiologia múltipla secundária a um transtorno do desenvolvimento, sendo caracterizado por déficit na interação social, visualizado em uma incapacidade no relacionamento social, habitualmente associada a um déficit de linguagem e transtornos de comportamento motor.

Neste contexto pode-se compreender que o transtorno de espectro Autista deve ser visto como um transtorno multifacetado e que precisa ser analisado em suas inúmeras esferas para classifica-la de modo coerente.

Foi desde da década de 60 no século XX, que o Transtorno do Espectro Autista, fora visto como sendo um transtorno de origem biológica que implica em vários comprometimentos do sistema nervoso, que provavelmente ocasionado pela interrupção do desenvolvimento de células do sistema límbico do cérebro. O autismo em seu amplo espectro de gravidade é conhecido, no momento, por obter muitas etiologias. Conforme ressalta o autor Orriú (2012, p.17) "Uma síndrome comportamental com etiologias múltiplas e curso de um distúrbio de desenvolvimento [...], é uma disfunção orgânica e não um problema dos pais [...] e é de origem biológica." (2007, p.18). O autismo é visto do mesmo modo por Rotta (2007, p.18) "Hoje, sabe-se que o autismo não é uma doença única, mas sim um distúrbio de desenvolvimento complexo, que é definido de um ponto de vista comportamental, que apresenta etiologias múltiplas e que se caracteriza por graus variados de gravidade".

Perante essa visão compreende-se que o autismo tem característica multifatorial, o qual pode se apresentar de várias formas com intensidade diferenciada, e assim tendo a tríade autística como ponto comum. Deste modo é mediante o diagnóstico que será possível constatar se indivíduo que tenha essa patologia venha ser em grau leve, moderado ou severo, dado que estes níveis têm suas características distintas.

Logo após da década de 60 foram divulgados textos relevantes para um estudo específico do autismo. A Lorna Wing, psiquiatra inglesa que por ter uma filha autista foi a primícia em desenvolver uma tríade para os transtornos do espectro autista, mostrando que essa patologia apresenta: alterações nas relações sociais, comunicação e linguagem e padrões alternados de comportamento. Esses sintomas podiam ocorrer em diversos graus de intensidade e também se manifestar de diferentes formas. Como diz Rotta (2006, p. 423) "Os diferentes graus de possibilidades na comunicação, nas habilidades sociais e nos padrões de comportamento na criança autista movimentavam a expressão transtornos globais de desenvolvimento (TGDs), que constituem o espectro dos transtornos autistas".

Nessa conjuntura, de contemplar as necessidades dos indivíduos com deficiência, é que foi elaborado um documento entre 7 e 10 de junho de 1994, em Salamanca na Espanha, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especial, promulgada pelo governo espanhol em colaboração com a Unesco, tendo como objetivo de promover diretrizes básicas

para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais em conformidade com o movimento de inclusão social

Diante disso, a Declaração de Salamanca é vista como sendo um dos principais documentos mundiais que visam à inclusão social, juntamente com a Convenção de Direitos da Criança (1988), assim como também com a Declaração sobre a Educação para Todos de 1990. Desta forma ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, na qual cuja origem fora atribuída aos movimentos de Direitos Humanos, bem como o de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70.

Nesse contexto, as implicações educacionais abordadas a partir das orientações dados pela Declaração de Salamanca, a qual faz um respaldo quanto à inclusão na educação, a mesma apresenta em seu documento o seguinte, "o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter." Perante a essa afirmação é que a Educação deva ter como ponto principal na equidade em todo o seu proceder, para proporcionar a todos uma aprendizagem significativa independente de suas especificidades.

Com isso, é imprescindível que as escolas para serem inclusivas devem reconhecer e responder de modo coerente ás diversas necessidades de seus alunos, buscando acomodá-las no que diz respeito aos estilos e ritmos de aprendizagem, e assim venham lhes assegurar uma Educação de qualidade a todos, proveniente de um currículo apropriado, de modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos, e assim como também uma real e efetiva parceria com a comunidade, visto que as escolas inclusivas veem nas crianças com necessidades especiais seres que têm potencialidades, apenas bastam ser aflorá-las.

Conforme a Declaração de Salamanca (1994, p.5) diz

> Principio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola.

Assim como também afirma Evêncio (2018, p. 54)

> É preciso compreender, no entanto, que mudanças na educação para atender ao paradigma vigente da inclusão educacional dependem de diversos fatores como, por exemplo, o contexto social, econômico e cultural em que se insere a escola, as concepções e representações sociais relativas à deficiência e, por fim, os recursos materiais e os financiamentos disponíveis à escola. Ou seja, a formação do professor deve atender às necessidades e aos desafios da atualidade de modo a mobilizar seus conhecimentos, articulando-os com suas competências mediante ação e reflexão teórico-prática.

Nessa mesma linha, a autora ratifica (2018) que é essencial que o currículo seja bem construído de modo que o mesmo venha ser flexível, dinâmico e inovador, entretanto compreende-se que essa tarefa não é fácil, todavia se precisa se fazer presente em meio a Inclusão, e é mediante essa ação que ocorrerá uma sábia seleção dos conteúdos, das questões políticas, éticas, históricas, entre outros, e sendo primordial que haja uma reflexão no que diz respeito a que público esse currículo que estar sendo elaborado, nesse caso, educadores, para que desenvolvam com destreza as suas competências e habilidades para atuar em escolas inclusivas.

Sob tal perspectiva é que Evêncio (2018, p.94) salienta que

> O professor, que há anos acumula experiência docente, precisa refletir sua prática e se permitir mudanças no sentido de superar paradigmas, saber que tem o direito à formação e se conscientizar de que a escola somente irá cumprir sua função de formar o aluno que tenha necessidades específicas se ele, professor, estiver ciente da sua responsabilidade com a inclusão, partir do pressuposto de que inclusão sem formação é exclusão.

Por essa razão que a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais tem sido a questão central da Declaração de Salamanca, a qual busca fazer que os mesmos pudessem não só serem inclusos dentro do sistema regular, mas que tenham acessibilidades, bem como acomodações que respeitem as suas especificidades, e que as proporcionam oportunidades de atingir o nível de aprendizagem. Como preconiza Prado e Freire (2001, p.53) “Ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural.”

É nesse aspecto que de início a Declaração de Salamanca buscava abordar os direitos humanos e a Declaração Mundial sobre a Educação para todos, e com isto apontando princípios embasados em uma educação especial, bem como de uma pedagogia centralizada na criança. Diante disso, a mesma apresenta tanto propostas como direções e recomendações da Estrutura de Ação em Educação Especial, e com isto proporcionando um novo pensar em educação especial, com orientações de âmbito Nacional, Regional e Internacional.

Segundo as orientações e sugestões para ações em nível nacional, as quais são organizadas em subitens seguindo desta maneira:

- Política e Organização;
- Fatores Relativos à Escola;
- Recrutamento e Treinamento de Educadores;
- Serviços Externos de Apoio;
- Áreas Prioritárias;
- Perspectivas Comunitárias;
- Requerimentos Relativos a Recursos.

Tendo este conjunto de propostas e recomendações expostas pela Declaração de Salamanca e sendo guiados por estes princípios com o intuito de buscar não somente a conscientização sobre a importância do proceder diferenciado para com as pessoas com necessidades especiais, assim como também seja a elas dado um ambiente propício para o desenvolvimento de sua aprendizagem. Estes princípios são:

- Independente das diferenças individuais, a educação é direito de todos;
- Toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada com necessidades educativas especiais;
- A escola deve adaptar–se às especificidades dos alunos, e não os alunos as especificidades da escola;
- O ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças.

De acordo com esses princípios, é notória a preocupação deste documento em ratificar o seu compromisso em promover concepções pertinentes para que haja um novo olhar para com as pessoas com necessidades especiais e que de fato assim seja lhes dado uma educação de qualidade, e com isto, seja realmente cumprindo à Lei que reza que a “Educação para Todos” deste modo, seja urgente o providenciamento para que as crianças especiais sejam contempladas em uma educação de qualidade e significativa.

Como testifica a Declaração de Salamanca em seu art. 1º (1994) “A urgência em crianças com necessidades educativas serem inseridas no ensino regular bem como os benefícios desse acontecimento para a inclusão e a possibilidade de ruptura com conceitos discriminatórios existentes.”

Nesse caminho de respaldo sobre a Educação especial, a Declaração de Salamanca em seu artigo 2º (1994) menciona que,

> Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
> Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Assim, neste cenário será possível haver possibilidades mediante a inserção de crianças com necessidades educativas no ensino regular de proporcionar a integração entre as diferenças. E com isto enfrentar a realidade e compreender a existência das diferenças que constituem o ser humano e partido desse pressuposto poderá fazer com que a humanidade rompa com a discriminação, assim como também com o preconceito que tem sido uma das grandes barreiras a ser transponíveis, e por vezes isso ocorre devido à falta de conhecimento e pelos estereótipos pré-estabelecidos pela sociedade.

Para que essa realidade seja existente nas escolas é preciso que todos estejam dispostos a contribuir para com a inclusão das pessoas com necessidades especiais. Como ressalta Freire (2005, p. 79) “Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa sozinho: os homens se educam em comunhão mediatizados pelo mundo.” Ainda o autor evidencia de que “Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar, para ao lugar de encontro com eles,”

A Declaração de Salamanca em suas pontuações quanto a inclusão, ainda assevera de que o conceito de necessidades educacionais especiais poderia ser ampliadas, e assim o fez, deste modo, a ideia de “necessidades educacionais especiais” incluiria além das crianças com deficiência, seriam também as que estivessem com dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estivessem em contínua repetência escolar, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivam na rua ou moram distantes de quaisquer escola, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas.

Seriam também inclusas as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, as que sejam vítimas de guerras ou conflitos armados ou as que por qualquer motivo venha estar fora do âmbito escolar. Diante desta realidade que assolam a vida escolar de muitas crianças, é preciso que todos que compõem corpo educacional, estes venham estar

imbuídos de compaixão e amor e o compromisso por resgatá-las através da educação, e o maior deste seja o amor, o atuante em todas as atividades educativas.

Freire (2005, p. 92) nos faz refletir sobre “o amor” ao enfatizar que,

> Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação. Nesta, o que há é patologia de amor: sadismo em que domina; masoquismo nos dominados. Amor, não. Porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, porque é amoroso, é diálogo [...] Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo.

Diante disso, considera-se por parte do autor de que o amor, não é um mero sentimento, mas sim uma ação contundente de auxiliar aqueles oprimidos por quaisquer situações, e assim lhes darem a oportunidade de se transformarem através de uma educação igualitária que vê a todos de igual modo, e esta visão buscará subsídios para oferecer uma educação inclusiva, e com isto, possam adquirir conhecimento que lhes serão de grande valia para seu proceder frente aos desafios que a sociedade em que estejam inseridos os provenha, e logo possam corresponder satisfatoriamente.

Assim como pontua Mittler (2003, p. 94)

> No campo da Educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, como o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todos as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola[...]

Para tanto, a escola passa a ser vista como *lócus* onde o alunado irá se beneficiar, bem como se preparar para uma sociedade igualitária, sendo esta realidade que vai muito além de apenas uma reestruturação física, mas também requerendo uma reestruturação dos autores escolares atuantes na escola.

Assim como ratifica Freire (2005, p. 141)

> Se os homens são seres do quefazer é exatamente porque seu fazer é ação e reflexão. É práxis. É transformação do mundo. E, na razão mesma em que o quefazer é práxis, todo fazer do quefazer tem de ter uma teoria que necessariamente o ilumine. O quefazer é teoria e prática. É reflexão e ação[...]O seu quefazer, ação e reflexão, não pode dar-se sem ação e a reflexão dos outros, se seu compromisso é o da libertação.

Diante destas considerações, nos faz entender de que a teoria é muito relevante por tê-la, contudo a prática é essencial que se pratique em conformidade ao que foi adquirido, pois de nada valerá se a mesma permanecer em nós. Como afirma Freire (2005, p. 87) “o mundo, agora, já não é algo sobre que se fala com falsas palavras, mas o mediatizador dos sujeitos da educação, a incidência da ação transformadora dos homens, de que resulte a sua humanização”.

1.2 O que dizem as Leis sobre o cidadão com TEA

As leis quando promulgadas trazem aos beneficiados direitos assegurados que os permitam desfrutar de benefícios que os ofereçam uma vida com qualidade. No entanto antes de adentrar a leis que equipararam as pessoas com TEA, se faz necessário fazer uma retrospectiva quanto ao início da proposta voltada para uma educação especial para educandos com deficiência. Já que a educação a essa clientela precisa ser concebida como parte integrante da educação.

Como diz Mazzota (2005, p. 75)

> A Educação Especial é entendida como parte integrante da Educação visando ao desenvolvimento pleno das potencialidades do “educando com necessidades especiais” [...] Pela primeira vez, a expressão “educando com necessidades especiais” em substituição à expressão “aluno excepcional”, que, dai, para frente, é praticamente abolida dos textos oficiais. Todavia, a nova expressão surge mais como eufemismo do que, propriamente, como fruto de nova compressão da clientela da educação especial.

Diante desta perspectiva que se desenvolvia mediante a substituição da nomenclatura para as pessoas com necessidades especiais e que se apercebeu que as mesmas têm o direito à educação, deste modo fazendo com que a educação especial fosse parte integrante da educação e que ela visasse desenvolver as potencialidades desta clientela.

Como enfatizam os autores Mazzota, Sousa e Zákial (2009, apud EVÊNCIO, 2018, p.88)

> Educação Especial é um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, para garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens.

É certo que por meio da visão dos autores compreende que essa realidade é possível quando a escola se aperceber como sendo o ambiente que promova a efetivação de uma educação para a cidadania, ou seja, tendo em vista à participação ativa e social através de mecanismo e organização para que assim possa atender a diversidade a ela imposta com relação aos educandos com necessidades especiais.

A Educação Especial no Brasil se iniciou mediante a inspiração e olhar dos brasileiros pelas experiências concretas nos país da Europa e nos Estados Unidos da América do Norte, e deste modo os impulsionaram a dar início a proposta de uma educação especial. Já no século XIX, com a organização de serviços que contemplavam os cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Este atendimento caracterizou-se por meio de iniciativas oficiais e particulares isolados, já que havia um interesse por parte de alguns educadores pelo atendimento educacional das pessoas com deficiência.

Deste modo a inclusão da "educação de deficiente", da "educação dos excepcionais" ou da "educação especial", na Política Educacional Brasileira veio ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX. Com isto a evolução da educação especial no Brasil ocorrera em dois períodos: 1º período foi em 1854 a 1956- Iniciativas oficiais e particulares e isoladas, 2º período foi em 1957 a 1993- iniciativas oficiais e de âmbito nacional.

Com isso, o atendimento escolar especial para educandos com deficiência teve seu início, no Brasil, na final década de cinquenta. E que foi precisamente em 12 de setembro de 1854, ano em que ocorreu a primeira providência com relação a esse atendimento, o qual foi concretizado por D. Pedro II, que por meio de um Decreto Imperial nº 1.428, fundou O imperial Instituto dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro, e esta fundação se deu em grande parte a um cego brasileiro, José Álvares de Azevedo.

Diante desta perspectiva de luta em prol dos indivíduos com necessidades especiais, é que o discurso de equidade da Educação Especial Inclusiva vem se propagando, para que por meio desta educação haja uma valorização do ser humano que tem algum tipo de deficiência, assim lhes sejam oferecidos subsídios, com isto, desenvolvam a sua autonomia, e tenham seus direitos cumpridos, de igual modo aos ditos normais, conseguinte a sociedade venha ter um olhar diferenciado, e assim os respeitem com as suas especificidades. Assim como é ressaltada na Declaração de Salamanca (1994, p.18), que diz "toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas".

Neste sentido é que a Educação inclusiva é de suma importância para as inúmeras maneiras de ensinar os alunos com deficiência, para que tenham o direito a uma educação de qualidade e significativa, e que os possibilitem a se desenvolveram satisfatoriamente.

Como afirma Cunha (2013, p.8)

> O ensino especial é inclusivo quando se ocupa da autonomia do aluno e o capacita para o ensino regular, para a vida familiar e para a vida social. Dessa forma, o ensino cumpre seu papel quando atende à diversidade discente com equidade, sem preconceitos, observando as especificidades de cada indivíduo, buscando sua formação integral.

É indubitavelmente que as políticas públicas no Brasil relacionadas a inclusão, equiparem as instituições para que as suas atuações educacionais sejam de modo eficiente e eficaz e assim proporcionem as pessoas com deficiência um ensino de qualidade e significativo e assim os ofereça uma formação holística. Para Cunha (2013, p.8) "Essas políticas de inclusão [...] permitem o fortalecimento de suportes de serviços por intermédio da formação e da atuação dos seus professores".

As pessoas com necessidades especiais tiverem uma visibilidade, mesmo que ainda em passos devagar, pois haveria de incluí-los em uma educação regular, pois que até então tinha seu desenvolvimento educacional ainda em ambiente específico para atender suas especificidades, ou seja, contudo, a luta contínua para que haja uma educação inclusiva e assim propague uma concepção em que reconheça o indivíduo capaz de se desenvolver, independentemente de suas especificidades e condições que venham afetar seu desenvolvimento ou algum prejuízo seja no âmbito físico, sensorial ou intelectual, estes têm seus direitos garantidos na Constituição Federativa de 1988 no artigo 205 e o qual está enfatizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/1996, no artigo 2º e 3º, inciso I e IX:

> Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
> Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> [...]
> IX- Garantia de padrão de qualidade;
> [...]

Nota-se que os princípios ressaltados e os quais dão direitos e garantias para as pessoas com deficiência reacendem sobre a importância da inclusão social e escolar, visto que

diante desta luta haviam sujeitos que eram excluídos por serem diferentes, porém que esta Lei reforça que o papel da educação é construir uma sociedade que faça valer o cumprimento destas leis e que os atendimentos tenha um objetivo de amparar de modo significativo e com qualidade os sujeitos com necessidades especiais, ou seja uma escola, seja a mesma comum ou especial tenha essa percepção de inclusão.

Como enfatiza Batista (2006, p.8, apud EVÊNCIO, 2018, p.35)

> Diante da inclusão, o desafio das escolas comum e especial é o de tornar claro o papel de cada uma, pois uma educação para todos, não nega nenhuma delas. Se os compromissos educacionais dessas não são sobrepostos, nem substituíveis, cabe a escola especial complementar a escola comum, atuando sobre o saber particular que invariavelmente vai determinar e possibilitar a construção do saber universal.

A reflexão proposta pelo autor é apresentar uma vivência bem conhecida quanto ao atendimento às crianças com deficiência, e a existência de classes diferenciadas, ou seja, salas para alunos que não possuíam nenhuma deficiência e estes ficariam nas classes comuns, enquanto que os alunos com necessidades especiais seriam direcionados as salas especiais, e assim ambas estariam suprindo uma a outra no processo ensino-aprendizagem dos alunados.

Grande vitória se conseguira certamente com essa Constituição Federal de 1988, a qual apresenta a democracia e a valorização da educação e ensino para as pessoas com deficiência. Entretanto fora mediante o documento: Estatuto da Pessoa com Deficiência, a representação de uma das maiores conquistas dos direitos das pessoas com deficiência, e sendo este mais conhecido como a Lei Brasileira de Inclusão- (LBI). Essa Lei, de número 13.146/2015 e a qual estar em vigor desde janeiro de 2016.

Esta Lei se configura um marco na história das pessoas com deficiência, dando a elas direitos que vai do atendimento nos Âmbitos dos setores sociais, os quais garantem direitos que permeiam acesso aos mais variados espaços, seja atendimento em saúde, educação, jurídico, lazer, transporte, sendo o descumprimento desses direitos pelos sujeitos, órgãos e instituições, estarem sujeitos a penalidades, pois esta lei também visa punições a quaisquer discriminações seja relação a étnicas, raça ou crença.

A Lei Brasileira de Inclusão proporcionou inovação e avanços, visto que a mesma não apenas pauta a responsabilidade de instituições ou espaços físicos, mas de sujeitos e profissionais a estarem inseridos na participação ativa no processo de inclusão, desta forma a Lei só terá eficácia efetivamente se todos saibam de suas responsabilidades para a efetivação desta Lei.

Como enfatiza Evêncio (2018, p. 35 e 36)

> A responsabilidade e a importância da atuação do professor, pois, além da função de mediação no processo de ensino e aprendizagem, busca desenvolver as potencialidades dos seus educandos, sem ignorar ou valorizar sua condição, mas respeitando e partindo desta para seu processo didático-metodológico e não mais limitando suas potencialidades e/ou reduzindo o sujeito à sua deficiência. Até mesmo o termo empregado nessa perspectiva tem uma função psicológica com vistas a um novo olhar para esse sujeito: pessoa deficiente e não deficiente.

Contemplar desta concepção é compreender para que toda boa lei se efetive requer que todos envolvidos se façam presente ativamente e assim haja participação de todos no cumprimento desta lei, e com isso venham trazer benefícios para aquele que a mesma contempla.

Havendo leis que equipara as pessoas com deficiência e que torna conhecidas suas potencialidades, bastam que a elas sejam dadas os direitos para que se desenvolvam como é dado aos demais, entretanto quanto as pessoas com Transtorno do Espectro Autismo, não eram contempladas, visto que por não se ter conhecimento desta patologia, a mesma não era considerada uma deficiência e assim sendo eram eles desassistidos. Porém os pais de autistas e profissionais que buscavam entender e melhorar a vida deles, com isso todos estavam engajados para que fossem amparados por leis para que tivessem o direito de acolhimento especializados para que a eles fossem oferecidos uma educação de qualidade e trouxesse aos mesmo também qualidade de vida e não fossem alvos fáceis de preconceitos e abandono. Como afirmam Rodrigues e Spencer (2015, p.26) “Cada criança, como qualquer outra criança, é mais ou menos desenvolvida de acordo com o meio, os estímulos e a atenção que recebe. Com o autista, isso não é diferente”.

Os familiares com crianças com autismo e os profissionais buscaram lutar veementemente para que as mesmas tivessem direitos garantidos por lei, e o primeiro passo foi concedido com a fundação dos Amigos dos Autistas, o AMA, em São Paulo, o qual foi fundado em 8 de agosto de 1983, primeiro grupo formado por pais e profissionais e muitos outros espalhados pelo Brasil, havendo a criação da Associação Brasileira de Autismo – (ABRA) tendo também vários Congressos Nacionais e internacionais; assim como Grupo de Estudos e Pesquisas; e tendo contribuições na construção de vários documentos para a inclusão dos autistas na educação, nos serviços de saúde, assistência e perceptivo crescimento do movimento social no Brasil.

O aparato dos indivíduos com Transtorno do Espectro Autista- (TEA), bem como do reconhecimento dos mesmos como sendo sujeitos com deficiência para todos efeitos legais, garantido pelo § 2°, Art. 1°, da referida lei, o qual estabelece que “A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (BRASIL, 2012, p. 1). Foram possíveis através da Lei Berenice Piana, que fora promulgada e aprovada em 27 de dezembro 2012 da Lei Federal n° 12.764/12, mediante a ela foi instituído a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A partir dessa Lei, os autistas obtiveram o direito legal de serem incluídos na escola regular, assim como também tivessem o direito a acompanhamento especializado, quando for necessário.

De acordo com o estabelecido na Lei nº 12.764/12 no art. 3º

> Caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino em que a pessoa com transtorno do espectro autista ou com outra deficiência estiver matriculada disponibilizará acompanhante especializado no contexto escolar.

Conforme a Lei é necessário que toda instituição se equipare de forma coerente e que atenda as especificidades de cada indivíduo em sua deficiência, deste modo, proporcionar aos alunos com TEA ou a outros e com outras deficiências, para que tenham uma educação de qualidade e significativa, bem como o de desenvolver o seu cognitivo de maneira com que o torne mais independente.

Mediante a Lei supracitada de nº 12.764/12, as crianças com autismo além de terem sido contempladas com a visibilidade que outrora não tinham, foi dando a elas tanto proteção como também a eliminação de quaisquer formas de discriminação, assim como reafirmando todos os direitos de cidadania destes indivíduos. Consequentemente proporcionando aos acometidos por essa síndrome os direitos a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamento; acesso á educação; à proteção social que concede benefícios, cuidados e moradia; conseguinte a trabalho e a provisões adequadas de serviços que resultem para os autistas a igualdade de oportunidades.

Os avanços significativos em termos sociais para as crianças com Transtorno do Espectro Autista, através da Lei Berenice Piana, trouxeram a essa clientela o aparamento de seus direitos, deste modo reafirmando conceitos e concepções presentes na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), homologada pelo Brasil como emenda à Constituição Federal (1988).

O autismo por suas especificidades traz às instituições desafios para que sejam as crianças autistas acolhidas conforme a Lei acima citada, pois o âmbito escolar precisa não somente aceitá-las, mas conceder a elas uma educação de qualidade e proporcionar um ambiente propício para que sua aprendizagem seja significativa e favorável para seu desenvolvimento os proporcione uma autonomia e independência, e é previsto por ela que as escolas não podem se recusar em matriculá-las, visto que no art. 7° da própria Lei, a qual ressalta que:

> O órgão público federal que tomar conhecimento de recusa de matrícula de pessoas com deficiência em instituições de ensino vinculadas aos sistemas de ensino estadual, distrital ou municipal deverá comunicar a recusa aos órgãos competente pelos respectivos sistemas de ensino e ao Ministério Público.

Este aparato desta lei, elimina as ações de rejeição para com as crianças com Transtorno do Espectro Autista por parte das escolas, pelo motivo de não estarem preparadas, seja estrutural ou capacitação de seus profissionais para receber esse público alvo e queiram negar a matricula destas crianças.

Compreendendo a Lei Berenice nº 12.764/12 e vendo as medidas necessárias que dão aos autistas acessos à saúde, educação e assistência social, que o Governo Federal através do Ministério da Saúde (MS), elaboraram um documento intitulado de Diretrizes de Atenção à habilitação/reabilitação das pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo no Sistema Único de Saúde- SUS, e esse documento tinha como finalidade reafirmar o direito universal de acesso à saúde para os indivíduos acometidos por essa síndrome, bem como mostrar a importância de se desenvolverem ações intersetoriais e articuladas com a Educação e Assistência Social.

O documento do MS referido acima define uma atenção aos indivíduos com Transtorno autístico no âmbito da saúde, no qual envolve um conjunto de medidas nos níveis de atenção do SUS, com isso os concedendo o acesso as orientações sobre a identificação em bebês, dos sinais e sintomas referente a síndrome, assim como diagnóstico precoce, e tratamento e medicamento e por fim atendimento em Habilitação e Reabilitação e cuidados com a saúde mental nos serviços de atendimento psicossocial.

É relevante essa seguridade concedida pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Assistência Social, que garante o direito social das pessoas com autismo e de suas famílias, que estejam em situações de vulnerabilidade e risco ou também venham ter seus direitos violados. Para que isso não ocorra e que esteja equiparado de modo coerente a Lei que os asseguram, por isso há serviços sociais que lhes são oferecidos como: o Centros de Referência

de Assistência Social- (CRAS) e o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS).

Há outros serviços como: o Serviço de Acolhimento em Residência Inclusiva e por fim tendo eles acesso ao Programa Bolsa Família, como também ao pagamento mensal com o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – (BPC), no valor de um salário mínimo em curso no país, desde 1996. Ambos de suma importância para a garantia da segurança de renda para os sujeitos com Transtorno do Espectro Autista.

Segundo a Carta Magna, Constituição Federal de 1988, no artigo 5º ressalta que: "Todos são igual perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade".

Diante desta afirmação os familiares de crianças com autismo buscam pelos direitos de seus filhos, sejam eles ainda crianças, adolescentes ou adultos, visto que para eles devem ser os mesmos amparados pelos princípios constitucionais. O artigo 6º da referida Constituição reafirma os direitos sociais que devam ser concretizados e conferidos a eles como: "A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social".

Com a existência da Lei Berenice Piana, proporcionou o reconhecimento do Transtorno do Espectro Autista como sendo uma deficiência e desta maneira concebendo a possibilidade de serem vistas como seres que requerem uma atenção especial e que pudessem ter uma educação especializada e um atendimento de igual modo para que obtivessem uma aprendizagem satisfatória e significativa e resultante disso a LDB 9394/96, ressalta no artigo 4º do inciso III:

> Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, Transtornos os globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Á vista disso, é que se busca o aprimoramento do atendimento a esses educandos que de igual modo aos educandos ditos normais têm direitos a uma educação de qualidade e significativa. Assim é dever da família e do Estado empenharem-se em conceder uma educação satisfatória como enfatiza o artigo 2º da LDB (1996): "A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Com a busca de possibilitar a inclusão dos alunos especiais preferencialmente no ensino regular, a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional preconiza, entre outros, em seu artigo 59º, incisos I e II, de currículo e terminalidade específica para o atendimento destes educandos, que a escola se mobilize para estruturar um conjunto de ações e providenciar recursos necessários que garantam o acesso e permanência de todos os alunos, promovendo um ensino que respeite as especificidades da aprendizagem de cada aluno.

Com a criação da Lei 12.764/2012 constata-se que o Brasil propiciou não somente uma visibilidade a temática sobre o autismo, mas trouxe as crianças acometidas pelo Transtorno do Espectro Autista, um olhar de respeito, acolhimento e principalmente de direitos embasados por leis que devem ser não somente aceitas e garantidas, mas cumpridas para que elas verdadeiramente tenham uma vida de qualidade e uma aprendizagem que as desenvolvam de modo eficaz.

No estado do Piauí, há um projeto da Deputada Federal Rejane Dias que criou uma Carteira de Identificação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a qual foi aprovada no plenário da câmara, e essa carteira tem como objetivo conceder aos autistas prioridades no atendimento, seja na questão da saúde, educação, assistência social, todas as políticas públicas.

A referida carteirinha poderá ser adquirida de forma gratuita pelos órgãos responsáveis de cada município, e para solicitar é necessária apresentação do laudo médico com o código (CID) para o transtorno e os dados básicos de identificação como: nome, filiação e CPF e a mesma terá validade de cinco anos.

Compreendendo que a criança com autismo não tem fisionomia que apresente a dimensão da gravidade do problema, e que mostrem que as mesmas têm uma síndrome que dificulta sua relação social. Como afirma Rodrigues e Spencer (2015, p. 20) “A aparência física dos autistas, a princípio, não expõe a dimensão exata da gravidade do problema, cujos sintomas iniciais surgem antes dos dois anos e seis meses de nascimento do bebê”. Em geral, são crianças de traços singelos e de feições bonitas.

Devido a criança autista não aparentar deficiência física, por isso há por muitos a dificuldade de compreender e aceitá-las como deficientes e por esse motivo havendo essa recusa de que as mesmas tenham atendimento prioritário nos diversos estabelecimentos e tenham o símbolo mundial de conscientização dos Transtornos do Espectro Autista (TEA), que é o Laço que traz um quebra-cabeça de várias cores, nas placas de atendimento prioritário que já existe. Visto que as crianças autistas têm uma característica que é a

hiperatividade que as deixam inquietas e impacientes e podendo as mesmas apresentarem um comportamento agressivo e poderem machucar a si mesmo, e sendo isso um motivo plausível para que buscasse o sancionamento da Lei.

Figura 1 – Placa para atendimento preferencial

- ✓ Faço uma ressalva da imagem do atendimento preferencial, onde é dito portadores, sendo que não é mais utilizado essa nomenclatura, como afirma a Portaria da República- Secretaria de Direitos Humanos, n° 2.344, de 3 novembro de 2010 que diz: "Deficiência não se porta, se tem" diante desta afirmação, houve a mudança da expressão "Pessoa Portadora de Deficiência." foi substituída por "Pessoa com Deficiência."

A visibilidade que ocorreram mediante a Lei Berenice Piana, a qual dera aos autistas direitos relevantes para sua vida e para alcançar uma conscientização da sociedade foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2007, o Dia Mundial do Autismo, com o intuito de conscientizar a população acerca desse transtorno, que atinge milhões de pessoas. Deste então, o dia 2 de abril é celebrado em todo o mundo a importância de se conhecer sobre o Autismo, mediante troca de experiências e ações de combate ao preconceito que ainda circunda o mesmo, e assim haja o melhor proceder para com essas pessoas com esta síndrome e principalmente respeito para com elas.

Segundo Silva (2012, p. 6), para que haja um tratamento coerente com relação ao autismo se faz necessário a quebra de paradigmas como a eliminação de culpas, bem como o de aprender a despertar, e de valorizar os talentos inatos de cada indivíduo. E para que isso ocorra é primordial que não haja detenção em suas dificuldades, todavia é preciso viabilizar as potencialidades com o intuito de proporcioná-las a sua independência, sua autonomia, assim como também sua socialização e auto-realização daqueles que convivem com essa síndrome e se expressa de modo tão peculiar.

1.3 Entenda o que é TEA - concepções

O termo Autismo é de origem grega que significa “próprio” ou de “de si mesmo”, e desta maneira é usado para caracterizar os comportamentos humanos voltados para o próprio indivíduo. Segundo afirmam Silva, Gaiato, Reveles (2012, p. 29)

> As crianças com autismo perdem muito tempo na ação em si, e não conseguem compartilhar a sua atenção para avaliar as situações externas. Elas demoram mais tempo para abandonar seu foco de interesse e olhar para os pais. Crescem, portanto, praticando atos sem uma modelagem ambiental correta, o que colabora para futuros comportamentos inadequados. Quando agem de uma forma não aprovada pela sociedade, são repreendidos e, muitas vezes, não entendem por que aquilo é errado, pois nunca conseguiram captar as dicas de reprovação.

Como reforça também Praça nessa conceituação do Autismo (2011, p.3)

> […] permanece em seu mundo interior como um meio de fugir dos estímulos que a cerca no mundo externo. Outro motivo para o autista permanecer em seu universo interior é o fato de que, em geral, o autista sente dificuldade em se relacionar e em se comunicar com outras pessoas uma vez que ele não usa a fala como meio de comunicação. Não se comunicando com outras pessoas acaba passando a impressão de que a pessoa autista vive sempre em um mundo próprio, criado por ela e que não se interage fora dele.

O Transtorno do Espectro Autismo (TEA) é um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza pelo déficit na interação social, comunicação e comportamento. Como diz Silva (2012, p.4)

> O autismo é um transtorno global do desenvolvimento infantil que se manifesta antes dos 3 anos de idade e se prolonga por toda a vida. [...]. Caracteriza-se por um conjunto de sintomas que afeta as áreas da socialização, comunicação e do comportamento, e, dentre elas, a mais comprometida é a interação social.

Nessa linha, essas alterações se apresentam desde a idade muito precoce, e que tipicamente ocorrem antes dos três anos de idade, e não sendo um só, visto que há muitos subtipos do transtorno, e por ser bastante abrangente é que o termo usado é “espectro”, pelos vários níveis de comprometimento.

Conforme afirma Silva, Gaiato e Reveles (2012, p.10)

> A principal área prejudicada, e a mais evidente, é a da habilidade social. A dificuldade de interpretar os sinais sociais e as intenções dos outros impede que as pessoas com autismo percebam corretamente algumas situações no ambiente em que vivem. A segunda área comprometida é a da comunicação verbal e não verbal. A terceira é a das inadequações comportamentais.

> Crianças com autismo apresentam repertório de interesses e atividades restritos e repetitivos (como interessar-se somente por trens, carros, dinossauros etc.), têm dificuldade de lidar com o inesperado e demonstram pouca flexibilidade para mudar as rotinas.

Mediante ao que foi exposto, compreende-se que o autista tem comportamento diferenciado das demais crianças, visto que outras sem o transtorna buscam nas relações afetivas, contatos que as fazem serem seres sociáveis e compreendem o ambiente que elas vivem, em contrapartida o autismo causa prejuízos nas habilidades sociais das crianças autistas, e assim vivem elas em seus mundinhos, e as mesmas apresentam repertório de interesses e ações e interesses restritos e repetitivos e tendo elas dificuldades de aceitarem quaisquer mudança em suas rotinas.

De acordo Rodrigues e Spencer (2015, p.22)

> Nos primeiros anos de vida do bebê autista, percebem um atraso de expressão facial, direcionamento de atividades e constatam certa passividade do bebê (bebê hipotônico). [...] A ausência do comportamento que represente dor, perigo e medo nas crianças autista é despercebida. O desenvolvimento emocional é confuso, surgem sorrisos inesperados. Parecem ter uma capacidade restrita para exprimir afetos e entender emoções.

Os autores destacam ainda que

> Todos estes desvios de comportamento precisam ter considerações, caso a caso, individuais, afinal, o universo clínico de cada indivíduo é diversificado, […] e é importante salientar a probabilidade dos sintomas, principalmente quando criança autista, logo cedo, é inserida em um ambiente que propicie a estimulação da interação social (2015, p. 23)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) acarreta no sujeito um comprometimento na interação social, o qual é caracterizado por alterações qualitativas das intenções sociais recíprocas. Como diz Silva, Gaiato e Reveles (2015, p.4), “Caracteriza-se por um conjunto de sintomas que afeta as áreas da socialização, comunicação e do comportamento, e, dentre elas, a mais comprometida é a interação social.” E que se pode também observar que há dificuldades na espontaneidade, bem como uma inabilidade em desenvolver amizade com crianças da mesma idade.

Segundo Silva (2015, p. 13)

> Crianças com autismo, muitas vezes, buscam contatos sociais, mas não sabem exatamente o que fazer para mantê-los. Podem até chamar os

> coleguinhas a irem em suas casas, mas as brincadeiras não costumam durar muito tempo; elas acabam deixando o grupo de lado para brincarem sozinhas.

Compreende-se que o autismo causa ações peculiares no comportamento dessas crianças com TEA, e mesmo tendo vontade de se relacionar, elas perdem rapidamente essa pretensão, já que uma das características dessa síndrome é a dificuldade de socialização.

Rodrigues e Spencer (2015, p. 19) mencionam que,

> Os estudiosos também evidenciam perturbações quanto ao comportamento social. Alguns deles afirmam que alguns autistas até chegam a manter um contato social, porém demonstram uma forma de relacionamento bastante subjetiva, talvez até atípica aos padrões normais de relacionamento.

Ornitz e Ritvo (2001) apud (RODRIGUES e SPENCER, 2015, p.31) discorrem as características, resultantes de estudos sensoriais e do desenvolvimento do comportamento dos autistas, que objetivam contribuir para o aclaramento quanto a evolução do Autismo ao longo da história.

Quadro 1. Características sensoriais e comportamentais dos autistas

ANORMALIDADES DA MODULAÇÃO SENSORIAL	RECEP-TORES DISTAIS	AUDIÇÃO	Tem reações alteradas a diversos estímulos sonoros. Vão da ausência de respostas aos pedidos emitidos pela voz humana até reações de desconforto à recepção de sons. Pressionam o ouvido com as mãos. Têm o hábito de produzir sons pertos ou distantes dos ouvidos, chocalha brinquedos, bate os objetos no chão, na mesa e qualquer outra superfície.
		VISÃO	Ignoram estímulos visuais, pessoas, coisas materiais, podendo chocar-se com paredes, passarem por pessoas como se elas não existissem. O inverso dessa situação acontece quando os autistas são atraídos pela luz, quando fixam os olhos nas mãos, em parte de um objeto e, às vezes, em um ponto fixo perdido no espaço.
	RECEP-TORES PROXIMAIS	TATO	Nos primeiros anos de vida e também em outras fases, são observadas reações de irritabilidade a diferentes texturas de tecidos, ao contato corporal, podendo rasgar uma roupa, destruir um calçado e se afastar de pessoas que lhe abraça. São identificadas respostas embaraçosas oscilantes quanto às sensações de dor e temperatura, ausência de reação a cortes, pancadas, injeções. Presença de reação agressiva ao tocar superfície de materiais ou tecidos
		OLFATO	Cheiram objetos e pessoas (o Cabelo, alguma parte do rosto), pelo gosto, por exemplo: lamber objetos em detrimento do uso da visão e audição.
		GUSTAÇÃO	Em determinadas fases do desenvolvimento, dão preferência a alimentos de sabores muito fortes, como picles e mostarda. Geralmente mastigam com avidez sem diferenciar os sabores das comidas.

Fonte: RODRIGUES**,** Janine Marta Coelho, SPENCER, Eric, **A Criança Autista**- Um estudo psicopedagógico. Editora: Wak. 2º Ed., Rio de Janeiro, 2015.p.32.

As ações feitas pelos autistas dependerão muito do ambiente que os instigará agir com pouca ou muita intensidade em seus gestos peculiar que é balançar e girar a cabeça para os lados rapidamente. E essa atuação evidencia como sendo um tipo de defesa orgânica frente as dificuldades de compreensão sensorial e que para muitos são desordenadas e que os prejudicam em sua comunicação com as demais pessoas de seu convívio.

As causas do autismo ainda são pouco conhecidas, por ser um transtorno multifatorial, no entanto estudos recentes têm demonstrado que fatores genéticos são os mais importantes na determinação de suas causas e se estimando que 70% a 90% estão ligados a mais de mil genes, e tendo ainda também o fator ambiental, mesmo havendo controversas sobre essa afirmação, mas que podem estar associados. Sendo uma síndrome que não tem cura, porém há procedimentos que podem proporcionar uma qualidade de vida aos acometidos por ela.

Como afirma Silva (2012, p.5)

> As primeiras descrições mais fidedignas do autismo surgiram na década de 40, portanto, trata-se de um diagnóstico recente. Obviamente, o problema já existia antes disso, mas, em se tratando de ciência, é um tempo bastante curto. Por isso, ainda estamos em fase embrionária nas descobertas das causas e da cura do problema, embora muitos avanços tenham sido conquistados em termos de entendimento e tratamento eficaz.

A visibilidade dada ao autismo hoje, traz um entendimento de que é uma síndrome que não era conhecida e que a mesma não há cura, mas que vem crescendo os inúmeros tratamentos que amenizam os efeitos causados pelo autismo, e propiciando uma vida com qualidade e de desenvolvimento aos indivíduos com Transtorno do Espectro Autista, assim como também mudanças na vida daqueles do seu convívio íntimo.

Há parte dos estudiosos uma busca constante de descobrir as causas que contribuem para o surgimento do autismo e as consequências que são propiciadas por essa síndrome, e o entende-la é um desafio para muitos dos pesquisadores que procuram respostas que ainda não foram possíveis serem encontradas para responder as indagações referentes ao autismo. O qual apresenta características que são específicas e marcantes nestes indivíduos, que são:

> Tendência ao isolamento, ausência de movimento antecipatório, dificuldades na comunicação, alterações na linguagem, com ecolalia e inversão pronominal, problemas comportamentais com atividades e movimentos repetitivos, resistência à mudanças e limitação de atividade espontânea. Bom potencial cognitivo, embora não demonstrassem. Capacidade de memorizar grande quantidade de material sem sentido ou efeito prático. Dificuldade motora global e problemas com a alimentação. (KANNER, apud MENEZES, 2012, p. 37).

Compreende-se no que foi exposto que o autismo traz ao sujeito grandes prejuízos a sua vida, entretanto é necessário que se veja o autista em sua essência, como sendo alguém capaz de desenvolver habilidades por meio de estratégias coerentes a sua realidade, tendo por ela uma sensibilidade e cuidado para trabalhar com elas de modo com que se descubra as suas

aptidões e possam capacitá-las, e essa busca incessante venha proporcionar ao educador uma extrema satisfação profissional, respaldando que nada é impossível para aqueles que acreditam que educação transforma.

Nesse sentido, ratifica Silva (2012, p. 61) que:

> O autismo é caracterizado por um conjunto de sintomas, com alterações em três áreas específicas: a socialização, a linguagem/comunicação e o comportamento. Os componentes desse trio andam sempre "de mãos dadas" e estão intimamente relacionados. É importante enfatizar que os maiores prejuízos estão sempre ligados às habilidades sociais e, quando não tratados adequadamente, podem desencadear dificuldades por toda a vida.

A autora assevera que: “Para todos aqueles com traços ou diagnóstico de autismo, uma coisa é universal: o contato social é sempre prejudicado. Não, necessariamente, porque estão desinteressados, mas porque não sabem e não aprenderam a arte de interagir e manter vínculos” (SILVA,2012, p. 12).

Nesta conjuntura, será preciso compreender que para quaisquer sujeitos que não são acometidos pela síndrome, conseguem se relacionar sem muita dificuldade, todavia para os autistas é complexo e que para eles o isolamento é um meio de se resguardarem dos conflitos internos, por que para eles a relação social é algo ameaçador e invasivo. Como ressaltam Silva, Gaiato e Reveles (2012, p. 13) “para essas crianças, ficarem isoladas não é exatamente uma opção, mas sim uma necessidade, pois o contato social lhes parece invasivo e intimidador”.

Nesse contexto, os autores enfatizam (2012, p. 13) ainda que:

> As crianças com autismo não escolhem ficar sozinhas, mas a falta de habilidades sociais as mantém distantes das outras, entretidas no seu mundo, sem demonstrar desconforto. Elas são bem diferentes de crianças tímidas, que não conseguem ficar com o grupo por vergonha, mas observam de longe seus coleguinhas, com nítida vontade de serem aceitas e de participarem das brincadeiras.

Isto posto, faz nos compreender que para o autista a socialização é algo difícil e que requer aos que convivem com ele a compreensão de que não é uma opção, mas sim modo para que as ações ao seu redor não os propiciem inquietações que os deixem agitados e os façam a ter ações descompensadas e que não respondem quando são chamadas ou repreendias. Conforme Silva (2012, p. 61) “as crianças com autismo mantêm o mesmo padrão

disfuncional o tempo todo; ou seja, permanecem isoladas, preferem brincar sozinhas, não olham quando são chamadas.”

Tendo em vista as características do Transtorno do Espectro Autista, é preciso ressaltar que a incidência dessa síndrome é maior entre o sexo masculino, sendo assim 4 vezes mais comum em meninos do que em meninas, perante essa realidade compreende-se que 1 em 4 crianças com autismo são meninas, enquanto que de 3 em 4 crianças com autismo são meninos. Todavia nas meninas autistas, a manifestação do autismo é mais intensa quanto comparada aos meninos.

Neste panorama entende que o autismo é recorrente nos meninos, visto que para alguns estudiosos entende que o cérebro de um autista é masculino, devido haver uma quantidade significativa de testosterona, que é um hormônio masculino, durante a gestação, no entanto essa concepção não seja a tese do excesso de testosterona uma forma de explicar ou elucidar todos os casos de autismo existentes no mundo, porém tudo indica que isso pode ser um dos fatores nessa complexa síndrome.

Silva (2012, p. 36) enfatiza que

> Em pessoas com traços de autismo, este cérebro masculino é ainda mais evidente. De fato, o pesquisador inglês Simon Baron-Cohen levanta a hipótese de que o cérebro autístico seria um cérebro predominantemente masculino, como resultado de uma exposição maior à testosterona, o hormônio masculino, durante a gestação. Estudos genéticos, apesar de muito importantes, ainda engatinham nas elucidações da causa do autismo e é provável que a tese do excesso de testosterona não explique todos os casos de autismo existentes no mundo. Mas tudo indica que isso pode ser um dos fatores nessa colcha de retalhos.

Tanto Rodrigues e Spencer (2015) entendem que a relação à capacidade de comunicações verbais e não verbais, ocorrem alguns desvios marcados por distúrbios da comunicação: atrasos de aquisição da linguagem, afasia, distúrbios articulatórios, desvio fonológico, gagueira, disfonia, perdas auditivas, disartria, distúrbio de leitura e escrita, pois para alguns autistas há grande dificuldade em desenvolver a fala, devido as implicações na compreensão dos códigos linguísticos, bem como demonstram retardo na apreensão da linguagem e, ainda, notáveis desvios qualitativos no processo de expressão e também na recepção de ideias, e isso não os permitem fazer uma leitura de mundo, de modo que compreendam os significados das representações, e assim criando obstáculos de comunicação na vida diária.

Cumpre esclarecer que o autismo por ser um transtorno que causa dificuldade na interação do indivíduo com meio em que vive e principalmente em agir de modo peculiar diante de ações que ocorrem ao seu derredor, isso se dá pelo fato de que são seres sujeitos que não estão devidamente preparados para receber ajustadamente as sensações que veem através do meio ambiente, e assim a integrando-as em percepções de forma alterada e com isso resultando em significações inadequadas para elas, desta maneira caracterizando o modo de ser autista. E assim originar uma percepção diferenciada das demais crianças que não tem autismo.

Gorman afirma (1967) apud (JÚNIOR e ADAMO, 2011, p.30) que,

> Nessas Crianças o cérebro não estaria apto a receber adequadamente as sensações provenientes do meio ambiente, integrando-as em percepções de maneira alterada e finalmente significando-as também de maneira inadequada, o que caracterizaria a maneira de ser autista. Isso ocasionaria uma percepção de mundo característica a partir de sua hiper ou hiposensitividade aos estímulos com a decorrente dificuldade de interpretação deles.

Cabe retomar que o entendimento funcional que acontece normalmente na comunicação entre emissor da fala e receptor da mensagem é no autismo muito restrito e patológico, descrito por um aspecto estereotipado na fala, que se constitui na repetição imediata ou retardada de frases e palavras pronunciadas anteriormente, e este desvio é classificado como sendo ecolalia podendo ser imediata ou tardia. Como afirmam Gaiato, Reveles e Silva (2012, p. 21) “Esse comportamento é denominado ecolalia e é característico de crianças com autismo. Ela pode repetir frases antigas gravadas em sua memória, falas de um desenho animado, ou ecoar frases que um adulto acabou de falar.”, contudo essa expressão é como a extensão peculiar dos problemas na área da linguagem, tendo correlação à repetição de expressões sem sentido e sem o intuito de se comunicar, ou seja, sem a intencionalidade de desenvolver uma conversa.

Nesta visão, Silva (2012, p. 92) afirma que

> O cérebro de uma pessoa sem autismo funciona como uma unidade. As várias áreas do cérebro têm suas funções particulares, mas são interligadas. Já nas pessoas com autismo, estas áreas não conseguem se comunicar efetivamente. A pessoa, portanto, tem dificuldade em expressar seus afetos e pode fazer isso de maneira alternativa e inadequada. Farão isso não por falta de sentimento, mas porque a área do cérebro onde os afetos são vividos não se conecta corretamente com a área onde os afetos são expressos. Isso faz

> com que pessoas com autismo tenham sentimentos verdadeiros e profundos, mas não consigam expressá-los tão facilmente.

Para os autistas há uma grande dificuldade de expressar seus sentimentos com as crianças ditas normais, pois as crianças com TEA não conseguem discernir os acontecimentos ao seu redor e muito menos relatar quaisquer atitudes incoerentes ocorridas com elas, já que sua comunicação é extremamente prejudicada devido a sua incompreensão da intenção das perguntas e das ações, visto que os autistas têm dificuldades de perceberem essas intenções das pessoas que estão em seu convívio ou não.

Como asseveram Silva, Gaiato e Reveles (2012, p. 21)

> Crianças com autismo têm pouca curiosidade social e, por isso, não aprendem a relatar os acontecimentos de forma espontânea. Quando os pais perguntam como foi o dia na escola, por exemplo, elas simplesmente não respondem ou dizem sempre a mesma coisa: "Ah, foi muito legal." Os pais não conseguem saber pelos filhos o que fizeram, comeram ou com quem brincaram. As crianças com funcionamento autístico, dificilmente, contam eventos passados e, exatamente por isso, ensiná-las a narrar suas vivências é prioridade no tratamento, até para que possamos identificar situações constrangedoras e humilhantes no ambiente escolar.

Vale ressaltar que o autismo traz ao sujeito uma incapacidade de estabelecer relações com as pessoas, e tendo um vasto conjunto de atrasos e alterações na aquisição e no uso da linguagem e uma obsessão em manter o ambiente intacto, e devido a isso havendo uma tendência a repetir uma sequência limitada de atividades ritualizadas. Bem como apresentando indicadores de déficits comunicativos como: ausência de reação à modulação dos sons da fala sendo em alguns momentos confundidos com surdez, dificuldade em manter contato ocular e atenção compartilhada, falhas na comunicação interpessoal, ausência de sorriso e troca de olhares e assim também ausência do uso de gestos para apontar ou dar tchau. Deste modo essa síndrome afeta a compreensão e a expressão, o gestual e a linguagem falada.

Ainda é relevante ressaltar que o autismo é definido como sendo um transtorno invasivo do desenvolvimento (TID), o qual apresenta basicamente quatro aspectos de manifestações, e estes são: dificuldades na comunicação, protótipos de comportamento estereotipados, assim como um repertório restrito de interesses e atividades e também havendo deficiências qualitativas na interação social.

Nesse contexto, Mello (2007, p. 12) ressalta que o autismo evidencia a tríade de dificuldades que seriam manifestações característicos causados por essa síndrome, que são elas:

> •Dificuldade de comunicação - caracterizada pela dificuldade em utilizar sentido todos os aspectos da comunicação verbal e não verbal. Isto incluem gestos, expressões faciais, linguagem corporal, ritmo e modulação na linguagem verbal;
> •Dificuldade de sociabilização - este é o ponto crucial no autismo e o mais fácil de gerar falsas interpretações. Significa a dificuldade em relacionar-se com os outros, a incapacidade de compartilhar sentimentos, gostos e emoções e a dificuldade na discriminação entre diferentes pessoas;
> •Dificuldade no uso da imaginação - se caracteriza por rigidez e inflexibilidade e se estende às várias áreas do pensamento, linguagem e comportamento da criança. Exemplificado como: comportamentos obsessivos e ritualísticos, compreensão literal da linguagem, a falta de aceitação das mudanças e dificuldades em processos criativos.

Conforme Rodrigues e Spencer (2015, p. 34) diz que "[...] Antes de se estabelecer um diagnóstico, a estimulação, o carinho e a atenção voltada à criança autista, para que se desenvolva, interaja e sinta-se parte daquela família e daquele grupo, são mais importantes do que lhe chamar portadora disso ou daquilo".

A seguir abordaremos o Transtorno de Espectro Autista, os Níveis do autismo, no contexto clínico, pedagógico e escolar, assim como também Salas de AEE e Recursos Multifuncionais e Terapias.

2.TEA – TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA

As características peculiares das crianças com autismo as fazem desenvolver com intensidade o apego a objetos atípicos, assim como também interesses restritos algumas situações específicas. Sendo esse tipo de comportamento algo corriqueiro, chegando a ser contínuo e excessivo, tanto com relação aos objetos assim como também aos locais.

Como ratificam Silva; Gaiato e Reveles (2012, p. 10)

> Crianças com autismo apresentam repertório de interesses e atividades restritos e repetitivos (como interessar-se somente por trens, carros, dinossauros etc.), têm dificuldade de lidar com o inesperado e demonstram pouca flexibilidade para mudar as rotinas.

É nesse aspecto que apresentam elas tais características que lhes são inerentes, as quais requerem tanto dos cuidadores, pais e educadores um tratamento diferenciado das outras crianças, uma vez que a principal área prejudicada, e a mais notória, que é a falta de habilidade social, e isso as impedem de interpretar os sinais sociais, bem como as intenções dos outros e uma coerente percepção do ambiente que vivem, tendo em sua segunda área comprometida é a da comunicação verbal e não verbal, por fim, a terceira sendo as inadequações comportamentais.

Tendo em vista todas essas problemáticas, as pessoas com autismo apresentam muitas dificuldades na socialização, e havendo vários níveis de gravidade, e devido a isso podendo haver crianças com problemas mais severos, que as fazem se isolar em seu mundo impenetrável, enquanto que outras que não conseguem se socializar com ninguém, já outros apenas apresentem traços sutis de autismo, sendo estes quase imperceptíveis tanto para leigos e para alguns profissionais. E por este motivo muitos desses não fecham um diagnóstico, contudo suas pequenas dificuldades devem ser tratadas.

Diante desta realidade é que o transitar entre os diversos níveis de interação social desses sujeitos com essa síndrome trazem tanto aos familiares como aos terapeutas, grandes desafios para que os proporcionem subsídios que os ofereçam qualidade de vida e uma interação que as façam se desenvolver no âmbito social, pessoal e profissional. Perante esses desafios enfatiza Silva (2012, p. 12) “Para todos aqueles com traços ou diagnóstico de autismo uma coisa é universal: o contato social é sempre prejudicado. Não, necessariamente, porque estão desinteressados, mas porque não sabem e não aprenderam arte de interagir e manter vínculos.”

Destarte, é inquestionável de que as pessoas que são acometidas pela Síndrome do Espectro Autista são, cada vez mais, os novos desafios da nossa prática clínica. Tendo em vista que há uma busca incessante por estratégias e procedimentos que agreguem fórmulas para que possam oferecer a eles atividades e tratamentos que os propiciem uma qualidade de vida.

2.1 TEA – Tipos de Níveis do Autismo

O autismo é distúrbios que apresenta vários tipos diferentes de autismo, assim como níveis que variam conforme a suas características distintas em relação a sua gravidade. E estes níveis se apresentam desta maneira:

- **Nível 1 (Leve)**

As crianças apresentam neste nível dificuldades para iniciar a relação social com outras pessoas, podem apresentar pouco interesse em interagir com as demais pessoas, bem como se expressando com respostas atípicas ou insucesso a aberturas sociais. Em geral, elas apresentam dificuldades para trocar de atividades e problemas de planejamento e organização.

Como Enfatiza Silva (2012, p. 131)

> As crianças com autismo têm dificuldade de planejar tarefas, de inibir respostas irrelevantes, de controlar suas ações e de encontrar estratégias diferentes para resolver problemas. Em vez disso, permanecem com os mesmos recursos ainda que eles não estejam funcionando".

Entende-se que neste nível são classificados como sendo pessoas com traços de autismo, que são difíceis de serem diagnosticados, mas que podem trazer prejuízos por toda a vida, se não houver tratamento adequado. Estes traços, muitas vezes, estão presentes em pessoas que convivem em sociedade, de forma natural, e nem nos damos conta de que sofrem intensamente.

- **Nível 2 (Moderado)**

As crianças neste nível podem apresentar um nível um pouco mais grave de deficiência em suas relações sociais, assim como também no desenvolvimento de sua

comunicação tanto verbal como não verbal. Como Ressalta Silva; Gaiato e Reveles (2012, p. 16) “As pessoas com autismo apresentam grandes dificuldades na capacidade de se comunicar pela linguagem verbal e não verbal e, com isso, permanecem isoladas e distantes em seus mundinhos particulares.”

Tendo elas limitações em iniciarem interações sociais, como também prejuízos sociais aparentes mesmo com a existência de apoio. Além do mais, estes são mais inflexíveis nos seus comportamentos, e com isto apresentam grande dificuldade com as mudanças na sua rotina, e sofre bastante quando modificadas, ainda mais expressam em seus comportamentos repetitivos.

- **Nível 3 (Grave)**

Nesse nível, Há déficits bem mais graves no que diz respeito à relação da comunicação verbal e não verbal, além de dificuldades notórias para iniciar uma interação social, com graves prejuízos de funcionamento. Assim como também apresentam dificuldade extrema em lidar com a mudança e com comportamentos repetitivos – o que interfere de forma mais acentuada no seu funcionamento. Ainda contam com grande sofrimento para mudar o foco das suas ações.

Como afirma Silva (2012, p. 131)

> Muitas das características do autismo, tais como inflexibilidade para mudanças de rotina, atividades ritualizadas e repetitivas, perseverança, foco no detalhe em detrimento de um todo, dificuldade de brincar de "faz de conta" e problemas nos relacionamentos interpessoais, podem estar relacionadas com o funcionamento das funções executivas.

Os autores ainda preconizam (2012) de que muitas vezes as crianças com transtorno autístico permanecem apegadas em suas rotinas, uma vez que é mediante a elas que se sentem seguras, e diante disso não tendo necessidade de arquitetar estratégias para venham solucionar problemas simples em seu dia a dia, por isso que continuam a fazer suas atividades sempre da mesma forma, para que assim não seja preciso serem flexíveis ou fazer uso de outros recursos de suas funções executivas para realizar suas atividades para que venham se adaptarem em circunstância diferentes.

Para que se possa compreender quem é o aluno Autista é fundamental que se conheça inicialmente o transtorno na perspectiva clínica, pedagógica e no contexto escolar. Isso porque tais conhecimentos podem contribuir não apenas para aquisição de informações acerca da temática, mas, sobretudo, provocar mudanças conceituais e comportamentais no que diz respeito ao acolhimento e atendimento do educando com TEA.

2.2 TEA – Dimensão Clínica

É de suma importância ressaltar de que o diagnóstico precoce do autismo é imprescindível para se iniciar um tratamento adequado, mesmo não tendo um diagnóstico fechado, contudo o tempo que se perde em não aceitar a probabilidade de que seja autismo e não atuar de mediato acarretará em prejuízos para seu o desenvolvimento, bem como de os oferecerem uma vida de qualidade.

Como afirma Silva (2012, p.137)

> O diagnóstico precoce é de fundamental importância. Por isso, os pediatras precisam observá-las com muito critério desde o nascimento e, a qualquer alteração notada, devem encaminhá-las a um especialista mesmo que não tenham certeza do diagnóstico. No caso do autismo, é melhor pecar por excesso do que por negligência: isso pode mudar o rumo de uma vida.

O processo de diagnóstico de autismo requer uma avaliação criteriosa que correspondem a um conjunto de comportamentos, de vivências e da maneira de ser da criança com Transtorno Espectro Autista.

Diante disso, o profissional seja ele um médico ou psicólogo infantil dever obter um conhecimento robusto no que diz respeito ao funcionamento e no desenvolvimento geral da mesma. Com isto, podendo haver uma análise com mais precisão de tudo que foge à regra, observando os sinais expressados pelas crianças relatados pelos pais ou cuidadores, dado que eles têm acesso e o vínculo com ela há mais tempo, através destas entrevistas com eles, os profissionais precisam ter tanto sensibilidade como uma profunda racionalidade embasada no conhecimento do transtorno.

Como realça Silva; Gaiato e Reveles (2012, p. 7)

> Uma pessoa com autismo sente, olha e percebe o mundo de maneira muito diferente da nossa. Pais, professores, profissionais e a sociedade como um todo precisam mergulhar em seu universo particular e perceber o mundo da mesma forma que ela o vê. Imbuídos desse espírito, os resultados dessa empreitada são surpreendentes e transformadores.

Junta-se a isso a busca por um diagnóstico precoce, visto que é através dele que se poderá chegar a um diagnóstico correto. Assim como os autores (2012, p. 5) ainda dão ênfase que “o diagnóstico precoce e um tratamento efetivo, cientificamente embasado, podem mudar a vida dessas pessoas e daquelas do seu convívio íntimo”.

Assim, em consonância na busca por diagnóstico e por não haver testes psicológicos que determine com propriedade se a criança está ou não dentro do espectro, contudo há alguns instrumentos que poderão servir de meio para obtenção de um diagnóstico e da investigação clínica. Deste modo, atualmente é usado três instrumentos para este fim, sendo instrumentos traduzidos para o português e que estão validados parcialmente para a nossa população e que são estes: A Escala de Avaliação de Traços Autístico (ATA), o Inventário de comportamento Autístico (ABC) e o Questionário de Verificação do Autismo (ASQ). Estes recursos para fazer diagnóstico ainda se encontram fase de validação.

Rodrigues e Spencer (2015) mencionam que mediante os sintomas referente as tenras idades que servem como parâmetros para o diagnóstico do Autismo conforme Leboyer, assim como Michael Rutter, Gauderer e outros teóricos que ratificam de que o surgimento dos sintomas do transtorno do espectro autista se revela a partir dos dois anos e meio (30 meses) de idade, sendo essa característica Clínica fundamental para o seu diagnóstico.

3. TIPOS DE TRANSTORNOS

Ainda em consonância dos autores Rodrigues e Spencer (2015) os mesmos ressaltam que para se compreender a extensão do termo Autismo com as síndromes correlacionadas inseridas no universo dos Transtornos Invasivos de Desenvolvimento com base no DSM-IV, diante desta visão mostra que estão incluídas nesta categoria os transtornos de Rett, o transtorno desintegrativo da Infância, o transtorno de Aperger e o transtorno autista (Autismo clássico). Se faz necessário conhecer as peculiaridades de cada transtorno citados antes:

3.1 Transtorno da Síndrome de Rett

A síndrome de Rett (SR) é uma síndrome rara que acometem mais meninas e causa um distúrbio neurológico incapacitante com grau de severidade considerável, de início precoce, provoca a gradual regressão do desenvolvimento psicomotor de meninas previamente normais. No começo dos sintomas, o diagnóstico é complicado, pode ser confundido com demais transtornos invasivos. Percebe-se, contudo, sintomas mais específicos que repercutem no reconhecimento da síndrome.

Foi relatado clinicamente por Andreas Rett em1966. Um ano antes, foram percebidos comportamento atípicos em 22 meninas, mas que durante um espaço de tempo de seis meses

tinham ações ditas normais, entretanto ao passar do tempo se verificou posteriormente um intenso agravamento evolutivo de estado clínico.

As pessoas acometidas por esse transtorno síndrome podem apresentar, durante o passar dos anos, desgaste muscular, rigidez e suscetibilidade a nenhuma capacidade de linguagem, tornando-as dependentes em potencial. Deste modo as crianças que trazem consigo as características da síndrome de Rett podem receber diagnósticos da síndrome autística, devido às deficiências nas relações sociais. Mas, ao analisar o curso dos dois transtornos, ficam definidas as diferenças.

Os maneirismos no Autismo são mais acentuados. No transtorno de Rett, as crianças perdem por completo suas aptidões verbais, já os indivíduos autistas usam uma linguagem provida de desvios, a exemplo da ecolalia, inversão pronominal e neologismos. As normalidades respiratórias e as convulsões observadas no transtorno de Rett não são vistas no Autismo, exceto possíveis convulsões que ocorrem na adolescência.

Etiologia

Pelas pesquisas, não existem parâmetros que provem com precisão a causa da síndrome de Rett, embora a deterioração progressiva, após um tempo normal inicial transcorrido, possa sugerir uma combinação com determinada desordem metabólica. Também é provável ter ligações de base genética, pois é diagnosticada somente em meninas. Os diversos relatos sinalizam para a aceitação completa em gêmeas monozigóticas.

Sintomas e Sinais

- Comprometimento na evolução psicomotora, considerado após uma evolução normal das habilidades até, pelo menos, o sexto mês de vida. Ausência de registros anormais no desenvolvimento pré-natal e perinatal;
- Após o terceiro mês de vida, é notada uma desaceleração de crescimento da área craniana;
- A capacidade de comunicação receptiva e expressiva sofre um decréscimo, atingindo certos níveis de danos estabelecidos entre seis meses e um ano de idade. Os efeitos vão desde a indiferença e a dispersão até o isolamento afetivo, pouco respondendo aos estímulos ambientais, traços comportamentais também vistos no Autismo;

- Diminuição da ação de agarrar, segurar ou apanhar objetos. O fato de pouco a pouco deixar de utilizar os movimentos dos membros superiores faz surgir as estereotipias manuais, tais como: retorcer as mãos, movimentos de esfregar e bater as mãos e, muitos vezes, parecem simular o gesto de lavar as mãos,. Isto vai acontecendo no intervalo de seis meses a dois anos de idade;
- Convulsões em até 75% dos indivíduos que tem a síndrome de Rett, problemas respiratórios como apneia, hiperventilação e respiração irregular no que diz respeito à coordenação da expiração e inspiração. As escolioses severas são frequentes nestes pacientes.
- Ocorre retrocesso das funções intelectuais e graves problemas no desenvolvimento da linguagem.

Tratamento

São orientadas intervenções medicamentosas administrando anticonvulsivantes para o controle do acesso convulsivo e seções de fisioterapia aplicada à disfunção muscular. A terapia comportamental cuja função é reforçar estímulos positivos (aplaudir, abraçar, movimentar-se com a criança), de muita utilidade no autismo, é direcionada ao controle de comportamento autodestrutivos aos que têm a síndrome de Rett. Em relação à escolarização pelo comprometimento geral, são poucos os progressos.

Prognóstico

Os problemas da síndrome são progressivos. Apesar de os prognósticos não serem totalmente conhecidos pela comunidade científica, estudos de casos mostram indivíduos que, quando chegam à idade adulta, mantêm características cognitivas equivalentes às dos primeiros anos de vida.

3.2 Transtorno Desintegrativo da Infância

Descrito em 1908 como uma deterioração lenta das funções intelectuais, sociais e da linguagem, os Transtornos Desintegrativos, conhecido por síndrome de Heller ou por psicoses desintegrativas, envolvem um conjunto de problemas associados à evolução global do indivíduo.

Percebe-se a presença do desenvolvimento normal nos primeiros anos de vida. No decorrer do tempo, o relacionamento social, o desenvolvimento da comunicação e as práticas

comportamentais para a construção da elaboração do raciocínio e das emoções são significativamente reduzidas. O comprometimento intelectual é visto em uma quantidade expressiva de casos e discute-se a existência ou não de dano cerebral. Com a evolução destas complicações, é que a caracterização deste transtorno desintegrativo da criança aproxima-se da caracterização daqueles que possuem o Autismo.

- **Etiologia**

De causa desconhecida, tem sido associado a estados neurológicos, abrangendo perturbações convulsivas, esclerose tuberosa e diversos transtornos metabólicos. Os dados epidemiológicos não são preciosos estima-se um caso em cada 10.000 meninos e a uma razão de quatro a oito meninos para uma menina

- **Sintomas e Sinais**

A idade mínima para referência, conforme o DSM-IV, é de dois anos. Antes disso, é visto um desenvolvimento supostamente livre de traços anormais. A literatura admite um campo delimitador que varia entre um e nove e entre três e quatro anos de idade para o diagnóstico.

Perda repentina ou sutil ao longo de vários meses das habilidades de comunicação verbal e não verbal, visível regressão nas interações com as pessoas, perturbações motoras ansiedade do interesse nas práticas de jogos (brincadeiras de faz de conta, muito presente durante a infância) e problemas no controle esfincteriano são traços presentes

Existe a perda de habilidades em algumas áreas: linguagem, comportamento social, controle urinário ou intestinal, jogos (cognição) e motricidade. Há comprometimentos no desenvolvimento da interação social, na comunicação, nos padrões de conduta restritivos repetitivos e em alguns comportamentos estereotipados.

O transtorno Desintegrativo da Infância se distingue do Autismo inicialmente por apresentar perda na formação de habilidades adquiridas antes manifestações dos sintomas e, posteriormente, na construção de frases, situação que não acontece nos indivíduos autistas.

Tratamento

Por causa da proximidade clínica com o Autismo, o tratamento defendido a favor do transtorno desintegrativo segue critérios de interferência similares aos dirigidos às crianças com transtorno autístico.

Prognóstico

Pessoas que apresentam declínios progressivos das funções cognitivas, motoras e de linguagem em geral são diagnosticadas com retardo mental considerado de grau moderado.

3.3 Transtorno da Síndrome de Asperger

Foi por meio dos estudos do austríaco Hans Asperger em 1944, o qual relatou uma síndrome classificada por ele de "psicopatia autista", considerando-a como um distúrbio do desenvolvimento associado a alterações orgânicas e enfatizada a hipótese de uma lesão de integração de informações. O relato original explicitava a existência de crianças com sérios comprometimentos de interação social recíproca, além de peculiaridades comportamentais diferentes, se comparadas ao conjunto de atitudes normais, inteligência em níveis aceitáveis e sem atrasos no desenvolvimento de linguagem e nem no desenvolvimento cognitivo.

Sendo assim, as pessoas com retardo mental e sem atrasos de linguagem têm sido diagnosticadas como tendo o transtorno de Asperger ou síndrome de Asperger, definição contida na décima revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Na fase adulta é inerente aos indivíduos com essa patologia a serem considerados como excêntricos, diferentes e com comportamento estranhos.

Etiologia

A causa da síndrome de Asperger é desconhecida. O que se sugere é uma semelhança com o Autismo, estudada à luz de hipóteses genéticas, metabólicas, infecciosas e perinatais (problemas transcorridos durante o parto).

Sintomas e Sinais

Comprometimentos qualitativos acentuados na relação social, como gestos comunicativos não verbais anormais, expressão facial, postura do corpo e contato visual com outras pessoas, são marcados por notáveis perturbações.

Apresentam, muitas vezes, dificuldades para estabelecer relacionamentos com pessoas do seu grupo social, pois parecem não desenvolver uma disposição espontânea para compartilhar atividades, interesses ou realizações.

Desenvolvem também padrões pessoais de comportamento restritos, repetitivos e aparentemente inflexíveis de natureza não funcional. Nota-se a presença de alguns maneirismos motores e insistente preocupação em seguir os mesmos roteiros de atitudes que interferem na vida ocupacional e social. E visto que nesta síndrome não existem atrasos significativos na linguagem nem desenvolvimento cognitivo.

Tratamento

E quanto ao tratamento para amenizar os afeitos dessa patologia busca realizar modelos de intervenção usada também no tratamento do Autismo que é pautada na Educação Especial e Modificação de Comportamento, estas intervenções tendem a exercer influência satisfatória na motivação das potencialidades intrínsecas naqueles que possuem a síndrome de Asperger.

Prognóstico

Desenvolvem uma escolarização dentro da normalidade sem problemas expressivos de aprendizagem. As questões mais comprometidas referem-se ao comportamento e às relações sociais.

3.4 Transtorno do Espectro Autista Clássico

Na extremidade desse espectro é uma patologia que apresenta um retardo mental e a dificuldade de independência e que geralmente é chamada de autismo clássico e, resultante disso, faz com que os indivíduos com essa síndrome tenham grandes dificuldades na interação social, assim como também não conseguem fazer contato visual, bem como não conseguindo desenvolver relacionamentos apropriados e não sentem vontade de compartilhar interesses ou brincadeiras com as outras pessoas, devido a isso terminam ficando isoladas em seu cantinho e não desenvolvendo a linguagem adequadamente e por esse motivo tendo imensa dificuldade em se comunicar, mesmo que venha ser em prol de benefício para si mesmo.

O sujeito que a tem podem vir a precisar de cuidados por toda a vida e cada habilidade deve ser treinada de maneira minuciosa, como nas áreas de higiene pessoal e autocuidados, deste modo o autismo clássico é um problema de saúde grave que requer intervenção muito precoce e, provavelmente, por toda a vida. Deste sentido “cada vez mais buscamos diagnosticar o autismo precocemente ou tratar aquelas pessoas que mesmo sem um diagnóstico completo, apresentam traços que prejudicam sua convivência social”. (GAIATO, REVELES E SILVA, 2012, P. 49)

De acordo com Campbell (2009, p. 54), o autismo faz com que a criança tenha dificuldade de interação com o mundo externo, em alguns casos, podendo evitar o contato físico, visual, e até mesmo não demonstrar suas emoções. No entanto, como denota o conceito de espectro, estas caraterísticas, são diferentes de autista para autista, não tendo um indivíduo com autismo que seja igual ao outro.

Para Rodrigues e Spencer (2015) as crianças com autismo em geral têm traços singelos e de afeições bonitas, e esta aparência camufla a dimensão da gravidade do problema, cujos sintomas iniciais surgem antes dos dois anos e seis meses de nascimento do bebê, sendo recentemente os sintomas descritos clinicamente como sendo tipos de afetos inadequados, dificuldade de perceber intenções e de externar os sentimentos, distúrbios do sono (insônia precoce) e da alimentação, problemas digestivos nos primeiros meses do nascimento, anomalias congênitas e hiporrespostas ou hiper-resposta aos estímulos sensoriais.

Faz-se importante compreender que o autismo não tem cura, porém o seu diagnóstico precoce trará grandes benefícios no desenvolvimento das crianças com TEA, já que quanto mais precocemente uma criança é estimulada, melhores são os resultados a longo prazo, deste modo quanto mais rápido os traços do TEA forem constatados se terá uma ação mais hábil para iniciar as estimulações efetivamente, e estas são essenciais para que se tenha ganhos no desenvolvimento neuropsicomotor, pois as estimulações no momento correto se haverá uma progressão que proporcionará com que as crianças tenham os sintomas mais brando da síndrome. Conforme o pensamento de Silva (2012, p. 46) “o tratamento precoce dessas crianças pode fazer com que elas transitem dentro do espectro no sentido de alcançarem os sintomas mais brandos, quando tratadas corretamente”.

Ainda nesta perspectiva os autores Gaiatos, Silva e Reveles (2012, p. 51) enfatizam categoricamente que: “Quanto mais cedo forem feitos o diagnóstico e o tratamento, maior será a chance de a pessoa no espectro autista aprender a se socializar e desenvolver as habilidades de comunicação e interação que lhe parecem tão difíceis.”

É relevante ressaltar que para efetuar o diagnóstico do Transtorno Espectro Autista-(TEA), é primordial que o caso seja avaliado por uma equipe multidisciplinar qualificada, visto que é uma incumbência difícil de ser realizada por não haver um exame clínico como o de sangue, que o distingue.

Como apresentam Petersen e Wainer (2011, p. 25)

> Para identificar os critérios diagnósticos para o autismo é preciso possuir experiência e especialização, pois eles apresentam um alto grau de

> especificidade e sensibilidade em grupos de diversas faixas etárias e entre indivíduos com habilidades cognitivas e de linguagem variadas.

Percebemos que, na visão dos autores, uma criança com suspeita de diagnóstica deve ser analisada de modo coerente para que se conheça não somente o grau, mas a qual síndrome corresponde as características vistas, mediante a análise se busquem a melhor intervenção que venha de encontro as necessidades da criança e as possibilitem se desenvolver satisfatoriamente.

É nesse aspecto que Rodrigues e Spencer (2015, p. 69) explicitam da seguinte forma:

> Os Transtornos do Espectro Autístico apresentam diferenças baseadas na análise de variáveis, como etiologia, idade de manifestação das alterações comportamentais, características específicas dos desvios de desenvolvimento em cada transtorno do espectro avaliado, diagnóstico, funcionamento intelectual, perfil neuropsicológico e prognóstico. O conhecimento dessas variáveis também ajudará a possibilidade de combinar diferentes princípios de abordagens terapêuticas e educacionais, uma vez que não existe tratamento específico indicado para influir em todas as áreas afetadas.

Compreende-se desta maneira que o diagnóstico é feito através da tríade autista, ou seja, contemplando sempre as áreas da interação social, comunicação e comportamentos restritos. Bem como analisando outras áreas que ajudem na classificação de qual síndrome se trata.

Nesse contexto Cunha (2013, p. 3) enfatiza que:

> Os sintomas variam de indivíduo para indivíduo, em diferentes graus, podendo haver convulsões associada a problemas neurológicos e neuroquímicos, falta de reação à dor, a dificuldade de reconhecer situações de perigo e à repetição estereotipada de certos movimentos do corpo. Por isso que o autismo não é apenas um transtorno de ordem educacional, sendo também acometido por problemas de saúde, psicológicos, psiquiátricos, nutricionais, etc.

Tal fato apresenta a concepção de que o diagnóstico do autismo é efetivamente analisado mediante a observação das especificidades de cada indivíduo para o bom proceder de acordo com as suas necessidades, havendo assim uma intervenção de qualidade e com resultados favoráveis para o desenvolvimento dos acometidos por síndrome do autismo, assim como tendo uma entrevista com os pais que vivem mais tempo com eles, com isto podendo haver um diagnóstico mais assertivo.

Diante de um diagnóstico de autismo as primeiras indagações que ocorrem no seio familiar é como se dará o aprendizado de seus filhos, visto que a partir que o TEA se

manifestar traz consigo inúmeras dificuldades de socialização, assim como também o atraso da linguagem e por esses motivos e outros, é que se requerem intervenções psicopedagógicas para trabalhar com o autista, para assim se desenvolver satisfatoriamente. Como afirma Fernandes (2004) apud Rodrigues e Spencer (2015, p.68) “Atingir o nível real de desenvolvimento da criança e seu perfil de habilidades e dificuldades.”

De acordo com Rodrigues e Spencer (2015, p. 69) enfatizam que:

> A compreensão em nível de tratamento é heterogênea. Diferentes autistas podem beneficiar-se com um determinado tipo de atendimento orientado por métodos da Psicoterapia, enquanto outros autistas podem desenvolver-se a partir de atendimentos norteados por uma abordagem comportamental.

Nessa compreensão, entende-se que a criança autista deverá ser submetida à intervenção de forma interdisciplinar com a finalidade de estimular várias áreas do cérebro faz com que ela possa aproveitar o máximo do seu potencial cerebral e em nível de desenvolvimento neuropsicomotor (ARAÚJO, 2019, p. 28).

Assim, ratifica Araújo (2019) que a estimulação deve ser feita mediante a parceria entre equipe de saúde, família e escola, pois assim os resultados são muito mais promissores do que do que quando ocorre de forma isolada. Assim as famílias e crianças devem ser acolhidas para que adquiram força e persistência no tratamento que a criança com suspeito ou com diagnóstico de TEA.

Entendendo a relevância do diagnóstico precoce é que os profissionais conscientizam aos pais e cuidadores, de que ao suspeitarem de que uma criança obtém traços autístico é essencial que se busque fazer uma análise apurada para que esta criança tenha uma intervenção adequada e principalmente o mais cedo possível, como afirma Gaiato, Reveles e Silva (2012, p. 6) “o diagnóstico precoce e um tratamento efetivo, cientificamente embasado, podem mudar a vida dessas pessoas e daquelas do seu convívio íntimo”. Contudo isso possa não ocorrer já que a cultura popular apregoa é que se deve “Esperar o tempo da criança.”

No entanto os autores Gaiato, Reveles e Silva discordam desta afirmação quando dizem que

> Os pais costumam se tranquilizar quando ouvem dos profissionais de saúde que "cada criança tem seu tempo". Realmente isso é verdade. Cada pessoa tem seu tempo de amadurecimento, suas preferências e seu jeito de ser. Porém, no caso do autismo, é a conexão com o mundo que está prejudicada. Esperar o tempo dessa criança é perder tempo, é deixar uma ave rara presa em uma gaiola e esperar que ela saia voando sem abrirmos a porta.

Percebemos que, na visão dos autores (Silva 2012, p.13) “um dos grandes desafios do tratamento do funcionamento autístico é ensinar a essas pessoas os mecanismos e os prazeres contidos nos momentos de convivência”.

Diante do exposto, Rodrigues e Spencer (2015, p. 69) corroboram o que se assevera os autores ao ratificarem que ao atender coerentemente os autistas e assim viabilizando a redução dos traços autísticos no que diz respeito às relações sociais, da aprendizagem e da escolarização, resultante disso é uma motivação permanente e a expansão e possível maturação da capacidade das áreas comprometidas, com a finalidade de obter resultados mais funcionais, na perspectiva de um desenvolvimento pessoal, através de oportunidades pedagógicas que possam impulsioná-los a desenvolver e a concretizar trabalhos que sejam úteis para atender as suas necessidades.

Compreende-se que diante das ideias dos autores é de que o autismo não tem cura, entretanto se tem tratamentos, ou seja, Métodos de Intervenções, que possibilitarão aos indivíduos acometidos por essa síndrome consigam ter uma qualidade de vida, deste modo se apresentará diferentes abordagens como:

4. OS MÉTODOS DE INTERVENÇÃO

Todo o proceder para que a qualidade de vida seja dada para os indivíduos acometidos pela Síndrome do Espectro Autista que tanto através de um diagnóstico precoce assim como uma intervenção correspondente as necessidades particulares deste sujeito, e com isso resultando em um prognóstico positivo, para que venha se desenvolver satisfatoriamente tanto consigo, como para as pessoas de seu convívio e na sociedade que está inserido. Como dá ênfase Klin (2006, apud BRITO, 2017, p. 15) “A compreensão de que a identificação precoce e a intervenção possibilitam um prognóstico mais positivo, também incentivam a tendência ao estabelecimento de diagnósticos mais precocemente.”

Sendo assim, para que haja uma avaliação e intervenção de eficácia sejam estas atuações em consonância com ações multiprofissional e interdisciplinar, em que tanto fonoaudiólogo, psicólogo, médico, terapeuta ocupacional, psicopedagogo, professor/pedagogo e outros profissionais estejam engajados para atuarem em prol do desenvolvimento do autista. Sabendo-se que o diagnóstico formal (ou laudo médico) do autismo somente poderá ser emitido por profissionais médicos, sendo estes geralmente terapeutas e educadores, os quais

são elementos fundamentais na condução do processo, bem como responsáveis por avaliações específicas em suas respectivas áreas.

Faz-se importante ressaltar de que as intervenções terapêuticas adequadas e a educação escolar são de particular relevância para as pessoas com TEA, assim como para seus familiares, dado que poderão auxiliá-lo para que desenvolvam tanto interesses e competências, os quais os permitam a terem até mesmo a independência na vida adulta em alguns casos. Como Destaca Brito (2017, p. 17) “Intervenções educacionais podem ajudar no desenvolvimento habilidades sociais, resolução de problemas adaptativos e comunicação mais efetiva.”

4.1 Floortime

O Floortime é um modelo terapêutico desenvolvido pelo psiquiatra americano Stanley Grenspan e pela psicóloga Serena Wieder, publicado inicialmente em 1998, o método tem por objetivo o desenvolvimento do relacionamento interpessoal, da comunicação e do pensamento da criança. O modelo se propõe a modificar não apenas o comportamento da criança, mas suas estruturas e funções cerebrais, através de intervenções precoces e adequados a seu nível de desenvolvimento da criança.

Portanto, o objetivo do Floortime é ajudar a criança a alcançar seis marcos de desenvolvimentos que contribuem para seu crescimento emocional e intelectual:

- Autorregulação e interesse pelo mundo –utiliza-se o interesse da criança pelos estímulos ambientais como elementos-chaves no desenvolvimento da autorregulação emocional.
- Interesse especial pelo mundo das relações humanas.
- Habilidade para se comunicar em duas vias, emocional e intencionalmente.
- Comunicação complexa, através do desenvolvimento da habilidade de criar gestos complexos.
-Habilidade para expressar sentimentos e ideias.
- Habilidade para construir uma conexão lógica entre as ideias e a realidade.

4.2 Método Teacch

TEACCH significa tratamento e ensino de crianças com autismo e outras dificuldades de comunicação relacionadas. É um programa de educação especial desenvolvido

por Eric Shopler e colaboradores na Universidade da Carolina do Norte, no início dos anos 1970, com um tipo de abordagem de ensino bastante estruturada.

A metodologia TEACCH prevê uma estreita colaboração entre pais, educadores e demais profissionais e uma coordenação entre as atividades desenvolvidas em casa e nas escolas especializadas para crianças autistas.

Entre os princípios do método TEACCH estão: investigação criteriosa das áreas de competência e interesse do aluno, avaliação constante do processo de aprendizagem, assistência ao aluno para que ele compreenda o sentido do que lhe está sendo ensinado e colaboração dos pais no processo de ensino. O objetivo central do método é proporcionar ao aluno condições para que possa se inserir na cultura não autística, quando adulto.

4.3 Programa Son-Rise

O Son-Rise é uma abordagem projetada para ajudar crianças com autismo, suas famílias e cuidadores. Baseia-se em alguns princípios fundamentais entre os quais:

> - É preciso estabelecer um foco nas motivações e nos interesses da criança, para facilitar-lhe a compreensão e a aprendizagem.
> - Deve-se participar do mundo da criança, imitando-lhe os movimentos repetitivos e comportamentos como forma de facilitar o contato e a interação social.
> - Consideram-se os pais o recurso mais importante e duradouro da criança com autismo.
> - É necessário manter uma atitude positiva e amorosa nas intervenções e expectativas com relação à criança com autismo.

O Son-Rise é o protótipo das abordagens facilitadoras, baseadas na crença de que é preciso entrar na realidade da criança com autismo e deixar que ela guie o adulto através de seus interesses.

4.4 Análise do Comportamento Aplicada (ABA)

A análise do comportamento Aplicada foi criada na década de1930 por Burrhus Frederic Skinner, psicólogo e pesquisador norte-americano. É também conhecida como behaviorismo radical ou comportamentalismo. Ele definiu o comportamento como a relação existente entre as ações de um indivíduo e os eventos anteriores e consequentes a essas mesmas ações. A contingência dos três termos é a unidade mínima de análise de qualquer comportamento.

A terapia comportamental utiliza-se sempre de um processo constituído de três passos básicos:

- Antecedente – é uma ordem ou um pedido feito à criança, seja através de um estímulo físico ou verbal.
- Comportamento- reação da criança, ou fala dela, resultante do estímulo (pedido ou ordem) antecedente.
- Consequente – é a consequência do comportamento da criança. Geralmente inclui um reforço positivo ao comportamento desejado ou nenhuma resposta para a reação considerada incorreta.

No caso do autismo, o analista do comportamento atua em duas frentes: na ampliação e aquisição de comportamento em diferentes áreas (verbais, acadêmicas etc) e na redução de comportamentos não adaptativos (estereotipias, agressividade etc).

4.5 Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (PECS)

PECS é um dos programas destinados ao desenvolvimento da comunicação mais usados para crianças com autismo. Foi desenvolvido especificamente para esse fim. É um sistema de ensino que permite à criança com pouco ou nenhuma habilidade verbal comunicar-se através de figuras, são selecionadas de acordo com o repertório lexical da criança. Pode ser usado em casa, na sala de aula ou em vários outros ambientes.

O treinamento completo é feito em seis etapas diferentes, envolvendo diferentes interlocutores e contexto, no sentido de garantir a efetividade da comunicação aprendida, deste modo fará com que aos poucos, a criança vai ampliando o vocabulário até formar sentenças e ser capaz de expressar, através das figuras, necessidades e desejos.

4.6 Currículo Funcional Natural

Criado no início dos anos 1970, para ser desenvolvido com crianças normais, por um grupo de pesquisadores da Universidade do Kansas, sob a coordenação de Judith LeBlanc, Currículo Funcional Natural foi adaptado, na década de 1980, para pessoas com autismo, a partir de uma parceria entre Liliana Mayo, do Centro Ann Sullivan do Peru, e Judith LeBlanc.

A palavra “funcional” refere-se aos objetivos educacionais, que devem priorizar a aquisição de habilidades úteis para o aluno a curto e a médio prazo.

“Natural” remete aos procedimentos de ensino, que devem ser os mais próximos possíveis do mundo real. Nesse sentido máximo, situações artificiais. Como natural também são entendidas as atividades adequadas a cada etapa da vida. Não faz sentido, segundo o método, ensinarmos a adultos através de jogos infantis. O objetivo central deve tornar o aluno mais independente, produtivo e aceito socialmente.

4.7 SCERTS- Comunicação Social, Regulação Emocional e Apoio Transacional

O SCERTS é um modelo educacional fruto de várias décadas de pesquisa de ensino para crianças com autismo, que adota diferentes metodologias, tendo por bases o desenvolvimento infantil típico e teorias sociais de aprendizagem. O SCERTS incorpora práticas comprovadamente efetivas de várias abordagens, tais como a ABA, TEACCH, Floortime e Son-Rise. O acrônimo SCERTS, refere-se a:

> - SC – Comunicação social – Desenvolvimento da comunicação espontânea e funcional, da expressão emocional e de relacionamentos seguros e de confiança com crianças e adultos.
> -ER – Regulação emocional – Desenvolvimento da capacidade de manter um estado emocional bem regulado, para lidar com estresse do dia a dia e estar mais disposto a aprender e interagir.
> -TS – Apoio transacional – Desenvolvimento e utilização de meios que ajudem as pessoas próximas a reagir às necessidades e aos interesses da criança, modificar e adaptar o ambiente e fornecer ferramentas que melhorem o aprendizado.

O SCERTS também desenvolve projetos específicos para famílias e profissionais envolvidos no processo educativo.

Cabe a reflexão de que o autismo não tem cura, no entanto essas abordagens relatadas anteriormente têm objetivo de trazer a vida dos autistas mais significância e qualidade. Conforme ressalta Silva (2012, p.49) “Não se trata de "curar" o autismo quando é precocemente identificado, mas sim de dar maiores chances de reabilitação para essa criança.”

Desta forma, é preciso que os pais que tenham o diagnóstico de TEA, vejam que seus filhos devam ser cuidados de modo diferente, assim como também não haja de sua parte uma negação para com este diagnóstico, dado que isso trará malefícios ao desenvolvimento deles, ter a atitude de buscar várias opiniões de médicos somente no intuito de que possam discordar do laudo, e afirmar que seu filho não é autista, diante desta incoerente ação, prejudicará em hábil diagnóstico precoce e de um tratamento correto.

Conforme enfatizam Silva, Reveles e Gaiato (2012, p. 139)

> Percebemos que alguns pais não conseguem aceitar o diagnóstico de seus filhos e fazem dispendiosas peregrinações ou verdadeiros "doctor shoppings", isto é, passam de médico em médico em busca de outras opiniões ou diagnósticos. Isso, além de acarretar um desgaste maior na família, traz um atraso considerável no tratamento efetivo da criança. Aqui deixamos claro que segundas opiniões são sempre bem-vindas, mas quando o ideal da família deixa de ser o tratamento e passa a ser uma busca por alguém que fale o que ela quer ouvir, isso se torna um grande problema.

Diante disso, considera-se que a família precisa não só aceitar a condição de seus filhos, mas procurar compreender essa síndrome e de como proporcionar meios para eles tenham uma qualidade de vida, e para que isso ocorra é preciso busquem um tratamento adequado para especificidade que se encontra o seu filho e não buscar opiniões para negação desta realidade.

Tendo em vista que uma criança com autismo precisará de tratamento constantemente para que possa a cada instante conquistar independência ou para alguns, essa realidade é remota, porém poderá conviver com seus familiares de forma menos conflituosas, já que para os autistas sua socialização é algo a ser trabalhado sempre. Com isto requer que os pais estejam imbuídos de informações que os impulsionem a buscar profissionais adequados e capacitados que possam propiciar um tratamento que os auxiliem no cuidado para desenvolvimento da criança com TEA.

Silva afirma (2012, p. 140) que

> O tratamento para o autismo é demorado e pode durar toda a vida. aprender a lidar com este diagnóstico e se informar é o passo mais maduro. Por isso, é importante tirar todas as dúvidas com a equipe, pedir orientações sobre livros, filmes, técnicas e grupo de familiares. Munindo-se de informações, será mais fácil entender as dificuldades das crianças com autismo e ajudá-las a alcançar o máximo do seu potencial. Além disso, a família estará mais preparada para encontrar o tratamento adequado para o seu filho.

Tendo em vista essas problemáticas que envolvem o autismo, a família tem um papel fundamental no tratamento da criança com autismo, pois o que compreende com essa visão é de que a família que nega a realidade de que tem um filho autista é negar com que tenham um tratamento adequado que os proporcionará um desenvolvimento significativo que será propício para que tenham uma vida de qualidade e vivam bem, mesmo com suas limitações.

Neste aspecto os autores Gaiato, Reveles e Silva (2012, p. 150) ratificam que “[...] Fazer terapia sem um objetivo bem-definido traz pouco ou nenhum resultado satisfatório. O tratamento precisa ser feito em conjunto, no qual médico, família, escola e terapia específica para o transtorno do espectro autista estejam em plena sintonia”.

5. A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Compreendendo que a Educação tem um papel relevante na vida de todos, independentes de suas necessidades peculiares, é que se faz necessário abrir novos caminhos de oportunidades e construção de saberes. Diante disso, é perceptivo historicamente que a educação passara por vários estágios e mudanças (legais, conceituais e terminológicas), sobretudo no âmbito da Educação especial.

Assim, surgira uma maneira que viesse contribuir para a educação de pessoas com necessidades especiais, estas fossem de fato assistidas e tendo seu direito a uma educação de qualidade exercida, deste modo foi que surgiu o Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo este um atendimento especializado que organiza o conteúdo pedagógico conforme as características dos alunos como é visto na resolução 04/2009, art. 2°, o qual estabelece que:

> O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Nesse contexto, é notória a contribuição e importância do atendimento educacional para o desenvolvimento do discente com deficiência, uma vez que as estratégias e metodologias diferenciadas da sala comum alavancam o desenvolvimento do mesmo, que por sua vez tem acesso a uma educação equalizadora.

Assim, percebemos que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é o conjunto de atividades e recursos de acessibilidades e pedagógicos organizados institucional e continuamente para atender exclusivamente alunos com algum tipo de necessidade especial, sendo esta atuação no contraturno escolar do discente. Podendo ser realizada em salas de recursos especiais na escola regular ou em instituições especializadas.

E tendo este atendimento como objetivo o de complementar a formação do estudante por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminam as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Em consonância a esta verdade, é de suma importância de que em uma perspectiva de inclusão escolar, se faz necessário que haja a realização de duas matrículas do aluno com deficiência, sendo uma matrícula regular e a outra venha ser em uma sala de AEE, a qual o

discente deverá frequentar no contraturno de sua matrícula da sala comum, por esse motivo, que não basta refletir a questão da escolaridade do aluno com deficiência na AEE, mas também se faz importante entender como se dá a educação do aluno com deficiência na sala comum de ensino regular.

Nesse sentido, mostra-se o quanto o papel da educação é primordial em (re) pensar e (re) construir uma cultura que acate aos pressupostos de uma política inclusiva, visado a partir de novos entendimentos sobre a função e objetivo da própria escola, seja ela a comum ou especial.

Como enfatiza Batista (2006, p. 8)

> Diante da inclusão, o desafio das escolas comum e especial é o de tornar claro o papel de cada uma, pois uma educação para todos, não nega nenhuma delas. Se os compromissos educacionais dessas não são sobrepostos, nem substituíveis, cabe a escola especial complementar a escola comum, atuando sobre o saber particular que invariavelmente vai determinar e possibilitar a construção do saber universal.

A visão do autor nos apresenta uma vivência bem conhecida no que diz respeito a relação de atendimento às crianças com deficiência, mostrando a partir disso, a existência de duas classes, uma que seria para alunos que não possuíam nenhum tipo de deficiência, e a outra para aqueles que possuíam alguma deficiência, todavia deveriam uma suprir a outra no processo do ensino.

Ainda é pertinente ressaltar quanto ao Atendimento Educacional Especializado- (AEE) sobre o seu público alvo, que são educandos com deficiência (intelectual, física, auditiva, visual e múltipla) Transtorno Global do Desenvolvimento- (TGD) este corresponde ao Autismo, sendo contemplados também os de altas habilidades. E estes devam ser assistidos por profissionais especializados.

Como é abordado pela Resolução CNE/CBE n.04/2009

> I – Estudantes com deficiência: aqueles que têm impedimentos de natureza física, intelectual, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas;
> II – Estudantes com Transtornos Globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se definição alunos com Autismo Clássico, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, transtorno Desintegrativo da Infância (psicoses) e Transtorno Invasivos sem outra especificação;

> III- Estudantes com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas, como intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Diante desta clientela a qual requer uma atenção especializada, logo é primordial que haja leis que as amparem e busquem apresentar subsídios que favoreçam para seu desenvolvimento educacional. Assim como é respaldada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n° 9.394/96 "Entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos que dela façam parte."

Foi nessa perspectiva que Evêncio (2018, p.62) reflete de que

> A pessoa, independentemente de sua deficiência, deve ter direitos respeitados e condições necessárias à sua inclusão na rede regular de ensino, levando em consideração as condições de cada deficiente mediante o apoio e a estrutura adequada para atender as necessidades. Portanto, não se espera que pessoas com deficiência se adaptem à escola, mas que esta seja acessível, possibilitando a inclusão desses alunos.

Assim como preconiza a Lei n° 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) as características dos profissionais pautadas pelos seguintes termos:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

> I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender às suas necessidades;
>
> (…)
>
> III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Frente a essas pontuações, compreende-se que é necessário se ter uma Constituição de Política Pública Educacional bem estruturada, com conteúdos coerentes, bem como é essencial que se normatize e assegure o direito a uma educação equalizadora, contudo isso por si só não é suficiente, se faz necessário trabalhar arduamente para que a política aconteça contemplando de forma efetiva o processo de desenvolvimento e aprendizagem do principal sujeito da esfera educacional: o aluno.

Nesta conjuntura, é visto de que o professor de apoio deva estar imbuído de uma formação profissional específica correspondente às necessidades do aluno que irão fazer o acompanhamento, para que assim este venha auxilia-lo de modo coerente e eficaz.

Conforme ressalva Evêncio (2018, p. 94)

> O professor, que há anos acumula experiência docente, precisa refletir sua prática e se permitir mudanças no sentido de superar paradigmas, saber que tem o direito à formação e se conscientizar de que a escola somente irá comprimir sua função de formar o aluno que tenha necessidades específicas e se ele, professor, estiver ciente de sua responsabilidade com a inclusão, partir do pressuposto de que inclusão sem formação é exclusão.

Ainda sobre a questão da formação do professor na questão da inclusão de crianças com deficiência, muitos destes profissionais se sentem despreparados para ministrar aulas para alunos com necessidades especiais, assim como também relatam que falta por parte da escola o promover capacitações para acolhê-los com coerência conforme as suas especificidades.

Assim como afirma Lima (2002, p. 59)

> A formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber crianças com deficiência na sala de aula. Há uma queixa geral de estudantes de Pedagogia, de outras licenciaturas e dos professores que afirmam não terem sido preparados para lidar com crianças com deficiência.

Diante desta realidade é entende-se que a escola é um espaço em que deva ocorrer a concretização das políticas de inclusão e que pressupõe formação docente qualificada para implantação, continuidade e sentido da inclusão. De igual modo, diz Mantoan (2006, p.94) " Atender alunos com necessidades educacionais especiais precisa do domínio conceitual sobre inclusão escolar."

Em consonância a Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, preconiza de que para atuar no atendimento educacional especializado, o docente precisa ter formação inicial que o habilite para exercer a docência, bem como a formação específica na educação especial. Deste modo, o professor do AEE tem como função o de realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, consideração especial.

Diante disso, de acordo com a Resolução citada acima as atribuições do professor de AEE contemplam seguintes às ações:

- Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno;

- Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno;
- Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;
- Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;
- Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistida na sala de aula comum e ambientes escolares;
- Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;
- Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno;
- Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras.

Com base nessas ações é visto que o professor é primordial para o desenvolvimento e a formação do educando, pois buscará mediante a sua capacitação subsídios que os capacitem a terem autonomia para que procedam satisfatoriamente na sociedade que está inserido. Como Evêncio ressalta (2018, p.31) “O professor contribui para a formação de um aluno mais estimulado a pensar, buscar e agir, tendo mais autonomia em sua atuação social e que busque sua mudança, e assim possa refletir numa sociedade mais justa.”

5.1 Recursos Multifuncionais

Neste espaço é onde ocorrem o Atendimento Educacional Especializado- (AEE) para proporcionar aos alunos com necessidades educativas especiais um tratamento diferenciado que os possibilitem estarem acompanhando os conteúdos da classe regular, e os Recursos Multifuncionais funciona na própria unidade escolar em parceria com as esferas de governo: Federal, Estatual e Municipal.

Segundo o autor Brasil (2007) diz que as salas de Recursos multifuncionais são espaços da escola, sendo este lugar utilizado para o atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, e mediante a eles são desenvolvidas estratégias de aprendizagem centradas em um novo fazer pedagógico que favoreçam a

construção de conhecimentos pelos alunos, e assim subsidiando-lhes para que os mesmos desenvolvam o currículo e participem satisfatoriamente da vida escolar.

Estas salas por estarem no ambiente escolar ficam sendo de responsabilidade do diretor e da comunidade escolar, bem como também o de gerenciar a sua conservação e organização e administração. Diante deste trabalho requer que os agentes educacionais unam-se para proporcionar aos alunos um ambiente propício para uma aprendizagem favorável par desenvolvimento educacional.

Como afirma Evêncio (2018, p.27)

> O espaço escolar é caracterizado pelo multiculturalismo, diversidade de raça, gênero, etnia, entre outros, e somada a essa pluralidade, estão as singularidades dos sujeitos, que são resultantes de suas vivências, experiências e relações sociais. Ao mesmo tempo em que as singularidades dos sujeitos, discentes e professores influenciam o ambiente coletivo, a escola na sua pluralidade influencia as formas das relações que estabelecem entre professor e aluno.

É nesse aspecto é que se compreende de que a escola deva cumprir sua função social, bem como construir propostas pedagógicas capazes de valorizar as diferenças, com a oferta da escolarização nas classes comuns do ensino regular e do atendimento as necessidades específicas dos seus alunos e que elas corresponda as suas especificidades. Como afirma Vygotsky (2003, p.25) “O aluno deve ser considerado como um ser interativo e ativo no seu processo de construção do conhecimento.”

Cumpre considerar ainda que as salas de recursos multifuncionais são ambientes que possuem equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos com a finalidade de oferecer um atendimento educacional especializado de qualidade e que tenham como objetivos específicos a serem alcançados, tais como:

- Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular;
- Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

Frente às atuações do educador é notório o quanto é essencial que haja profissionais capacitados para manusear de modo coerente essas salas equiparadas, visto que os recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam para que os alunos alcance com autonomia e independência, no ambiente educacional e social.

As salas multifuncionais têm um âmbito acolhedor e que traz as crianças que se encontram nessa sala não somente um acolhimento que lhe proporcione aprendizado, mas amor e compromisso por parte do educador, como é visto nestes registros fotográficos.

Figura 2- imagens de Salas multifuncionais

Figura 2.1 -Alunos ensaiam os primeiros passos na leitura em Braile e outros aprendendo a formação de palavras

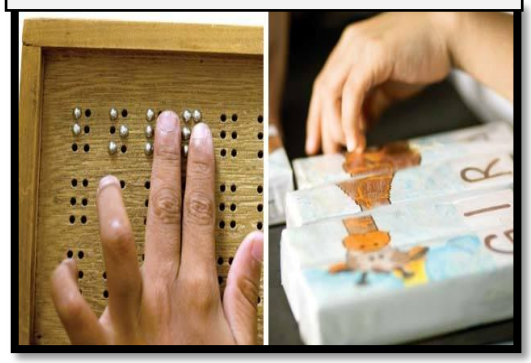

Figura 2.2 -Aluno com deficiência visual utilizando uma lupa para fazer uma leitura e estudar

Figura 2.3 - Sala multifuncional bem equiparada

Figura 2.4- Materiais didáticos usado na sala multifuncional

Figura 2.5 - Professora de apoia em atividades com os alunos especiais

Figura 2.6 - Professora de apoia com a atividade com o painel do alfabeto em Libras

5.2 Terapias para auxiliar no tratamento do Autismo

Frente à realidade do diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, é fundamental que pais e profissionais busquem terapias que poderão amenizar os sinais característicos da síndrome, visto que a mesma não tem cura. Deste modo, requer que ambos estejam imbuídos de conhecimentos dos aspectos gerais e conceituais, assim como também entender as características inerentes as pessoas com Autismo, para que desta forma possam proceder de modo a lhes prover não somente uma avaliação correta, mas oferecer uma intervenção que esteja em harmonia as suas necessidades.

Como respalda Brito (2017, p. 11)

> A Intervenção é que é imprescindível conhecer aspectos gerais, conceituais e entender as características de pessoas com TEA para então pensar sobre como avaliar e intervir. Assim, o primeiro passo é começar a entender o que são os transtornos do espectro do autismo, como as pessoas com TEA se comunica, se comportam, como se sentem e como "percebem o mundo ao seu redor."

Na mesma concepção ressaltam Araújo (2019, p. 28)

> A criança deverá ser submetida à intervenção de forma interdisciplinar a fim de estimular várias áreas do cérebro faz com que ela possa aproveitar o máximo do seu potencial cerebral e em nível de desenvolvimento neuropsicomotor.

Desta forma, é precisa considerar de que um tratamento hábil na vida de um autista é oportuniza-lo a obter uma vida de qualidade e assim venham ao seu modo interagir e viver em harmonia com as pessoas de seu convívio e no mundo que está inserido.

É de suma importância se fazer uma ressalva quanto ao comprometimento de todos no tratamento das crianças com autismo, pois tanto família e profissionais devem estar juntos, para trilhar um caminho de tratamentos e terapias que proporcionem a ela estímulos que a impulsionem para desenvolverem as suas potencialidades. Como ainda afirma Araújo (2019, p. 28) quando diz "a estimulação deve ser feita por meio da parceria entre equipe de saúde, família e escola, pois assim os resultados são muito mais promissores do que quando ocorrem de forma isolada."

Conforme ressalta Kupfer

> A ausência de tratamento pode gerar menos duas consequências negativas: o sofrimento das crianças e de seus pais, de um lado, e, de outro, o aumento do ônus público, com os custos de tratamento de possíveis transtornos mentais

> incidentes na população adulto, uma vez que as crianças não tratadas inevitavelmente ampliarão a necessidade dos atendimentos na vida adulta (1996, apud BRITO, 2017, p.18)

Diante da relevância das terapias na vida dos autistas é que serão apresentados os tipos de terapias usadas no tratamento delas, e o quanto essas terapias fazem a diferença tanto em sua vida como em seu desenvolvimento cognitivo e intelectual. E com isso havendo estratégias importantes para o tratamento do autismo, seja em casos leves, moderado ou grave, incluem:

5.2.1 Musicoterapia

A música ajuda o autista a entender as emoções, aumentando sua interação com o mundo à sua volta. O objetivo não é aprender a cantar ou tocar nenhum instrumento, sendo somente importante saber ouvir e se expressar através dos sons que os instrumentos podem produzir e também através de movimentos de dança, por exemplo, num ambiente leve e descontraído. Como afirma Almeida (2015, p.14) “A música contribui para que a criança tenha mais concentração, favorece a socialização e intensifica os aprendizados.”

5.2.2 Psicoterapia

A psicoterapia deve ser guiada pelo psicólogo e pode ser realizado sozinho ou em grupo, com encontros semanais. Nela pode ser utilizada a terapia comportamental, por exemplo, que pode ajudar a se vestir sozinho.

5.2.3 Psicomotricidade

Pode ser orientada por um fisioterapeuta especialista e durante as sessões podem ser realizados diversos jogos e brincadeiras que podem ajudar a criança a focar sua atenção em apenas uma coisa de cada vez, a amarrar os sapatos, contribuindo para um melhor controle dos movimentos, combatendo os movimentos repetitivos, que são comuns em caso de autismo.

5.2.4 Equoterapia

A terapia com cavalos é muito útil para melhorar a reação de endireitamento do corpo, quando a criança está em cima do animal, a coordenação motora, o controle da respiração e desenvolver a autoconfiança do autista. As sessões geralmente duram entre 30 minutos e 1 hora.

Os Benefícios da equoterapia são inúmeras, tais como: Na atividade de cavalgar os estimula e desafia e assim os proporcionam a autoconfiança, autocontrole e autoestima, e com

isto favorecendo a socialização, mediante o contato com o animal, bem como, com outras pessoas agindo na equipe, e diante disso, facilitando o aprendizado pela atenção, concentração, disciplina e responsabilidade exigidos para cuidar e manejar o grande animal, independente das limitações intelectuais, psicológicas e físicas de indivíduos com autismo, síndrome Down, e outras déficits cognitivos e do comportamento.

Nesta terapia de equoterapia pode haver vários profissionais envolvidos como professores de equitação, pedagogos, psicólogos, professores de pessoas excepcionais, terapeutas ocupacionais, médicos e outros.

5.2.5 Terapia de Linguagem

Essa terapia anteriormente era denominada de terapia da palavra, e atualmente intitulada como Terapia da Linguagem, visto que as correntes mais avançadas da Fonoaudiologia dão preferência essa nomenclatura, dado que a anterior segundo os estudiosos apontava para a concepção de uma prática profissional limitada de somente ensinar a criança a pronunciar algumas palavras e usá-las em respostas a determinados estímulos.

Em detrimento a Terapia da linguagem ultrapassa tal pretensão, contudo não refutando por completo o que a terapia anterior praticava, entretanto insere-lhe a compreensão do amplo conhecimento de todo o processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem, sendo esta terapia tão necessária quanto às demais intervenções, pelo motivo da gravidade na deficiência de comunicação da criança autista.

Não menos importante compreender as finalidades por usá-la, uma das principais dela é desenvolver o processo de formação da linguagem em uma direção de experiências pragmáticas, não é um processo apenas de correção, esta linha de terapia propõe ajudar o autista a organizar e estruturar a linguagem.

E tendo um de seus focos, é o de trabalhar em uma linguagem desorganizada, não somente de corrigir e ensinar palavras, mas a ênfase está em despertar a criança para pronunciar palavras, relacionando-as ao objeto. Como Ressalta Rodrigues e Spencer (2015, p.90) “A criança autista pode até dizer “asa” para “casa”, mas o que vale é aprender a falar, relacionando o nome à representação concreta, ou seja, assimilar o objeto em si motiva o autista ao desenvolvimento funcional”.

6. TEA – ABORDAGEM PEDAGÓGICA E NO CONTEXTO SOCIAL

É de suma importância que o educador seja imbuído de conhecimentos quanto ao autismo e suas características, visto que é mediante estes conhecimentos que o profissional educacional saberá como proceder com essas crianças e buscar de alguma forma estratégias que proporcione uma possível integração com as crianças com TEA. Conforme ressalta Orrí (2003, p.10)

> É imprescindível que o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes. Porém, tais conhecimentos devem servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas […].

Diante dessa reflexão nos faz compreender que o docente precisa ter conhecimento pleno do que seja o autismo, para que haja um retorno do trabalho investido e planejado, para que a inclusão seja satisfatória para a criança com autismo, e sempre em sua atuação tenha o intuito de proporcionar a conscientização dos seus colegas de sala quanto ao autismo para que haja a aceitação e o respeito para com as crianças com autismo, bem como havendo sempre atos inclusivos em suas propostas pedagógicas, pra que resulte em uma aprendizagem significativa para as crianças com transtorno do espectro autista.

O desafio que o educador enfrenta diante do autismo está relacionado em sua buscar constantemente o envolvimento da criança com autismo nas atividades proposta, já que nem tudo lhe atrai, pois suas características principais são o isolamento social do sujeito, sua incapacidade de comunicação verbal e os comportamentos estereotipados e sendo isso um empecilho de envolvê-las nas atividades. Segundo Brito (2015, p.82) “O autismo é uma síndrome complexa que afeta três importantes áreas do desenvolvimento humano que é a comunicação, socialização e o comportamento. ”

Mediante a essa realidade o professor por vezes ficam sem estratégias plausíveis que possam atraí-las e fazer com que elas se deixem envolver e participem no processo ensino-aprendizagem. Deste modo requerendo do educador uma sensibilidade, entretanto a boa vontade pelo professor não é suficiente, se faz necessário que haja por parte da escola uma preocupação de proporcionar o educador uma formação básica, e que a mesma lhe permita ter uma capacitação centrada nos aspectos inclusivos ou específicos para o autismo, para que assim o docente tenha compreensão de como proceder de modo eficaz, e assim possa ensinar a criança com autismo.

A educação especial em toda esfera precisa muito do educador, visto que sua clientela requer uma atenção especializada, e sendo assim deixando o docente de ser apenas um transmissor de conhecimento, e passando a exercer o papel de mediador, buscando em suas atividades uma interação entre os alunos e o professor, ressaltando deste modo que a mediação seja um instrumento que poderá proporcionar o envolvimento da criança com TEA. Como diz Oliveira (1997, p. 8) de que a mediação "é processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento."

Deste modo pode-se ratificar do grande desafio e do papel do educador frente ao acolhimento de uma criança com deficiência em sala de aula, pois caberá ao docente a busca por subsídios que possibilite a integração desta criança e de que a mesma obtenha uma aprendizagem de qualidade assim como as demais e que para isso necessita que o profissional educacional faça uso de estratégias que venham incluí-las nas práticas pedagógicas com eficácia e assim resultando em uma aprendizagem significativa e satisfatória para a criança com autismo. Como enfatizam Monte e Santos (2004, p. 31) "O aluno com necessidades educacionais especiais por apresentar autismo, precisa ser ajudado a adquirir conhecimentos que os outros alunos aprendam naturalmente, por isso a importância das seleções de atividades."

Diante dessa concepção mostra quanto se faz necessário que o educador não somente saiba sobre o autismo, mas que também tenham um conhecimento de estratégias específicas para se trabalhar com crianças com TEA para que assim haja uma aprendizagem favorável para seu desenvolvimento cognitivo, no entanto é primordial que a escola também participe ativamente nesse processo, cabendo a mesma proporcionar um ambiente propício para que essa aprendizagem seja satisfatória. Conforme Oliveira (1994, p.3) "O ambiente é o grande promotor do desenvolvimento infantil, e na perspectiva da inclusão, se o ambiente for positivo, estimulante, cheio de afetividade, poderá proporcionar a criança com autismo melhor desenvolvimento e socialização".

Como ressalta também Evêncio (2018, p.29)

> A escola tem significativa responsabilidade na socialização das crianças com outros agentes sociais (professores, alunos, gestores, sociedade). As relações afetivas estabelecidas no cotidiano da sala de aula destacam importância à permanência do aluno na escola. Dessa forma, convém estimar ao espaço escolar a finalidade de *lócus* acolhedor, fortalecedor dos vínculos afetivos entre professor e alunos, podendo resultar positivamente no desenvolvimento educacional da criança.

Frente a essa concepção reacende a importância que a escola tem no desenvolvimento da criança e assim através dela seja oportunizado o direito de obter conhecimentos que lhes serão primordiais para que sejam cidadãos que contribuam de modo satisfatório na sociedade em que esteja inserido.

Conforme ressalta Evêncio (2018, p.29)

> A escola tem significativa responsabilidade na socialização das crianças com outros agentes sociais (professores, alunos, gestores, sociedade). As relações afetivas estabelecidas no cotidiano da sala de aula destacam importância à permanência do aluno na escola. Dessa forma, convém estimar ao espaço escolar a finalidade de *lócus* acolhedor, fortalecedor dos vínculos afetivos entre professores e alunos, podendo resultar positivamente no desenvolvimento educacional da criança.

Nesta concepção compreende-se que a escola é um âmbito que deva haver e se cultivar as relações entre todos agentes educacionais e seus discentes, bem como seja essa relação harmoniosa e que tenham todos o mesmo objetivo que é o de se trabalhar em prol de uma educação significativa e de qualidade, contudo para que isso aconteça é preciso que todos estejam engajados seja a gestão, educadores, funcionários, alunos e família.

Para Araújo (2019, p.28)

> A estimulação deve ser feita por meio de parceria entre equipe de saúde, família e escola, pois assim os resultados são muitos mais promissores do que quando ocorrem de forma isolada. Assim, as famílias e as crianças devem ser acolhidas para que adquiram força e persistência no tratamento que a criança com suspeita ou com diagnóstico de TEA.

Na mesma concepção a autora ratifica quando diz:

> Como o ambiente possui grande influência na tendência genética da criança, esta intervenção precoce realizada com evidências científicas, intensidade, perseverança, união e afeto faz com que a criança se torne um ser humano com suas potencialidades desenvolvidos, mais capacitado, feliz consigo mesmo e bem-sucedido em sua vida. (2019, p.28).

Além de o ambiente escolar ter sua contribuição no aprendizado, bem como os outros agentes educacionais, é relevante ressaltar que o papel do educador é de suma importância para que os alunos tenham uma educação de qualidade, pois é mediante as suas estratégias e cuidados que se obterá grandes avanços na aprendizagem de seus alunos, pois busca sempre por meio do incentivo, os levarem a participar ativamente em seu processo ensino-aprendizagem.

Diante desta perspectiva, é relevante que o proceder do professor estejam apropriados e que suas ações estejam pautadas no respeito e na valorização das emoções do

aluno, e haja uma reciprocidade entre educador e alunos, e que não haja um olhar de distinção entre seus alunos, ou seja, favoritismo, por que se houver tais situações em sala de aula nos remeterá que a afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade. Freire (2011) apud EVÊNCIO (2018, p.29). E resultante disso autora citada reflete que "O professor não deve permitir que a sua afetividade interfira no comprimento ético do dever docente".

É nesse aspecto que precisa se entender que a relação professor e aluno deva ser algo existente, visto que é de suma importância para o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que essa relação contribuirá tanto para o amadurecimento como para o desenvolvimento do processo cognitivo do discente, deste modo é entendido que o educador exerce influência na vida do aluno, e sendo que seu papel vai além do que diz respeito ao ensino, pois sua ação marca profundamente e de modo significativo à vida escolar do discente.

Evêncio (2018, p. 27) menciona que,

> A relação professor e aluno são importantes para o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que contribui para o amadurecimento e desenvolvimento do processo cognitivo do discente, pois o professor desempenha um papel que vai além da função do ensino, marcado significativamente a vida escolar do estudante.

Diante desta verdade é imprescindível que haja uma investigação não somente do que seja do Transtorno do Espectro Autista, mas conhecer as peculiaridades desta síndrome, bem como esteja o educador munido de conhecimentos com relação as estratégias pedagógicas que alcance os autistas uma educação de qualidade e significativa, e que venha as crianças com TEA terem acesso tanto a aprendizagem e aos conteúdos escolares em conjunto com a turma ao qual esteja inserido. Como afirma Bonoli (2013, p. 02) "O autista tem problemas com a socialização e a convivência. Ao colocá-lo em contato com outros alunos, é possível puxá-lo da zona de conforto e ajudá-lo a conviver em sociedade. Não adianta mantê-lo em uma bolha."

Neste sentido Pereira et all (2015) apud EVÊNCIO (2018, p. 21) dizem que,

> [...] estratégias pedagógicas ao ensino de crianças com TEA, é possível que a inclusão escolar desses educandos ocorra de maneira a garantir o direito de acesso, permanência e aprendizagem no sistema educacional regular. É imprescindível que o estudante com TEA tenha acesso e aprendizagem aos conteúdos escolares em conjunto com a turma ao qual o estudante frequenta.

Diante dessas considerações, o proceder do educador deva ser bem planejado pelo o mesmo, visto que suas atuações poderão trazer marcas positivas ou negativas e isso afetará no desenvolvimento dos discentes e desta maneira fazer de sua sala de aula um lócus onde se construirá uma relação de afetividade, pois além de ser um mediador do conhecimento se faz necessário estar habilitado para manter vínculos afetivos no âmbito escolar e assim neste ambiente todos possam se conhecer e desenvolver o respeito e a aceitação das diferenças.

Segundo Evêncio (2018, p. 28),

> A sala de aula é um espaço para a construção de relações, por isso o professor, além de mediar o conhecimento, precisa estar preparado para estabelecer esses vínculos afetivos no ambiente no ambiente escolar, onde todos possam conhecer o outro, passando a aceitá-lo e respeitá-lo com suas diferenças, costume e necessidades.

Destarte, a autora ainda confirma que para que a aprendizagem se efetive é necessário que o educador ofereça a seus alunos um ambiente de efetividade e resultante disso é o proporcionar uma valorização do aluno como "ser-que-constrói", bem como um agente capaz de (re) construir ativamente conhecimentos. Portanto é a relação professor e aluno não deva ser regulamentada por princípios de imposição, mas de cooperação.

De acordo com Vygotsky (2003, p. 28) "O aluno deve ser considerado como um ser interativo e ativo no processo de construção do conhecimento".

Evêncio (2018) ressalta que o professor que se utiliza o diálogo para se aproximar dos seus alunos, oportuniza que a relação seja horizontal, na qual os alunos possam falar suas ideias e inquietações, acreditamos que a afetividade na instituição escolar não se restringe ao abraço ou permissividades como cumprimento de chegada e saída da sala. Afeto é zelo, demonstração de valorização da pessoa. Deste modo requer por parte do educador um olhar confiante para com o discente em seu desenvolvendo sendo sua mediação ativa para que alcance sua aprendizagem e seja ela significativa e para isso é preciso essa afeição como método de promover segurança, equilíbrio e integridade nas interações.

Neste contexto escolar, a criança autista seja logo cedo inserida em um ambiente que propicie uma estimulação da interação social, e isso proporcionará a probabilidade na diminuição dos sintomas. Como diz Silva (2012, p. 74) "O ingresso na escola é um marco importante no desenvolvimento das crianças. Não apenas para o aprendizado em si, mas também pelo desenvolvimento social e pela formação do ser humano como um todo."

Desta forma afirmam Rodrigues e Spencer (2015, p. 23),

> Quando a pessoa autista permanece muito tempo em um espaço social limitado, convivendo exclusivamente com as pessoas da família, sem uma estimulação psicopedagógica adequada, seu comportamento pode apresentar comprometimentos bem mais complicados referentes às manias, aos movimentos ritualísticos, à excitação emocional, aproximando-se de possíveis reações agressivas e regressivas.

Afirmam ainda os autores (2015, p. 68) que

> A indicação de um planejamento pedagógico individual para cada criança com autismo se propõe exatamente pela individualidade dos casos [...]A importância dos contextos sociofamiliares, econômicos e culturais, que interferem no aprendizado. Tais interferências diferem de pessoa a pessoa no que concerne ao estágio de desenvolvimento, grau de comprometimento da patologia e a idade no período do tratamento.

Faz-se importante compreender o quanto é essencial a participação ativa no educador na interação das crianças com TEA com as demais crianças e desenvolver nelas o respeito e um pouco de conhecimento de que a patologia das crianças com transtorno do espectro autista interfere na socialização delas com seus colegas. Ressalta Silva que (2012, p.74) “A vida escolar é especial e todos têm o direito de vivenciar essa experiência. Afinal, é na instituição de ensino que se aprende a conviver em grupo, a se socializar, trabalhar em equipe, conviver com as diferenças: são os primeiros passos rumo a vida adulta”.

Como enfatiza Papim e Sanches (2013, p. 35)

> O autismo é uma condição que acompanha toda a vida e a educação é um pré-requisito para que a pessoa com autismo adquira competências para levar uma vida funcional e autônoma. Porém, para que ocorra um bom desenvolvimento, que permita a interação do sujeito ao seu meio ambiente social, é preciso que se realize uma intervenção pedagógica que abranja, não apenas as necessidades básicas de convivência, mas que explore os limites do indivíduo a fim de ampliá-los.

Perante essa ideia entende que para que haja uma ação inclusiva é primordial que exista um ambiente propício para tal ação, no entanto se faz necessário que se tenha também pessoas capacitadas para atuarem coerentemente, para se alcance não somente as crianças ditas normais, mas também as crianças com deficiência “entender este ambiente inclusivo somente em razão dos recursos pedagógicos, mas também pelas qualidades humanas”. (CUNHA, 2012, p. 32). Diante disso é essencial que o educador saiba se utilizar de suas práticas pedagógicas e esteja capacitado de modo alcançar de forma satisfatório a aprendizagem de todos os seus alunos.

Se faz necessário relatar que o desempenho das crianças com transtorno do espectro autista dependerá do nível desta patologia, visto que sendo severo o indivíduo terá um acometimento maior e com isso fará com que tenha um retardo mental e precise mais de acompanhamento. Enquanto o nível mais leve ou traços do autismo permitirá que se tenha um aproveitamento melhor em seu aprendizado e sua socialização com a turma.

Diante disso, Silva, Reveles e Gaiato (2012, p.75) nos fazem entender que

> O desempenho escolar das crianças com autismo depende muito do nível de acometimento do transtorno. As crianças com um nível mais grave de autismo podem apresentar atraso mental e permanecer dependentes de ajuda. As crianças com autismo leve ou somente com traços autísticos, na maioria das vezes, acompanham muito bem as aulas e os conteúdos didático-pedagógicos.

Diante dessa perspectiva, conclui-se que frente a dificuldade de socialização, bem como ações ritualísticas do transtorno, se entende da grande necessidade de haja um acompanhamento educacional especializado, visto que por mais que o educador se esforce não obterá resultados positivos com relação a crianças com autismo grave, já que ele requer um atendimento especializado que fará atuações coerentes a sua necessidade.

Sendo assim, ressaltam também Silva, Reveles e Gaiato (2012, p. 75) que

> Para crianças com autismo clássico, isto é, aquelas crianças que têm maiores dificuldades de socialização, comprometimento na linguagem e comportamentos repetitivos, fica clara a necessidade de atenção individualizada. Essas crianças já começam sua vida escolar com o diagnóstico, e as estratégias individualizadas vão surgindo naturalmente. Muitas vezes, elas apresentam atraso mental e, com isso, não conseguem acompanhar a demanda pedagógica como as outras crianças. Para essas crianças serão necessários acompanhamentos educacionais especializados e individualizados.

Tal fato mostra que é de fundamental importância que o educador tenha pleno conhecimento do que seja o autismo para que ao ser encaminhado uma criança autista, é imprescindível que se tenha compreensão sobre o caso clínico, comportamental e intencional dela em suas relações sociais, com a finalidade de se aperceber das especificidades desse sujeito.

> A inclusão escolar promove às crianças com TEA oportunidades de convivência com outras crianças da mesma idade, tornando-se um espaço de aprendizagem e desenvolvimento social. Possibilita-se o estímulo de suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo. Acredita-se que as habilidades sociais são passíveis de serem adquiridas pelas trocas que acontecem no processo de aprendizagem social. A oportunidade de interação

> com pares é a base para o desenvolvimento de qualquer criança. (SCHIMIDT, 2013, p. 5).

É neste contexto que se compreende que a educação de fato é um instrumento essencial para que haja uma aprendizagem para o indivíduo. Desta maneira entende-se que a escola é uma instituição educacional que tem a incumbência de promover nesse espaço uma inclusão coerente para os sujeitos com deficiência, possibilitando a obtenção de conhecimentos de qualidade, mas também melhoria no seu quadro clínico, mediante as práticas pedagógicas que têm como finalidade a inclusão das crianças com TEA, e assim promova em sala de aula o respeito à adversidade. Uma vez que senão houve a devida intervenção pedagógica, poderão ocorrer discriminações, exclusões no ambiente escolar que trarão prejuízos no desenvolvimento das crianças com transtorno do espectro autista.

No que concerne à aprendizagem das crianças com TEA, é de total relevância a presença da família no processo ensino-aprendizagem delas, pois sua atuação unida com a escola promoverá um aprimoramento no acolhimento e na inclusão destas crianças e assim ocorra o desenvolvimento na comunicação, na interação social e também do afeto, e isso só será possível se a família se engajar juntamente com os profissionais da saúde e a gestão escolar em prol de se buscar subsídios que proporcionará um desenvolvimento educacional satisfatório da criança.

Para refletir nesta concepção, será analisado a visão de Cunha (2012, p. 29) quanto a isso, e o mesmo ressalta que,

> Ensinar para a inclusão social, utilizando os instrumentos pedagógicos da escola e inserindo também a família, é fortalecê-la como núcleo básico das ações inclusivas e de cidadania. Para a escola realizar uma educação adequada, deverá, ao incluir o educando no meio escolar, incluir também a sua família nos espaços de atenção e atuação psicopedagógica.

Diante desta afirmação, se compreende o quanto a presença da família é primordial na vida escolar de seus filhos, que dirá na vida de uma criança autista, que tanto necessita deste amparo impulsionado pelo amor por parte da sua família, e da escola, pois atuar com amor se tentará buscar incansavelmente por melhorias no tratamento delas no âmbito escolar.

Como afirma Freire (2005, p. 92)

> Sendo fundamental do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos[...]o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, porque

> é amoroso, é diálogo[...]se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo.

Nas falas deste educador sabe-se o valor de se trabalhar impulsionado pelo amor, visto que amando algo se buscará meios para propiciar uma vida de qualidade, no que diz respeito a educação, oferecer práticas pedagógicas que possibilite o desenvolvimento na aprendizagem de seus educandos. Como enfatiza Freire (2005, p.91) "Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a *pronuncia* do mundo que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda".

Cumpre considerar ainda que além do amor para com as crianças com transtorno do espectro autista é imprescindível que o educador busque conhecer estratégias que intervenha em suas ações peculiares para que se desenvolva, e se tenha uma socialização favoráveis para sua aprendizagem e para que também tenha um bom convívio com seus colegas de sala. Conforme dizem Papim e Sanches (2013, p. 32) "Para que a educação de crianças com o TEA tenha resultados proveitosos, faz-se necessário que a forma de ensinar seja preparada para lidar com a diversidade que há nas salas de aula a fim de acolher adequadamente as manifestações do transtorno".

Sobre esse aspecto, Cunha (2012, p.32) reafirma que "não podemos educar sem atentarmos para o aluno na sua individualidade, no seu papel social na conquista da sua autonomia". Diante desta visão reacende entendimento que o educado tem sua função essencial para que a criança seja amparada de modo com que consigam se desenvolver com eficácia e tenha uma autonomia relevante para que cresçam no âmbito social, pessoal e profissional.

Como diz Paulo Freire (2005, p.79) "[...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos".

Perante essa realidade da importância do educador na vida escolar de seus alunos, contudo cabe ressaltar que diante da questão do autismo em sala de aula é preciso compreender que não é função do professor dar diagnóstico referente a esta síndrome, entretanto pode ser por ele visto as características específicas desta patologia, e com isso podendo conversar com os pais quanto as dificuldades que são pertinentes durante as propostas educacionais e sendo bastante perspicazes ao retratar tais dificuldades de modo que compreendam que há grande necessidades de que seus filhos requerem um suporte de profissionais especializados para que se desenvolvam satisfatoriamente.

Neste sentido, Silva, Reveles e Gaiato (2012, p. 77) preconizam

> Cabe esclarecer que não é função dos professores fazer o diagnóstico de crianças com autismo. [...] Porém, os professores passam muitas horas do dia com essa turminha e são sensíveis à percepção das pequenas dificuldades e alterações de comportamento. [...] que eles tenham um contato próximo com os pais e relatem quaisquer dificuldades observadas no dia a dia, para que as crianças sejam investigadas e tratadas por profissionais especializados.

Nessa reflexão, traz uma relevante compreensão que o professor faz parte do desenvolvimento e aprimoramento da aprendizagem de seus alunos e de que é primordial que estejam imbuídos de conhecimentos sobre as peculiaridades das deficiências que estejam presentes em sua sala, para que venha fazer intervenções eficientes e assim consigam adquirir conhecimentos que lhes serão de grande valia para sua vida tanto escolar, social e profissional.

Como afirma Reveles, Gaiato e Silva (2012, p. 79)

> O professor interessado pode fazer muito pelas crianças com autismo, mesmo que não seja especialista nessa área. Com amor, dedicação e paciência poderá ganhar a confiança eterna de uma criança. O primeiro passo é o conhecimento. Informações específicas sobre o funcionamento autístico são ferramentas essenciais para orientar o professor no trato com esse aluno e, sobretudo, auxiliá-lo em seu desenvolvimento.

Desta forma, mostra o quanto a atuação coerente do educador na vida de seus alunos, faz toda a diferença, pois ao desenvolver um olhar sensível e assim em enxergar as dificuldades que apresentam seus educandos, poderá oferecer propostas mais eficazes e com isto conseguir com seu empenho tirá-lo de um mundo com repertórios restritos e redirecioná-lo a um universo repleto de novidades e atrativos. “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2005 p. 78).

6.1 TEA no contexto social

É notório que no autismo há uma tríade de sintomas que comprometem a socialização destes indivíduos com essa síndrome, e sabe-se que é algo tão necessário para o desenvolvimento de quaisquer pessoas, pois o ser humano é um ser social, e que precisa manter relações interpessoais para agregar em sua vida experiências que possibilitará não somente a sua socialização, mais que possam aprender tanto as regras como os costumes da

sociedade em que estar inserido. No caso do autismo os sujeitos podem ser sociáveis, porém se terão obstáculos, mas que podem ser transponíveis quando houver constantes motivações de seus pais, professores e profissionais.

Conforme a descrição feita por Bosa (2007, p. 22):

> Os déficits de linguagem seriam uma consequência da incapacidade destas crianças para se comunicarem com outras pessoas a respeito de estados mentais; os distúrbios no comportamento social refletiriam a dificuldade em dar um sentido ao que as pessoas pensam e ao modo como se comportam (p.4).

O autor ratifica ainda quando diz que:

> As pessoas com autismo experienciariam uma sobrecarga sensorial durante a interação social, considerando-se que o ser humano é uma das fontes mais ricas de estimulação simultâneas: tom da voz (estímulos auditivos); expressão facial (estímulo visual); gestos (estímulo visual periférico) e referência a objetos e eventos ao redor (estímulo visual e auditivo periférico). O retraimento social e as estereotipias seriam formas de fugir dessa sobrecarga.

Rodrigues e Spencer (2015, p. 121,122) apresentam que é possível a socialização dos autistas quando ressalta que:

> Como todo ser humano, o autista também pode ser sociável, embora apresente dificuldades de comunicação. As pessoas necessitam de motivação, porém os autistas respondem a ela positivamente quando interagem durante as atividades de estimulação. As respostas à atividade educacional progridem e regridem, variando e movimentando a qualidade e o ritmo da aprendizagem, principalmente quando o autista, se afasta por certo período, do ambiente que o motiva, daí a importância da continuidade do atendimento e da estimulação. Nesse aspecto a família em particular, a colaboração da família é fundamental.

Diante dessa afirmação é importante saber que ao manter o autista e outros que são acometidos por outras síndromes, devem estar envoltos por um ambiente rico em estímulos, que os impulsionem a participar ativamente dos momentos familiares, entretanto para que isso seja possível requer que a família seja imbuídas de conhecimentos sobre as particularidades de seus filhos para que saibam fazer coerentemente as abordagens que os estimularão a compartilhar de experiências e assim aprendam diferentes maneiras para ajudar seus filhos. Sendo que é de suma importância que não os isolem por serem eles deficientes quaisquer tipos, seja por vergonha ou medo do mundo possam trata-los (RODRIGUES; SPENCER, 2015).

De acordo com Silva, Reveles e Gaiato (2012, p.16) diz que o autista mantém uma relação tranquila com seus familiares, no entanto em outros contatos sentem aflitas, por isso eles ressaltam que “a criança tem bom contato com a família, mas evita qualquer relação externa”. Isso ocorre porque os parentes mais próximos, geralmente, entendem melhor o funcionamento daquela criança, compreendem o que ela quer, suprem suas necessidades e aprendem a lidar com suas dificuldades. No entanto, em outros ambientes, essa mesma criança não consegue se sair tão bem quanto em casa.

Geralmente, os autistas não respondem aos estímulos que a família faz e chegam a não ouvirem quando chamadas, e tendem eles a não aceitarem mudanças em suas rotinas e por esse motivo fazem com que seus familiares as sigam corretamente, e desta forma evitam ações de agressões, choros excessivos e principalmente angustias que os levarão a ter ações que são peculiares ao transtorno.

Como ressalta Silva (2012, p. 25).

> Algumas crianças com autismo são bem agitadas e parecem não ouvir as ordens dos pais. Não seguem os comandos, fazem apenas o que é de seu interesse, que, geralmente, é bastante restrito. Querem sempre as mesmas coisas, do mesmo jeito, na mesma sequência. Elas pulam o tempo todo, correm e se agitam exaustivamente se são contrariadas.

Neste mesmo contexto Silva, Gaiato e Reveles (2012, p.26) defendem que:

> Muitas crianças com autismo ficam ansiosas com mudanças e têm grandes problemas com transições. Os padrões restritos e repetitivos de comportamento dominam, com frequência, as atividades diárias de crianças com autismo, e causam impacto em suas habilidades de aprendizagem e nos desenvolvimentos de comportamentos adaptativos.

É característico do autismo a dificuldade de mudanças de rotina, causando os acometidos da síndrome, aflições que os farão agir de modo incoerente como agressões, inquietações e choros, visto que ao terem muito apego à rotina, passam a ter dificuldades na flexibilização de mudanças, no qual podem tornar a vida do indivíduo disfuncional, assim como sua convivência com seus familiares.

Com esta realidade o professor deva buscar estratégias que contemplem as necessidades dos autistas, bem como proporcionar em sala de aula uma socialização que deixem à vontade, mas que adequem as suas metodologias para que propiciem a eles uma aprendizagem de qualidade, visto que alguns casos os autistas são deixados de lado e ficam às margens do conhecimento, pois não as motivam a participarem das atividades em grupo, é através dessas atividades que se tentará envolvê-los, para isso requer que o educador tenha sensibilidade para incluí-lo ao convívio com o meio, uma vez que é no processo de

socialização que irão desenvolver socialmente e também adquiram uma aprendizagem. Deste modo se faz necessário que o professor faça uma averiguação quanto às dificuldades existentes nelas, para que assim saiba quais aspectos que devam ser trabalhados com a criança com transtorno do espectro autista.

Como ratifica Santos (2008, p. 9)

> O nível de desenvolvimento da aprendizagem do autista geralmente é lento e gradativo, portanto, caberá ao professor adequar o seu sistema de comunicação a cada aluno. O aluno deve ser avaliado para colocá-lo num grupo adequado[...]É de responsabilidade do professor a atenção especial e a sensibilização dos alunos e dos envolvidos para saberem quem são e como se comportam esses alunos autistas.

Desta forma, é preciso considerar da importância de que o professor conheça tanto as características como também as dificuldades que norteiam essa síndrome, resultante disso será capaz de planejar suas ações de maneira com que nas atividades propostas possa as resguardem serem vítimas de preconceitos e para isso requer bastante atenção por parte do profissional educativo.

Assim, entende-se que o professor tem a incumbência de não só estudar e analisar as particularidades da criança com TEA, mas tornar a sala de aula em um ambiente inclusivo, no qual venha propiciar aos alunos sem a síndrome de que as diferenças existem e devem ser respeitadas, bem como trazer aos autistas momentos de interatividade, para que os incentivem a se socializarem e se desenvolverem a solidariedade. Como afirma Rodrigues e Spencer (2015, p. 76) “Trabalhar naquilo que o autista direciona a atenção significa motivá-lo a estabelecer vínculos de convivência entre pessoas, mesmo que seja em escala de avanços e retrocessos. ”

Em consonância a essa afirmação Spencer e Rodrigues (2015, p. 76) diz que

> O tratamento da criança com autismo, no sentido de impulsionar a socialização, ensinando-lhe o significado do seu modo de viver e, por meio desse processo de terapia pedagógica de convivência, de escolaridade, poder-se ia também trabalhar a questão afetiva[...]A pedagogia que educa e, quando o faz, controla os instintos e os impulsos, condicionando o indivíduo autista ou deficiente a uma rotina de conduta.

Diante disso, é preciso que todos que convivem com autista devam compreender de suas peculiaridades que uma delas é o apego as rotinas e que para deixa-las tranquilas é saber lidar com essa característica, bem como saber que elas entendem de forma literal as palavras que utilizadas para expressar algum sentimento contrário a que se sente de verdade.

Como enfatiza Silva (2012, p. 86)

> Uma característica marcante no autismo é a interpretação literal do que é dito. Já que essas crianças têm grande dificuldade de entender ironias e jogos de palavras; por isso, ao dar uma orientação ou fazer uma pergunta de duplo sentido, o professor pode ser mal interpretado. Se ele disser "Sou todo ouvidos", a criança pode imaginar que ele é um ouvido enorme.

Nesse sentido, a autora ressalta por meio de uma história verídica que o autista em sua vida adulta carrega esses traços por toda a vida, o que será visto nessa história de vida:

> A cena começa em um domingo de manhã, à beira da praia, com direito a tapete vermelho, família e amigos reunidos, padre brincalhão, uma noiva singela e um noivo feliz. É o dia do casamento de Michael. O comentário é geral: jamais pensaram que Michael um dia fosse se casar. Seu grande amor sempre foi a computação. Quando criança, ele era ótimo em matemática e cálculos e, na adolescência, passou a se identificar com a informática. Antes dos 20 anos já era programador de sistemas em uma grande empresa. Certa vez, ao prestar serviços, conheceu a jovem publicitária Marina, com quem se casou. Ele sempre foi um pouco metódico, só falava de computadores, não dava brechas. Mas tinha qualidades que Marina admirava: era pontual, sincero, nunca mentia ou enganava as pessoas. Quase nunca brigavam, se divertiam com muito pouco e todos os finais de semana iam ao cinema. Michael sempre dizia: "Sábado é dia de pizza e cinema." Marina entendeu que Michael era rígido com rotinas, e ela nem cogitava mais tentar mudar a programação. Uma história que ficou emblemática nos remete ao início desse casamento: Michael sempre foi desatento e vivia perdendo ou esquecendo coisas. Em uma sexta-feira chuvosa, resolveu ficar até mais tarde no trabalho para não pegar trânsito. Algumas horas depois, Marina ligou e perguntou o que havia acontecido, pois ele se esquecera de buscá-la no trabalho. Michael, ingenuamente, respondeu que preferiu trabalhar para evitar o trânsito, Marina ficou uma fera e disse o seguinte, antes de bater o telefone: "Michael, estou cansada, molhada e furiosa com você. Não quero te ver na minha frente!" Ele ficou tenso, não sabia o que fazer, mas, como ela disse que não queria vê-lo, resolveu dormir no trabalho. De madrugada, Marina, preocupada e ainda mais irritada, ligou novamente. E Michael, perplexo, explicou: "Mas se você não quer me ver na sua frente, como posso voltar para casa?" Ela, que já conhecia o funcionamento mental do marido, lhe pediu desculpas e explicou, calmamente, a situação. Michael nos contou que ficou bem aliviado, mas até hoje encara aquilo como uma grande descoberta. Entendeu que as mulheres nem sempre falam aquilo que querem: em certas ocasiões, costumam dizer "não" quando querem dizer "sim". (Silva, Gaiato e Reveles, 2012, p. 34, 35)

Neste contexto, Reveles, Gaiato e Silva (2012, p. 183 e 184) asseveram

> Devemos olhar a criança com autismo sob a perspectiva dela, pois somente dessa forma seremos capazes de ajudá-la. Não existe uma criança "normal" escondida por trás do autismo. O autismo é uma maneira de ser que perpassa toda a vivência com suas percepções, pensamentos, emoções e sensações. É impossível dissociar a pessoa do autismo.”

Toda criança autista na fase infantil até a fase adulta precisa ser vista como um ser humano que requer uma atenção especial, de um acolhimento diferenciado, porém cheios de afetividades embasados no carinho e amor, deste modo não vê-las como fardos, no entanto amá-las e valorizá-las.

7. RESULTADOS DA PESQUISA ACERCA DA INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR E ESTRATÉGIAS DE ENSINO DO PROFESSOR PARA ENSINAR O EDUCANDO COM TEA

7.1 Aspectos metodológicos do estudo

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal de Educação Infantil Doroteia Cristo Oliveira que é residido na rua João Martinho Leal, s/n – Cep: 64.600.545 – no Bairro Boa Vista.

O estudo consiste em uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa e descritiva no que diz respeito ao tratamento que se dá ao tratar sobre TEA.

A pesquisa foi realizada em escola pública da rede municipal de ensino, na cidade de Picos, PI.

Os participantes do estudo são professores que possuem em suas turmas alunos com TEA diagnosticado por profissional da área da saúde e com Laudo Médico apresentado na escola pela família.

Usamos o questionário como instrumento de coleta de dados, aplicado aos docentes, familiares dos alunos com Autismo e gestor da escola. Conforme Lakatos e Marconi (2010, p.19) “o questionário é um instrumento constituído por umas séries de perguntas, que devem ser respondidas por escrito.” E é através deste instrumento que se buscará ter uma visão dos desafios enfrentados pelos educadores e qual são as estratégias utilizadas pelos mesmos para que as crianças com autismo participem e se envolva no processo ensino-aprendizagem.

A observação acompanhada do diário de bordo para registro das impressões acerca da realidade vivenciada no ambiente de sala de aula foram outros instrumentos usados pela pesquisadora.

O estudo seguiu as seguintes etapas: 1ª Etapa – foi realizada apresentação do tema e objetivo da pesquisa para Direção, Coordenação e aos professores que lecionam em turmas que possuem alunos com TEA. 2ª Etapa – ao ser aceita a realização desta pesquisa, foi entregue questionário aos professores que aceitaram participar do estudo, bem como ao gestor e coordenador e por fim, aos pais que puderam contribuir com sua vivência com este transtorno, assim como também relatar se a escola tem contribuindo para o desenvolvimento de seus filhos. 3ª Etapa – observação em sala de aula, com registro do cotidiano escolar. 4ª Etapa - análise das respostas dos educadores, gestor e coordenador para se averiguar suas concepções sobre TEA, conhecer o trabalho que a escola tem desenvolvido na perspectiva da

Educação Inclusiva e sobre as estratégias de ensino aplicadas pelos professores que têm educandos com TEA.

Apresentamos a seguir os achados da pesquisa, onde se traz as falas dos participantes do estudo, enquanto colaboradores relevantes para a realização do mesmo e compreensão do tema escolhido pela pesquisadora. Iniciamos com a fala da gestora da escola sobre o autismo.

7.2 As percepções da gestora da escola em relação ao Autismo

A gestora da escola é formada em Letras, UFPI, possui pós-graduação em Docência do Ensino Fundamental, Médio e Superior; há 2 (dois) anos tem trabalhado na Educação Infantil e ao mesmo tempo com alunos com TEA; destaca-se ainda que a gestora tem oito horas diárias de trabalho e quarenta horas semanais na instituição escola. O questionário aplicado a professora que atua como gestora tem 7 (sete) questões dissertativas, que visam conhecer as percepções da gestora acerca da temática em voga, as quais apresentamos no quadro abaixo.

Quadro 2. Percepções da gestora da escola em relação ao Autismo

1.TEA	O transtorno de espectro de autista ou simplesmente autismo, como comumente nos referimos, pode ser definido como uma síndrome comportamental.
2.Desafios	Os principais desafios são a falta de formação e ou de informações, o que nos deixa muitas vezes sem saber como agir diante de algumas situações no cotidiano.
3.Estratégias de ensino e aprendizagem	Procura-se planejar atividades que possam envolver e despertar o interesse da criança, mas não exclusivamente, uma vez que um dos principais objetivos é promover a interação com as crianças e adultos neucatipicos.
4.Dificuldades para o gestor	A principal dificuldade é a falta de uma equipe multidisciplinar para acompanhar o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, bem como, apoio técnico aos profissionais e as famílias.
5.Proposta de inclusão	Não, excrotamente ou exclusivamente, no entanto, há um esforço de todo a equipe escolar no sentido de promover a inclusão do aluno autista, bem como dos alunos com outras dificuldades.
6.Práticas pedagógicas	Os discentes autistas são estimulados a participar de todas as atividades desenvolvidas de modo que interajam socialmente.
7.Ações escola-família	Procura-se envolver as crianças com TEA em todas as atividades desenvolvidas na escola.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2019.

Quanto às indagações e respostas relatadas da gestora, é perceptível que a mesma tem um conhecimento sobre o autismo de modo superficial, pois sua conceituação mostrou-se uma resposta evasiva, e isso se justifica perante os desafios que a mesma ressaltou “Os principais desafios são a falta de formação e ou de informações, o que nos deixa muitas vezes sem saber como agir diante de algumas situações no cotidiano”.

Com esta declaração nos faz indagar o quanto se faz necessário que como gestor venha ser um profissional imbuídos de conhecimentos sobre esta clientela, uma vez que é crescente em sala de aula, bem como planejar sabiamente com embasamento sobre o autismo e criar verdadeiras estratégias eficazes, para que de fato os incluam de modo satisfatório.

Como respalda Luck (2009, p.31)

> Planejar a educação e a sua gestão implica em delinear e tornar clara e entendida em seus desdobramentos, a sua intenção, os seus rumos, os seus objetivos, a sua abrangência e as perspectivas de sua atuação, além de organizar, de forma articulada, todos os aspectos necessários para a sua efetivação.

Diante do exposto, mostra a relevância da prática do planejamento como um processo fundamental de uma gestão, bem como seja essa atividade sempre pautada nas especificidades de seus alunos, e assim organizar e orientar as ações em todas as áreas e segmentos escolares, de modo a garantir a sua materialização e efetividade.

A falta de uma equipe multidisciplinar foi pelo gestor exaltada, como sendo uma das causas por não haver um proceder coerente por parte deles para com as crianças autista, dado que para o profissional, a falta de profissionais capacitados para orientá-los e também acompanhar estas crianças e a falta do apoio técnico aos professores e as famílias, e isto vêm causando um atraso no desenvolvimento educacional destas crianças. Já que não bastam apenas esforços de toda a equipe escolar, sem que haja um conhecimento pleno de quais estratégias especificas para usar, e assim consiga efetivamente promover a inclusão dos alunos com autismo.

Diante disso, Rodrigues e Spencer (2015, p. 93)

> Cria-se um espaço de incentivos diversificados, e a equipe avalia reações anormais e constrói estratégias mais convenientes àquele aluno. Proporcione, pelo menos, em alguma situação as iniciativas do aluno autista, motivar o proceder autônomo o induz a sentir-se capaz de atingir um objetivo, superando obstáculos com suas capacidades.

A partir desta concepção é importante salientar da importância em considerar a dimensão social na singularidade da criança autista, assim como compreender que o grau de desenvolvimento do autista está diretamente ligado às questões de estimulação, atendimento especializado e conhecimento adequado de como lidar com as com as situações do cotidiano das pessoas com transtorno do Espectro Autista.

O questionário aplicado as professoras possui 6 (seis) questões abertas, que semelhante ao instrumento aplicado a gestora da escola, também visa conhecer as percepções das docentes acerca do TEA e suas implicações para a inclusão do educando com autismo na Educação Infantil.

Apresentamos as respostas das professoras que lecionam infantil II, infantil III e infantil IV e V por meio de quadro.

Quadro 3. As percepções das professoras sobre o educando com TEA – Profª "A" da turma Infantil III

1.TEA	São aspectos observáveis que indicam déficits na comunicação e na interação social, além de comportamentos repetitivos e áreas restritas de interesse da pessoa.
2.Desafios	São muitos desafios e não é fácil principalmente porque não temos uma formação e ou cursos de capacitação para nos orientar a lidar, ou seja, trabalhar com essas crianças em sala de aula.
3.Estratégias de ensino e aprendizagem	Fazer com que essas crianças sintam bem acolhidas em sala de aula dando uma a tenção especial, cuidando, amor, carinho para que possam interagir com as outras crianças.
4.Dificuldades para o/a professor(a)	Muitas dificuldades em interagir com outras pessoas, não falar, não prestar atenção nas orientações e ou conteúdos trabalhados na sala, apresenta dificuldade na coordenação para aprender a escrita das letras, bem como identifica-las, não participar de brincadeiras cantadas e coreografias entre outras.
5.Proposta de inclusão	Não, porque não dispõe de recursos para atender as crianças com essas necessidades.
6.Práticas pedagógicas	A convivência, a interação com outras pessoas.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2019.

Quadro 4. As percepções das professoras sobre o educando com TEA – Profª "B" da turma do infantil IV

1.TEA	É o transtorno no qual o indivíduo enfrenta condições e desafios no comportamento, comunicação, fala entre outros
2.Desafios	O desafio mais relevante é a interação com os outros indivíduos; chamar a "atenção", da pessoa com esse transtorno também é uma dificuldade.
3.Estratégias de ensino e aprendizagem	Adotamos a estratégia de deixar a criança com TEA livre para realizar as atividades propostas em sala de aula, no tempo que ela mesma queira.
4.Dificuldades para a/o professor(a)	Destaca a falta de cursos de capacitação por parte da secretaria de educação para os professores. A falta de informação por parte da família também dificulta o trabalho e posteriormente o ensino-aprendizagem dessas crianças.
5.Proposta de inclusão	Digamos que a equipe dirigente (coordenadora e diretora) sempre está disposta a orientar as professoras no que for preciso.
6.Práticas pedagógicas	Primeiramente priorizar o lúdico, buscar recursos didáticos que ajudem a transmitir as informações, também respeitar o tempo de cada criança aprender e desenvolver suas habilidades, não tendo comparações uns com os outros.
Observações	É muito desafiador lecionar com um aluno (a) com TEA, porém muito enriquecedor tanto no aspecto profissional como humano e pessoal. O educador é capaz de transformar ou colaborar no desenvolvimento desses indivíduos, porém os desafios são muitos, faltam recursos (material didático), espaço escolar adequado e formação continuada para os professores.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2019.

Quadro 5. Percepções das professoras acerca do TEA – Profª "C". da turma do infantil II

1.TEA	É um transtorno no desenvolvimento da criança, que pode afetar o desempenho psicomotor e neurológico da criança e que resulta em dificuldades de convívio; e de interação e de aprendizagem.
2.Desafios	As dificuldades são várias, entre ela, a não aceitação da família, o que causa a omissão na busca de um diagnóstico preciso, além da falta de cursos específicos e de material humano(psicólogo, psicopedagogos, etc), material didático e espaço adequado.
3.Estratégias de ensino e aprendizagem	Manter um aluno autista integrado à qualquer atividade por um tempo mediano; é bem difícil, contudo tentamos inserí-lo nas atividades através de jogos (quebra-cabeça, montagem de peças de encaixe), além de apresentar opções de pintura, desenhos etc.
4.Dificuldades para a/o professor (a)	Na verdade a escola inclusiva é a meta de todos, se não, da maioria dos profissionais da educação, mas há dificuldades de diversas formas e em todos os aspectos, que vai da falta de acompanhamento familiar à falta/ausência de profissionais nas escolas.
5.Proposta de inclusão	Propostas e projetos até existem, contudo a efetivação dessas propostas e medidas, na maioria das vezes, independem dos profissionais que estão à frente ou dentro das escolas, são projetos em que sua realização estão/são normalmente dependentes do poder público.
6.Práticas pedagógicas	O que mais contribui para a adaptação dessas crianças ao ambiente/cotidiano escolar é o diagnóstico precoce, além do cuidado e acompanhamento familiar. Nosso trabalho flui melhor quando contamos com o profissional (cuidador) e tratamento adequado para caso do TEA.
Observações	As crianças com TEA apresentam muita alteração de humor, dificuldade de relacionamentos, desinteresse pelas atividades, além de dificuldades de responder à qualquer estímulo/ambiente, o que muitas vezes, limita os meios de abordagem, de interação e integração das mesmas às atividades desenvolvidas na sala de aula.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2019.

Entendendo que as práticas pedagógicas são instrumentos de suma importância para o desenvolvimento das potencialidades do educador, bem como potencializar as atividades de modo com que seus alunos tenham uma aprendizagem de qualidade e significativa, requerendo do professor um conhecimento prévio das realidades de seus educandos e assim pautem suas atividades em prol de suprir no que é possível essas dificuldades, e para as

crianças com TEA, irá requerer não somente um conhecimento desta síndrome, mas desenvolver habilidades para proporcioná-los uma aprendizagem de qualidade.

Com isso, para que seja viável o promover da inclusão escolar das pessoas com essa deficiência é essencial que se propaguem novas práticas pedagógicas, assim como quebrar paradigmas, como a de que aluno especial deve aprender como aluno regular.

Assim como ressalta Schmidt (2013, p. 136)

> Promover a inclusão significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual, o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades.

Nesta perspectiva, buscou se saber quais os conhecimentos sobre o autismo os educadores tinham e que diante deste entendimento se proporcionavam sapiência na elaboração de estratégias para serem utilizassem com as crianças com TEA. Uma vez que as práticas pedagógicas são propiciam para o aperfeiçoamento da atuação dos docentes.

Nos questionamentos as professoras com relação às dificuldades perante as crianças que são acometidas pelo autismo trazem ao educador grande desafios que dentre o maior é conseguir com que participe efetivamente das atividades, dado que mesmo que ambas sejam graduadas em curso superior, não as concederam conhecimentos propício para atuar frente a uma criança com TEA.

Assim como também oferecer subsídios para que desenvolvam a sua aprendizagem com eficácia e lhes sejam atendidas as suas necessidades, visto que existem ainda mais crianças em sala de aula, que também deverão ser atendidas. Nesta questão foram unânimes pela a falta de capacitação para o bom proceder para com as crianças autistas, assim como também para com outras crianças com necessidades educativas especiais, uma vez que sem preparo adequado as professoras não saberão como proceder, e assim se terá grandes prejuízos no processo de inclusão das mesmas na rede regular de ensino.

Com isso compreende-se de que o educador deva adentrar no universo de possibilidades de garantia de aprendizagem do discente, que faz sentido quando é vislumbrado o que é previsto na LBI no art. 28, inciso X, adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada aos professores e a oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado que contribua nos espaços escolares para o conhecimento do outro e de si mesmo, e que todos possam fazer parte do processo de ensino e aprendizagem.

Dessa visão, nos ancoramos em Libâneo (2004, p.36) que conceitua a formação continuada como ‘‘prolongamento da formação inicial visando ao aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho’’.

Em conformidade a essa ideia, a autora Evêncio (2018, p.36) dá ênfase de que

> O papel do professor é decisivo para a efetivação das políticas públicas sobre inclusão, criando meios para atender o educando em seu contexto global, desenvolvendo suas habilidades. Isso só se torna possível com o aprimoramento em cursos de formação continuada, pesquisas e envolvimento, para que estejam preparados para os desafios da rotina da sala de aula.

Frente a esse contexto entende que a sala de aula deva ser o espaço em que haverá adversidades que são providas por diferentes realidades de seus alunados, mas que devam ser pelos educadores contornados com as suas habilidades através de uma formação que lhes deem respaldos de como deva ser sua postura diante das necessidades especiais educacionais apresentadas por alguns de seus alunos. Nesse sentido, González (2003, p. 39) afirma que “Qualquer experiência humana é constituídas por diferentes elementos de sentido que, procedentes de diferentes esferas da experiência, determinam em sua integração o sentido subjetivo da atividade desenvolvida pelo sujeito.”

A participação da família na vida escolar de seus filhos é relevante para seu processo ensino-aprendizagem, tendo que estarem atuantes e participantes nas propostas da escola para que sejam praticadas em prol de que os alunos sejam contemplados com uma educação de qualidade e a família inclui-se neste processo, para que deem suporte aos educadores no conhecimento prévio de seus educandos. Como ressalta Cléto (2019, p.25) “A participação ativa da família é essencial porque colabora com informações sobre as necessidades do educando, seus interesses, como vê o que lhe é difícil, como interage, comunica-se com os outros educandos.”

Quadro 6. Percepções dos pais acerca do TEA

Categorias	Mãe "D"	Mãe "E"
1.TEA	É uma condição do desenvolvimento neurológico caracterizado por deficiências persistentes na comunicação.	É o transtorno do neurodesenvolvimento infantil caracterizado por dificuldades na interação social, comunicação, comportamento repetitivo e interesses restritos e sensibilidade sensoriais.
2.Desafios	Muito espaço para o desenvolvimento.	Acredito que os educadores deveriam ter um estudo mais aprofundado do assunto e o governo deveria investir mais em estruturas para atender melhor as crianças com TEA.
3.Estratégias de ensino e aprendizagem	Muito diálogo.	No meu caso tento ensinar de forma lúdica com brincadeiras e jogos sempre em conjunto com os professores me inteirando do desenvolvimento da minha filha.
4.Dificuldades para a família	Por eles não entenderem como ele reage em algumas situações	No meu caso não tive dificuldades, mas é o primeiro ano que minha filha estuda, mas pelo que sei de outras mães de grupos de apoio a dificuldade maior é a aceitação e o preparo das escolas.
5.Proposta de inclusão	Não	Exclusivamente não, mas na escola da minha filha só duas professoras ótimas e muito bem preparadas e uma auxiliar o que tem dado certo para o desenvolvimento da minha filha.
6.Práticas pedagógicas	Nenhuma	
7.Ações escola e família	Levando ele para a reabilitação	

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2019.

As respostas das famílias frente ao que a escola oferecem de estrutura e materiais didáticos que venha favorecer a aprendizagem de seus filhos foram categórica ao ressaltar que espaço há, contudo falta materiais e pessoas capacitadas para desenvolverem de forma efetiva a inclusão das crianças com TEA nas atividades desenvolvidas na escola, deste modo havendo um atraso significativo na aprendizagem de seus filhos. Visto que há brinquedos que poderia ser suporte para trabalhar as potencialidades das crianças com autismo, pois com brincadeira é possível haver aprendizado.

Como afirma Vygotsky (1998, p.12) que "(...) o brinquedo cria na criança uma nova forma de desejos a um "eu" fictício, ao seu papel no jogo e suas regras. Dessa maneira, as maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brinquedo.''

É relevante ressalta a fala da mãe "E" quando relata que deveria haver por parte dos educadores um estudo mais aprofundado do assunto do autismo para que mediante a esse conhecimento lhes propusessem entendimento de quais atividades usarem para que elas interajam e consigam obter uma aprendizagem satisfatória, para isso requer profissionais especializados para esse fim. Como diz a Lei Federal 12.764 que diz: "Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista [...] terá direito a acompanhamento especializado."

Fora perceptivo por parte das famílias uma conformidade de que seus filhos permaneçam em sala de aula sem o devido acompanhamento de profissional que não somente acompanhe-os para suas necessidades fisiológicas, mas que proporcionem aprendizado e os estimulem a participarem ativamente das atividades propostas pela educadora, contudo o que é visto são professores que nada sabem de quais atividades capazes de chamar atenção das crianças autista.

Como preconiza a Lei Berenice Piana nº 12.764/12 que diz no art. 4

> É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusiva, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior.

Diante desta afirmação, mostra que muitos pais precisam ter conhecimento dos direitos de seus filhos e busquem o poder público para que se faça valer os direitos a eles concedidos, e resultante disso sejam suas potencialidades aprimoradas através de atividades adequadas e materiais didáticos correspondentes para as suas especificidades.

O trabalho coletivo entre escola, profissionais de saúde e a família devam estar juntos no engajamento de traçarem estratégias que proporcionem aos alunos com transtornos do espectro autista um ambiente propício para seu aprendizado, bem como consigam interagir com os outros. Como enfatiza Alonso (2002, p.4) "O trabalho coletivo é uma meta a ser seguida pelos dirigentes escolares, uma vez que o trabalho educativo, mais que qualquer outro, é construído por uma ação em conjunta dos vários personagens que atuam nesse processo."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne a pesquisa realizada, nos proporcionou não só conhecer que os estudos sobre o autismo vêm sendo realizados desde 1934 e, que ao longo desse percurso até os dias atuais, há muitas questões ainda serem entendidas, ou seja, a serem estudadas, tendo em vista os inúmeros questionamentos com relação ao que ocasiona de fato esse transtorno. Bem como os fatores que norteiam a compreensão do TEA, é a existência de inúmeros casos de autista com características diferentes, sendo fruto de transtorno neurobiológico.

Ao se pesquisar os desafios do educador diante do diagnóstico de autismo em sala de aula, pode se ver o quando as professoras são alheias ao que diz respeito ao autismo e suas características peculiares e que dizer das não experiências de quais práticas pedagógicas usar para ajudá-las a se inserirem efetivamente nas atividades e assim aja uma satisfatória socialização e aprendizado. Entretanto que o inferimos também é que essas crianças precisam ser acompanhadas por profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos e pedagogos que auxiliam no desenvolvimento cognitivo, acadêmico e social dos acometidos pelo autismo.

Neste trabalho, discutiu-se a relevância que o professor tem diante do desenvolvimento da criança com transtorno do espectro autista, e que o mesmo tem o papel fundamental no propósito de identificar o autismo; promover a interação da criança com os demais alunos; além de estimular a comunicação/linguagem. Por fim, podemos destacar que o principal desafio relatado pelas professoras é a falta de capacitação lhes preparem para atuar com alunos essa síndrome, assim como a ausência de uma auxiliar, dificultando a participação destas crianças nas atividades propostas, pois se acredita que havendo um auxílio especializado, será possível o amplo desenvolvimento da criança autista.

Foi notória por parte da gestão a ausência de planejamentos específicos para atender às necessidades educacionais especiais voltados o desenvolvimento de estratégias para promover o melhor desempenho do aluno autista, bem como as metodologias utilizadas na realização de atividades que não priorizavam as especificidades características do autismo, e devido a isso ficam alheios às propostas das atividades e consequentemente não participavam ativamente. Diante desta constatação a inclusão dessas crianças não ocorria de fato e de verdade.

Na pesquisa pode-se ter uma dimensão dos desafios apontados pelas entrevistadas (professores, gestores e pais), as quais se relacionaram condizentes com os estudos bibliográficos utilizados, pois eles ratificam que os autistas apresentam características

variadas, que necessitam de acompanhamento especializado e apoio familiar; o professor deve recorrer a apoios verbais, físicos e gestuais; como também é imprescindível que tenham um cuidado especializado e uma atenção individualizada comparada as outras crianças sem necessidade educativas especiais, e, sem esse suporte, a dispersão do aluno autista nas atividades serão mais recorrentes.

Neste cenário, a participação dos pais na questão da aceitação de que seus filhos têm algum tipo de problema, e que os impedem de se desenvolverem como os demais, e quando são orientados para buscarem auxílio de profissionais por conta das características tão latentes vistas pelos educadores fossem levadas em considerações para que precocemente sejam diagnosticadas e direcionadas para o tratamento mais adequado a sua especificidade.

Contudo alguns pais não querem aceitar de que seus filhos tem algum tipo de deficiência. E com isso, deixando suas crianças sem cuidado necessário para que desenvolvam satisfatoriamente, dificultando o trabalho do educador por não ter respaldo de profissional de saúde de como proceder para as crianças com TEA.

Tudo que foi mencionado nesta pesquisa deixam claro o quanto a inclusão das crianças com Transtorno do Espectro Autista- (TEA) ainda está aquém do que lhe é garantido por Lei, e o quanto as escolas precisam se estruturar para que não somente as recebam, mas lhe proporcionem um ambiente e materiais condizentes as suas necessidades, bem como a buscar capacitar seus educadores para recebe-los com estratégias eficazes para seu aprendizado.

Foi perceptível mediante aos depoimentos coletados o quanto que a escola precisa se adequar para que haja uma inclusão efetiva, e assim contribua de maneira significativa no trajeto inclusivo das crianças com necessidades educativas especiais, visando a importância de que os profissionais docentes recebam uma formação que lhe prepare para atuar com essas alunos. Deste modo assim os direitos por Lei sejam efetivamente cumpridos, e assim elas obtenham uma educação de qualidade e significativa.

Portanto tendo em vistas os desafios apresentados pelos educadores, assim a não assistência por parte da gestão em proporcioná-los suportes essenciais para trabalhar com essas crianças, bem como a falta de profissionais especializados que os auxiliem para que tracem estratégias que corroborem para que alcancem uma aprendizagem e assim consigam progredir.

Diante do que foi exposto, considera-se essa pesquisa e a discussão desta temática, de grande relevância, visto que ampliou nosso olhar sobre o autismo e a forma de lidar com ele

nos variados contextos sociais, especialmente, no contexto familiar e escolar. Lançamos olhar sensível a prática do professor, pois são variados os desafios encontrados por eles para incluir, interagir e promover a progressão da aprendizagem.

Nessa reflexão, reacende o quando a família precisa não somente aceitar que seus filhos tem o autismo, mas que busquem todos os subsídios necessários para que juntos dos profissionais de saúde e a escola e seus agentes educacionais, proporcionem a essas crianças que veem o mundo de modo diferente, devem ser amadas e respeitadas como elas são, bem como propiciar meios para que tenham uma aprendizagem de qualidade e bem significativa.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Myrtes. **O Trabalho Coletivo na Escola**. In: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Formação de Gestores Escolares para a Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação. PUC-SP, 2002, p.23-28.
AUTISMO, Revista. **Quantos Autista há no Brasil?,** p. 20. Ano V- nº 04. 2019.

AUTISMO, Revista. **Tudo Azul**, Brasil entra no roteiro dos países que apoiam o WAAD (Word Autism Awareness Day). Nº 1. 2011.

BATISTA, C. A. M; MANTOAN, M. T. E. **Educação inclusiva**: atendimento educacional especializado para a deficiência mental 2.ed. Brasília: MEC, SEESP,2006.

BOSA C. A. **As Relações entre Autismo, Comportamento Social e Função Executiva**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2001.

BRASIL, **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senador Federal: Centro Gráfico,1988.292 p.

BRASIL, **Resolução n°4, de 2 de outubro de 2009**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf.> Acesso em: 24 agos. 2020.

BRITO, Elaine Rodrigues**. A inclusão do autista a partir da educação infantil: Um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no Município de Sinop - Mato Grosso**, Revista Eventos Pedagógicos Articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciências v.6, n.2 (15. ed.), número regular, p. 82-91, jun./jul. 2015.

BRITO, Maria Claúdia, **Estratégias Práticas de Intervenção nos Transtornos do Espectro do Autismo**. E-book- SaberAutista,2017.
CAMPBELL, S. L. **Múltiplas faces da inclusão**. Rio de Janeiro: Wak. 2009.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na Escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 05 agos. 2020.

DOURADO, Fátima. **Autismo e Cérebro Social**. Compreensão e Ação. Editora: Premius, Fortaleza- CE, 2012.

EVÊNCIO, Kátia Maria de Moura. **Educação Inclusiva**: Diversos olhares entre Teorias e Práticas- 1ª ed. – Curitiba: Editora Appris, 2018. 201 p.

FACION, José Raimundo. **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento associados a graves problemas do comportamento**: reflexões sobre um modelo integrativo. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários Á Prática Educativa. Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 40ª ed. editora: Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2005.

GONZÁLEZ, R. F. G. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo, Pioneiro Thompson, 2003.
KANNER, L. apud. KELMAM, C. A. [et al]. ALBUQUERQUE, D. e BARBATO, S. – Organizadoras. **Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar**. Brasília, Editora UnB, 2010.

KELMAM, C. A. [et al]. ALBUQUERQUE, D. e BARBATO, S. - Organizadoras. **Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar**. Brasília, Editora UnB, 2010.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Cientifica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002.

MANTOAN, M. T. É; PRIETO, R. G. **Inclusão Escolar**: São Paulo: Summus, 2006.

MARTINS, Andressa. Política: **Projeto de Rejane Dias que cria a Carteira para autista é aprovado**. Publicado no dia 25 abr. de 2019 https://www.gp1.com.br - Acesso em 07 de out. de 2019 ás 00:05

MEIRELLES, Elisa, **Inclusão de autista**, um direito que agora é Lei, 01 jan de 2013. Disponível:https://novaescola.org.br/conteudo/57/legislacao-inclusao-autismo-Acesso em: 01 set. 2019, ás 10h19 min.
MEIRELLES, Elisa, **Inclusão de autista, um direito que agora é lei**, 2013.https://novaescola.org.br/conteudo/57/legislacao-inclusao-autismo- Acesso em 22 nov. 2019, às 11h35.

MELLO, A. M. S. **Autismo: guia prático**. São Paulo: AMA; Brasília: Corde, 2007

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
MONTE, F. R. F. do; SANTOS, I. B. dos. (COORD). **Saberes e práticas da inclusão** Dificuldades acentuadas de inclusão: Autismo. Brasília, MEC, SEESP, 2004.Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educacao%20infantil%203.pdf>. Acesso em: 19 Maio 2013.

OLIVEIRA et al, Bruno Diniz Castro, **Políticas para o Autismo no Brasil**: entre a atenção psicossocial e a reabilitação <http://www.scielo.br/pdf/physis/v27n3/1809-4481-physis-27-03-00707.pdf.>- Acesso em 01 set. 2019 ás 03h07 min.

OLIVEIRA, M. K. de. Vygotsky, **aprendizado e desenvolvimento**: um processo sócio histórico. São Paulo: Scipione, 1997.

ORRÚ, S. E. **A Formação de Professores e a Educação de Autistas**. Revista Iberoamericana de Educación (Online), Espanha, v. 31, p. 01-15, 2003.

PETERSEN, C. S; WAINER, R. **Terapias cognitivo-comportamentais para crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Porto alegre: Artmed, 2007.

PRAÇA, E. T. P. de. O. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) Universidade Federal de Juiz de Fora .Instituto de ciências exatas. Pós-Graduação em Educação Matemática, Juiz de Fora, 2011. Disponível em:< www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Dissertação-Elida.pdf >. Acesso em: 28 de out. 2019, ás 22h07min.

REVISTA, Autismo; ARAÚJO, Liubiana Arantes, **A Importância do Diagnóstico Precoce**, Ano V- n° 04, 2019.

RODRIGUES, Janaina Marta Coelho, SPENCER, Eric. **A criança Autista**: Um estudo psicopedagógico. – 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

ROTTA, N. T. **Transtorno de aprendizagem**: abordagem neurobiológica e multidisciplinar.

SCHMIDT, Carlo (Org.). **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. In: BELIZÁRIO FILHO, José; LOWENTHAL, Rosane**. Inclusão Escolar e os Transtornos do Espectro do Autismo**. Campinas: Papirus, 2013. p. 125-143.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa e Org. **Mundo Singular**: Entenda o Autismo. Editora: Fontanar,2012.

SOARES, Norton, Vereador. **Aprovada a Lei que exige símbolo do Autismo em placas de Atendimento Preferencial em Restinga Sêca**. Publicado em Maio de 2019. Disponível em <http://radiojornalintegracao.com.br> . Acesso em: 01 set, 2019 ás 04h 33 min.

VYGOTSKY, L. Ciclo da Aprendizagem: **Revista Escola**, 160. Ed, Fundação Victor Civita, São Paulo, 2003.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA "JOSÉ ALBANO DE MACEDO"

Identificação do Tipo de Documento

( ) Tese

( ) Dissertação

(X) Monografia

( ) Artigo

Eu, Cátia Jussenia da Silva,

autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação Autismo: Desafios enfrentado pelo educador para a inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 25 de Outubro de 2021.

Cátia Jussenia da Silva
Assinatura

Cátia Jussenia da Silva
Assinatura